



Caderno de Teses



**SINDICATO DOS
METROVIÁRIOS | SP**

13^o

CONGRESSO METROVIÁRIOSISP

SÃO PAULO

DIAS 10, 11 E 12 DE DEZEMBRO DE 2021

Neste Caderno de Teses estão
publicadas as teses ao 13º Congresso dos
Metroviários de São Paulo.

A Comissão

CADERNO DE TESES

TESES COLETIVAS

TEMAS do 13º CONGRESSO:

Conjuntura, Movimento
Sindical, Lutas da Categoria
(transportes, privatizações
e desafios), Opressões,
Organização de Base e
Estatuto do Sindicato

Teses do coletivo Unidade Metroviária

CONJUNTURA

Mesmo debilitado politicamente, Bolsonaro ainda é um risco à democracia

Aos poucos Bolsonaro vai se desmoralizando e rumo para a debacle. A queda de popularidade é sentida em todas as pesquisas de opinião pública. Cerca de 30% ainda apoiam sua gestão; apenas uns 20% dizem acreditar no que ele fala; e menos de 12% são os seguidores fanáticos e partidários do ódio fascista. Com o agravamento da crise econômica, a alta do desemprego e a explosão da inflação, estes índices negativos devem se manter. As fake news disparadas pelo presidente não servem mais para estancar sua perda de prestígio. Bolsonaro também se isola em todos os terrenos. Com seu espírito autoritário, ele comprou briga com governadores e prefeitos, membros do Poder Judiciário – em especial com ministros do STF –, líderes da Câmara Federal e do Senado, setores da mídia, da comunidade científica, intelectualidade e

artistas, entre outros setores da sociedade. Ele também virou um pária no cenário internacional. Após a derrota de Trump, o falso patriota brasileiro – que bate continência para a bandeira dos EUA – ficou órfão. Nenhum líder mundial de prestígio o apoia. Esse isolamento, inclusive, já tem impacto na esfera econômico-comercial, afastando capitais externos do Brasil, conforme apontou reportagem do Financial Times em outubro passado.

Em função dos crimes de responsabilidade, o presidente ainda pode sofrer impeachment. Há mais de 130 pedidos que só não avançam devido aos acordos espúrios firmados com o presidente da Câmara dos Deputados. Caso isso não ocorra e as regras democráticas não sejam novamente estupradas, o ultradireitista tende a sofrer fragorosa derrota nas eleições de 2022. Em ambos

os casos, de impeachment ou derrota nas urnas, o presidente e sua família correm risco de ir para a cadeia. A fera acuada, porém, é perigosa. O capitão tem no DNA o fascismo e nunca escondeu o seu desejo de promover um autogolpe e impor uma ditadura sanguinária no Brasil. Depois do vexatório desfile de tanques em Brasília, usado para intimidar o parlamento, ele fez novo ensaio golpista nos atos de 7 de setembro. Ambos, porém, deram zebra e acabaram isolando ainda mais o presidente que teve de assinar uma “carta de arrego” e se acovardar. Mas o recuo pode ser apenas temporário. A exemplo de Trump, com sua ação terrorista no Capitólio dos EUA, Bolsonaro não desistirá do poder – até para salvar sua pele e de seus filhotes. Para isso, ele conta com o apoio das milícias, de falsos pastores e de fanáticos ‘bolsominions’. Conta ainda

com a sustentação do “partido dos generais”, que hoje se locupleta no governo, e setores da “elite” burguesa, favorecida pelas reformas nas leis trabalhistas e no meio ambiente, facilitando as privatizações e outras benesses.

Não dá para se iludir. A luta em defesa da democracia e pelos direitos dos trabalhadores será encarniçada nos próximos meses. Exigirá muita combatividade, espírito unitário para constituir uma ampla frente antifascista e

muita inteligência política.

Assina esta tese o coletivo

Unidade Metroviária

Fajardo

Hugo Scabelo

Diego Pereira

Bolsonaro e a pandemia deterioram a vida e os direitos dos trabalhadores

Além das centenas de milhares de mortes e de milhões de pessoas que ficaram com sequelas, o péssimo enfrentamento à pandemia da Covid-19 também resultou em efeitos econômicos e sociais ainda mais danosos ao Brasil na comparação com outras nações do mundo. Enquanto em vários países os dogmas neoliberais foram arquivados e se aplicavam bilhões de dólares para reanimar suas economias, a política de Paulo Guedes levava à falência quase 600 mil empresas no período, segundo dados da Pnad de setembro último. No final de 2019, antes da pandemia, o país tinha 4,369 milhões de estabelecimentos; no segundo trimestre deste ano, o número despencou para 3,788 milhões – baixa de 13,3% ou 581,3 mil empresas a menos.

Essa quebradeira agravou ainda mais o quadro de desemprego no país. Neste período, o número de empre-

gados no setor privado caiu 10,1% – de 44,7 milhões para 40,2 milhões. A redução foi de 4,5 milhões de vagas. A tragédia social só não foi maior graças ao auxílio emergencial de R\$ 600, que foi aprovado a partir da pressão do movimento sindical e da bancada progressista no Congresso Nacional. Totalmente insensível, a equipe econômica do governo não tinha previsto qualquer benefício e, quando forçada, aceitou conceder apenas R\$ 200 em três parcelas. Por outro lado o ministro Paulo Guedes liberou R\$ 1,2 tri para os bancos em nome do socorro das pequenas empresas que não foram alcançadas, ficando este valor para a especulação financeira. A condução desastrosa do país teve efeitos destrutivos na vida dos trabalhadores. Todos os indicadores pioraram.

O desemprego aberto, que já era alto antes da pandemia, explodiu e hoje vitima quase 15 milhões de brasileiros –

cerca de 14% da População Economicamente Ativa (PEA). Na juventude, a situação é ainda mais desesperadora e sem perspectiva. Entre os jovens de 18 a 24 anos, o desemprego atingiu 27,1% no último mês de agosto. A renda também despencou. Através de planos capengas e parciais, o governo repôs uma parcela ínfima do salário dos trabalhadores que tiveram suas jornadas reduzidas ou seus contratos suspensos na pandemia. Na média nacional, o rendimento dos assalariados com registro em carteira no setor privado e público diminuiu 20%; no caso dos autônomos, a queda foi ainda mais acentuada, de 40%.

Assina esta tese o coletivo

Unidade Metroviária

Wagner Fajardo

Onofre Gonçalves

Diego Pereira

MOVIMENTO SINDICAL

Filiação à Central Sindical

A categoria metroviária sofre constantes ataques dos governos contra seus direitos e, por isso, sempre busca apoio de parlamentares, movimentos sociais e sindicais. Parte desse apoio vem das Centrais Sindicais, que mesmo com suas mais diversas diferenças ajudam na mobilização dos trabalhadores e organizam lutas contra os ataques.

Com a reforma trabalhista, o movimento sindical sofreu forte ataque nas suas estruturas e precisou se reorganizar para manter a defesa dos direitos dos trabalhadores. Para isso, além da participação dos trabalhadores, atendendo o chamado das Centrais para a mobilização, é necessário que cada trabalhador ajude a manter suas entidades finan-

ceiramente. Sendo assim, o 13º Congresso dos Metroviários deve aprovar a realização de um plebiscito em 2023 sobre a filiação do Sindicato a uma Central Sindical.

Unidade Metroviária

Onofre Gonçalves

Rodrigo Kobori

Amaral

LUTAS DA CATEGORIA

Plano de carreira na GOP, equiparação e progressões salariais

O Metrô vem implementado um plano de carreira que não foi e nem está sendo consultado junto à categoria. As constantes alterações nas funções operativas estão sendo feitas pela empresa a revelia da representação sindical. Entendemos a necessidade de mudanças nas funções conforme acontecem mudanças na sociedade, na dinâmica do mundo do trabalho e que o próprio sistema metroviário sofre com o passar dos anos,

porém tais mudanças precisam e devem ser debatidas com os metroviários.

Na lógica privatista e de “redução” de custos, a empresa vem diminuindo o número de funcionários e exigindo o acúmulo de funções. Chegamos ao número mínimo alarmante de funcionários e o aumento crescente de passageiros evidencia este absurdo. Nunca antes no Metrô houve quadro tão reduzido.

Junto a isso temos funções com discrepantes faixas sa-

lariais sem os devidos Steps, onde os empregados desempenham as mesmas funções com salários reduzidos. Tanto os novos funcionários como os mais antigos não têm possibilidades de ascensões internas na carreira e não existe a possibilidade de migrar de ‘família’ para outras funções. A empresa vem implementando mudanças e aplicando treinamentos de algumas funções em detrimento de outras e, em algumas estações (em especial L15), já estamos operando

apenas com ASMsI, acumulando e executando atividades restritas de OTMs. Como se não bastasse, a empresa ainda anuncia um novo PDI, que vai agravar ainda mais a situação do baixo quadro de funcionários e a consequente sobrecarga de trabalho.

A empresa anunciou concurso para ASM I porém, com a alegação dos problemas gerados pela pandemia, as contratações estão suspensas. O quadro de OTMsI está se reduzindo a passos largos com a falta de contratações por concurso e com as promoções internas somadas ao PDI e PDV.

Na prática a empresa vem implementando um plano de extinção do cargo de OTM I, que vai de encontro ao plano apresentado pelo Metrô e rejeitado pela antiga gestão sindical de uma única entrada (ASO) na Operação. Embora

aparentemente unificasse as carreiras na GOP, a proposta não atendia aos anseios da categoria.

O fato da categoria rejeitar a proposta da empresa e mantermos nossa proposta de unificação sem entrada única deixou o plano sem a possibilidade de aprovação nos órgãos de controle do governo, impedindo os ASMsI de migrarem na função e de terem as possibilidades de ascensão na carreira fora do Departamento de Segurança, com números bem reduzidos se comparados às possibilidades dos OTMsI.

Propostas:

Precisamos encaminhar esse debate na base da categoria para elaborar um plano de cargos e salários que:

1. Garanta a manutenção das atividades de Estação

e Segurança exercidas por metroviários;

2. Salários iguais para funções iguais;

3. Criação de um cargo de entrada única para unificação da carreira;

4. Progressões salariais que permitam alcançar o topo da função, com critérios objetivos;

5. Garantia de acesso dos ASMs nas funções de OTMs, e vice-versa, por movimentação interna;

6. Fim das terceirizações;

7. Quadro mínimo.

*Assina esta tese o coletivo
Unidade Metroviária*

Diego Pereira

Rodrigo Kobori

Wagner Fajardo

Tese sobre o Metrus Saúde

Desde a criação do Metrus e a implantação do Metrus Saúde que os metroviários tentam encontrar uma solução de Plano de Saúde que possa proteger o metroviário aposentado e seus dependentes, por um custo justo, atendimento digno e cobertura de qualidade.

Sempre defendemos que o Metrô financiasse parte dos custos como forma de justa recompensa pelas doenças e lesões ocupacionais contraídas ao longo de anos de serviços prestados, bem como reco-

nhecimento da dedicação entregue por seus profissionais, tornando por anos o melhor serviço público reconhecido pela população.

Ocorre que com a falta de compromisso do Metrô para com seus trabalhadores e a mercantilização da saúde, tornando a saúde um dos serviços mais caros e de difícil acesso para a população, este objetivo tem se tornado um pesadelo a cada ano, excluindo metroviários dos atendimentos básicos indispensáveis para a manutenção de uma vida

saudável e longínqua.

Diante desta realidade, resta a missão de encontrarmos uma solução que não comprometa economicamente os companheiros da ativa, mas que garanta aos já aposentados e os que virão a se aposentar um plano médico digno, abrangente e principalmente que garanta qualidade de vida na idade em que mais precisamos de cuidados e atenção.

Nós metroviários, participantes ativos e assistidos, devemos respaldar e fortalecer a entidade sindical para que

busque as soluções necessárias para a realização desta importante conquista.

Como proposta, devemos lutar para que o Metrô garanta o empenho de uma folha de pagamento bruta para o pagamento da PR, sendo que os metroviários, ao cumprirem 100% das metas e compromissos do contrato da PR, recebam 100% do valor empenhado, sendo que 5% deste valor seja destinado ao financiamento do custeio dos aposentados, no Plano MSB, privilegiando-se principalmente os que menos recebem

suplementação do Metrô.

Nos casos em que as metas ficam abaixo de 95%, o valor não pago aos metroviários será destinado integralmente ao financiamento do Plano de Saúde MSB, ficando este como único plano subsidiado pelos metroviários.

Mas sabemos que só isso não é necessário para garantir a perenidade do Plano e, por isso, o Sindicato deverá, junto com o Metrô e apoiado por estudos atuariais, encontrar outras fontes de custeio para garantir a formação de um fundo que

lastreie o plano MSB.

A exclusão de metroviários da cobertura do Plano de Saúde é uma sentença de brevidade da vida, de forma dolorosa e desumana, lembrando que todos nós, sem exceção, queremos atingir este patamar da vida com garantias mínimas e qualidade de vida.

*Assina esta tese o coletivo
Unidade Metroviária e os
companheiros:*

*Xavier,
Onofre e
Serginho*

TRANSPORTES

A introdução e consolidação do teletrabalho no Metrô de São Paulo

No início de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) alertava para o início da pandemia da doença infecciosa denominada por Covid-19, causada pelo então recém-descoberto coronavírus (SARS-CoV-2), que provocaria milhares de mortes, crise econômica sem precedentes e, para evitar sua proliferação, impôs a necessidade de afastamento social, uso de máscara de proteção respiratória e desenvolvimento de vacinas imunizantes.

A pandemia e a conse-

quente necessidade das pessoas permanecerem em casa precipitaram a adoção pelo Metrô de São Paulo, para funções técnicas e administrativas, da estratégia de redução de custos conhecida como teletrabalho, inicialmente denominado *home office*.

Definido como sendo o trabalho que utiliza recursos tecnológicos que possibilitem sua realização em lugares distantes do escritório ou de outras áreas, o teletrabalho possibilitou a desocupação do Edifício Metrô I e a devo-

lução dos andares alugados no Edifício Conde de Prates, mas exigiu a readequação, com a implantação de novos layouts, do Edifício Cidade II e de áreas dos blocos L e H do Pátio Jabaquara.

Os novos *layouts* adotados são constituídos por sala de reuniões, espaço de convivência, armários para uso corporativo e espaço de *coworking* que, por sua vez, consolidam a ideia de trabalho semipresencial ou híbrido, pois *coworking* é um espaço compartilhado de trabalho que não comporta a

presença de todos os funcionários ao mesmo tempo, isto é, o funcionário aparece duas ou três vezes por semana no espaço de coworking (conforme aditivo contratual), guarda seus pertences num armário, utiliza algum microcomputador que esteja disponível para realizar seu serviço e fica liberado para se dedicar ao teletrabalho nos outros dias da semana.

Através da aceitação de aditivos contratuais, a adesão ao teletrabalho foi maciça em algumas áreas, seja em função de que alguns edifícios não existia mais a possibilidade de trabalho presencial, porque portadores de comorbidades tiveram que ficar em casa devido aos riscos causados pela pandemia ou porque vários metroviários se entusiasmaram com a possibilidade de trabalhar em casa.

O entusiasmo inicial fez com que fossem minimizados os problemas decorrentes do

teletrabalho, como a falta a estrutura adequada para trabalhar em casa (principalmente a deficiência nos equipamentos e na capacidade da internet), a sobreposição do trabalho com atividades domésticas, a falta do salutar convívio entre colegas que proporciona a troca de ideias e experiências e a realização de atividades (reuniões em ambientes virtuais, acesso a aplicativos de mensagens, e-mails, etc.) que prolongam a jornada de trabalho sem a devida remuneração.

Como agora o teletrabalho é uma realidade na categoria, é importante que o 13º Congresso delibere algumas ações no sentido de inserir na Pauta de Reivindicações dos próximos Acordos Coletivos aspectos que contemplem essa modalidade de trabalho, como negociação e fiscalização de aditivos contratuais, caracterização de acidente de trabalho, adicionais de

consumo de energia elétrica e internet, cessão de mobiliário para trabalhar em casa, cumprimento de jornada de trabalho e pagamento de horas extras ou existe o risco de ser criada uma categoria de metroviários que trabalhe sem direitos trabalhistas adequados e, por vezes, até ganhando menos.

Assinam esta tese:

*Rosa Maria Anacleto –
Secretaria de Assuntos da
Mulher na Fenametro*

*Edson Luiz Fogo – Assistente
Administrativo IV da GCM/
CCT.*

*Elaine Damásio Alencar –
OTM I da Linha 3 Vermelha
- Diretora do Sindicato*

*Luciana Benute Riekman –
Assistente Administrativo
IV da GMT/CAP/ATP –
Diretora do Sindicato*

Marlene Furino

Tania Cândia

ORGANIZAÇÃO

Assembleia presencial com transmissão e votação virtual

Como foi aprovado durante a pandemia, a assembleia virtual, além de manter o distanciamento social necessário para nos proteger, trouxe a participação massiva dos metroviários na vida do Sindicato. Isto foi notório e os números demons-

tram a maior participação da categoria nas votações, que contou inclusive com a participação de metroviários e metroviárias que, devido aos seus horários de trabalho, não podiam participar das votações presenciais.

Por isso, defendemos

que após a pandemia tenhamos assembleias híbridas em que:

1 – Se mantenha a assembleia presencial com transmissão por lives, onde todos os metroviários possam participar e

***defender suas propostas
em debates presenciais;***

***2 – As votações continuarão
on-line, com tempo de du-***

***ração a ser definido pela
diretoria.***

*Assina esta tese o coletivo
Unidade Metroviária*

ASM1 Edu Cavalcanti

ASM1 Rodrigo Kobori

ASM1 Simone Rocha

Financiamento do Departamento Jurídico

A reforma trabalhista impôs dificuldades ao financiamento das entidades sindicais e ao acesso à Justiça. O Sindicato dos Metroviários se mantém com as mensalidades dos associados e garante assistência jurídica para todos os filiados, custeando advogados, peritos, condenações e todo tipo de gasto decorrente de processos. As pessoas que demandam na Justiça, utilizando recursos do Departamento Jurídico do Sindicato e conseguem êxito no pleito, doam 2,6% dos valores que têm direito a receber.

Esses valores não têm sido suficiente para manter o pleno funcionamento dos serviços, principalmente após a reforma e o aumento dos custos de condenação a serem pagos pela parte sucumbente.

O Sindicato tem pago, no lugar dos metroviários, os custos de condenação para não prejudicar o metroviário que perde a ação. Para isso, é necessário que seja aprovado o aumento da contribuição para os metroviários que ganham ações, dispondo de recursos da categoria para financiar o Departamento Jurídico.

Destaca-se ainda que o Departamento Jurídico do Sindicato atua nas ações coletivas de interesse da categoria, nas negociações para renovação de Acordos Coletivos, nas ações trabalhistas de interesse individual, na esfera previdenciária entre outros. Vale lembrar que advogados particulares cobram para propor ações entre 20% e 30% dos valores ganhos e que em caso de condenação o metroviário

tem que pagar os valores que for condenado, que podem chegar a 15% do valor da ação.

Sendo assim, propomos que seja alterado o termo de doação de 2,6% para termo contribuição obrigatória no valor de 10% para as ações exitosas a partir da aprovação no Congresso para as novas ações propostas. Com essa verba adicional será possível manter o pagamento da sucumbência pela entidade sindical para os metroviários que perderem as ações e forem condenados ao pagamento de custas.

*Assina esta tese o coletivo
Unidade Metroviária*

Rodrigo Kobori

Wagner Fajardo

Godoi

ESTATUTO

Fim do Colegiado

O Sindicato funciona com o modelo de direção colegiada, administrada por coordenadores

que organizam a luta e a entidade sindical. Parte da categoria acredita que o modelo não atende aos interesses das

coletividades, emperra e dificulta a organização sindical.

Em diversas oportunidades tivemos manifestações

pelo fim do colegiado e o retorno do presidencialismo. **Por isso, o 13º Congresso aprova:**

1 – Realização em até fevereiro de 2022 de plebiscito na base da categoria para decidir qual o formato de

gestão entre colegiado e presidencialismo;

2 – O modelo escolhido será registrado e ajustado no Estatuto da entidade sindical e valerá já para as eleições em 2022 e a direção seguinte.

*Assina esta tese o coletivo
Unidade Metroviária*

Rodrigo Kobori

Geraldo Ribeiro

Elaine Damasio

Duração do mandato sindical

Faz parte da rotina da categoria metroviária participar dos debates políticos, econômicos, culturais e de todos os temas de interesse da sociedade brasileira. Além da participação no cotidiano da sociedade, também se organiza para atuar na defesa do Metrô público, estatal e dos direitos e conquistas dos trabalhadores.

São muitas pautas que exigem dos metroviários tempo e dedicação, mas uma das pautas de interesse coletivo da sociedade que mais tem a

participação dos metroviários são as eleições para prefeitos, governadores e presidente que acontecem a cada dois anos, em anos pares.

Concomitante a isso, a gestão sindical, com duração de três anos, tem eleições para a escolha das novas direções em anos pares, acontecendo de forma simultânea com as campanhas para as eleições gerais. Para desatrelar os pleitos eleitorais e permitir melhor organização da categoria para participar dos debates com mais qualidade

propomos que:

A partir de 2025 a gestão da direção sindical tenha duração de quatro anos e que as eleições para a escolha de seus representantes aconteça em anos ímpares.

Assina esta tese o coletivo

Unidade Metroviária

Rodrigo Kobori

Amaral

Onofre

ESTATUTO

Abaixo o próprio com cortes, edições e propostas (em vermelho: acréscimo, em vermelho riscado: supressão)

ESTATUTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES METROVIÁRIOS E EM EMPRESAS OPERADORAS

DEVEÍCULOS LEVES SOBRE TRILHOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Título I - da Constituição, Prerrogativas, Direitos e Deveres.

Capítulo I – do Sindicato
ARTIGO 1º - O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e em Empresas Operadoras de

Veículos Leves Sobre Trilhos no Estado de São Paulo é constituído para fins de estudo, coordenação, projeção e representação legal da categoria, na base territorial do Estado de São Paulo, com sede na capital, à Rua Serra do Japi, n.º 31.

ARTIGO 2º - Constitui finalidades precípua do Sindicato:

a) Amelhoria das condições de vida e de trabalho de seus representados;

b) A defesa da independência e autonomia de representação sindical;

c) Atuação na manutenção e na defesa das instituições democráticas brasileiras;

d) Defesa do caráter público e estatal do transporte sobre trilhos.

ARTIGO 3º - São prerrogativas do Sindicato:

a) Representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais de sua categoria e/ou os interesses individuais de seus associados;

b) Celebrar contratos coletivos de trabalho;

c) Eleger ou designar os representantes da respectiva categoria;

d) Estabelecer contribuições a todos aqueles que participam da categoria representada, de acordo com as decisões tomadas em Assembleias, convocadas especificamente para esse fim;

e) Colaborar com a sociedade, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a sua categoria;

f) Instalar subsedes e/ou delegacias sindicais nas Áreas de Trabalho abrangidas pelo Sindicato, de acordo com suas necessidades;

g) Filiar-se às organizações sindicais, de âmbito nacional e internacional, de interesse dos trabalhadores, sob aprovação das instâncias de deliberações da categoria;

h) Estabelecer negociações com a representação da categoria patronal, visando

à obtenção de melhorias econômicas, sociais, políticas, técnicas e culturais para a categoria profissional;

i) Constituir serviços para a promoção de atividades culturais, profissionais, de comunicação, esportiva e de saúde;

j) Promover e estimular a organização da categoria por local de trabalho;

k) Estabelecer convênios de assistência jurídica com advogados de notória especialidade, mediante aprovação em assembleia geral da categoria, para atender demandas específicas, às expensas do associado que desejar utilizar o convênio celebrado.

Capítulo II – Dos Associados – Direitos e Deveres

ARTIGO 4º - A categoria profissional representada pelo Sindicato é constituída por todos os trabalhadores em empresas de transportes metroviários e por todos os trabalhadores em empresas operadoras de veículos leves sobre trilhos, ~~bem como por aqueles que prestam serviços a essas empresas, ainda que não mantenham com elas vínculo empregatício.~~ (suprimir)

Parágrafo único - O direito de associar-se ao Sindicato é assegurado a todos os trabalhadores que integram a categoria profissional identificada no caput deste artigo, incluídos os aposentados, desde que ~~sejam associados 4 meses antes do desligamento da empresa~~ e continuem contribuindo financeiramente com a entidade sindical ~~e realizem sua sindicalização como sócio aposentado, até 1 ano após o~~

~~desligamento.~~

ARTIGO 5º - São direitos dos associados:

a) Utilizar as dependências do Sindicato para atividades compreendidas neste Estatuto;

b) Votar e ser votado em eleições de representação do Sindicato, respeitadas as determinações deste Estatuto;

c) Gozar dos benefícios e da assistência proporcionada pelo Sindicato;

d) Excepcionalmente, convocar Assembleia Geral, conforme condições estabelecidas neste Estatuto;

e) Participar com direito a voz e voto das Assembleias Gerais;

f) Exigir do Sistema Diretivo do Sindicato o cumprimento dos objetivos e determinações deste Estatuto e o respeito às deliberações da Assembleia Geral e do Congresso;

g) Ter acesso às documentações sindicais e contábeis que registram a gestão do Sindicato, excetuando-se os documentos de associados que comportem sigilo e/ou sua individualidade;

ARTIGO 6º - São deveres dos associados:

a) Pagar pontualmente as contribuições estipuladas em ~~Funcionários~~ Assembleia Geral;

b) Zelar pelo patrimônio e serviços do Sindicato, cuidando de sua correta aplicação;

c) ~~Comparecer às reuniões e Participar das~~ Assembleias convocadas pelo Sindicato;

d) Cumprir e contribuir para viabilizar as decisões de Assembleia e Congresso.

ARTIGO 7º - Os associados estão sujeitos a penalidades

de suspensão e de eliminação do quadro social quando cometerem desrespeito a estes Estatutos.

Parágrafo único

- A apreciação da falta cometida pelo associado deve ser realizada pela Diretoria e eventuais punições referendadas em Assembleia Geral, convocada para esse fim, na qual o associado terá o direito de defesa.

ARTIGO 8º - Perderão seus direitos associativos:

a) Automaticamente, o associado que deixar de pertencer à categoria profissional;

b) Os associados que perderem o vínculo empregatício ou profissional com a categoria de transportes metroviários, e de transportes em veículos leves sobre trilhos, por mais de 180 (cento e oitenta) dias, ou, a partir do momento em que passem a integrar uma outra categoria profissional.

c) O associado que falecer.

d) O associado que não estiver em dia com a contribuição financeira junto à entidade, ~~que foi desde que,~~ comunicado ~~oficial e~~ previamente de sua inadimplência, e não efetuar a quitação do débito no prazo estabelecido pelo Sindicato.

Parágrafo 1º - Nas situações previstas nas letras a e b, supra, fica assegurado ao associado o direito à assistência jurídico-trabalhista, em problemas decorrentes da relação de trabalho mantida com as empresas que compõem a categoria econômica metroviária e de transportes de veículos leves sobre trilhos, por um período de 180 (cento

e oitenta) dias, posteriores ao rompimento do contrato de trabalho.

Parágrafo 2º - O disposto na letra b, supra, não se aplica ao dirigente sindical que tenha sido demitido unilateralmente pela empresa, que não tenha homologado a rescisão contratual e, que esteja movendo Ação de Reintegração em qualquer esfera do Poder Judiciário.

Parágrafo 3º - Na situação prevista na letra c, supra, será garantido aos sucessores do associado falecido, por um período de 180 (cento e oitenta) dias posteriores ao falecimento, o direito à assistência jurídico-trabalhista, para reivindicar eventuais direitos que o associado falecido houvesse adquirido junto às empresas que compõem a categoria econômica do setor de transportes metroviários e de transportes de veículos leves sobre trilhos.

Parágrafo 4º - O disposto neste artigo não se aplica ao aposentado que, antes de homologar a rescisão contratual, tenha contribuído, pelo menos, nos últimos 4 (quatro) meses, e solicite formalmente a sindicalização como sócio aposentado.

Parágrafo 5º - O disposto na alínea d não se aplica ao sócio no período de afastamento médico, a partir do 16º dia, quando ficará com a mensalidade suspensa;

~~**Parágrafo 6º** - O disposto nesse artigo não se aplica ao sócio, aposentado por invalidez, no período de sua aposentadoria, que solicite formalmente sua filiação como sócio aposentado.~~

Parágrafo 7º - O associado

ficará isento do pagamento após o 3º (terceiro) mês de afastamento médico, até o retorno ao trabalho.

TÍTULO II - DA ESTRUTURA, ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO SINDICATO

CAPÍTULO I - DA BASE TERRITORIAL DO SINDICATO:

ARTIGO 9º - A base territorial do Sindicato estende-se a todos os municípios do Estado de São Paulo e será subdividida para efeitos administrativos e organizativos em Áreas de Trabalho.

Parágrafo único - As áreas serão configuradas segundo a localização do posto de trabalho e serão definidas pelo Mapa de Distribuição de Áreas de Trabalho do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e em Empresas Operadoras de Veículos Leves Sobre Trilhos.

ARTIGO 10º - O Mapa de Distribuição de Áreas de Trabalho será aquele aprovado na Assembleia Geral Eleitoral que instaura o processo eleitoral pelo qual se elege o Sistema Diretivo em mandato, na forma do artigo 93º deste Estatuto.

ARTIGO 11º - Para cada Área de Trabalho responderão tantos **Coordenadores Diretores** de Base, quantos forem definidos no Mapa de Distribuição de Áreas.

ARTIGO 12º - Cada Área de Trabalho será de responsabilidade de seus

Coordenadores Diretores de Base, eleitos pela categoria através de processo eleitoral único previsto neste Estatuto.

ARTIGO 13º - Além dos requisitos exigidos para eleição aos demais cargos, exige-se, para eleição do **Coordenador Diretor** de Base, que o associado preste serviço na base territorial da respectiva Área de Trabalho que pretende representar.

Parágrafo único - Em caso de transferência de Área, o **Coordenador Diretor**, continuará representando a base pela qual foi eleito.

CAPÍTULO II – DO SISTEMA DIRETIVO DO SINDICATO:

ARTIGO 14º - O Sistema Diretivo do Sindicato corresponde a um colegiado constituído pelos seguintes órgãos: a) Diretoria Executiva; b) Conselho Fiscal; c) Diretoria de Base.

ARTIGO 15º - A Assembleia Geral Ordinária, especialmente convocada para este fim, elegerá em processo eleitoral único previsto neste Estatuto todos os membros do Sistema Diretivo mencionados no artigo anterior.

Parágrafo único - Os membros do Sistema Diretivo serão eleitos no referido processo eleitoral para um mandato de 3(três) anos, contados a partir da posse.

ARTIGO 16º - O afastamento do trabalho na empresa será feito, prioritariamente, para os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, e, deverá ser decidido no Plenário do Sistema Diretivo, convocado para este fim. Os Coordenadores liberados passarão por um processo de rodízio, que

deve ser implantado para cinco Coordenadores a cada seis meses. Os critérios são: equivalência proporcional às forças que compõem a Diretoria e, em cada período, o conjunto do Sistema Diretivo (Base, Conselho Fiscal e Executiva) decide quais os Coordenadores que entrarão no rodízio.

~~**Parágrafo Único** – Sempre haverá ao menos um Coordenador da Secretaria Geral e um Coordenador da Secretaria de Finanças liberado.~~

Parágrafo 1º – O diretor de base que for liberado, deverá assumir plenamente uma das Secretarias Executivas do Sindicato, devendo ser aprovada a substituição no Plenário do Sistema Diretivo.

ARTIGO 17º - O Plenário do Sistema Diretivo é a reunião dos membros de todos os órgãos que o compõem.

Parágrafo 1º - O Plenário do Sistema Diretivo reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente a qualquer tempo.

Parágrafo 2º - Convoca o Plenário do Sistema Diretivo:

~~a) Ao menos dois dos Coordenadores da Secretaria Geral;~~

b) A maioria simples da Diretoria Executiva;

c) A maioria simples dos membros que o compõem.

ARTIGO 18º - O Plenário do Sistema Diretivo constitui o órgão interno máximo de deliberação política do Sistema Diretivo do Sindicato, não podendo, contudo, deliberar sobre matéria de competência exclusiva de cada órgão, definida por este Estatuto.

Parágrafo único - Serão permitidos o remanejamento e a redistribuição dos cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, caso a maioria absoluta do Plenário do Sistema Diretivo julgue necessário e mediante aprovação de Assembleia Geral.

CAPÍTULO III – Da Diretoria Executiva

ARTIGO 19º - A Diretoria Executiva corresponderá a um colegiado composto por ~~20 (vinte) membros~~. Será organizada na forma de secretarias, geridas por coordenadores eleitos na forma do disposto pelo Título IV deste Estatuto, e fiscalizada por um Conselho Fiscal instituído nos termos deste Estatuto.

§1º A Diretoria Executiva e suas secretarias deverão cumprir as metas e objetivos no Plano Anual de Ação Sindical, sujeitando-se ao balanço anual das atividades.

ARTIGO 20º - Compõem a **Diretoria Executiva os coordenadores das seguintes Secretarias:**

a) Três coordenadores da Secretaria Geral;

b) Secretaria de Finanças;

c) Secretaria de Administração, Patrimônio e Pessoal;

d) Secretaria de Imprensa e Comunicação;

e) Secretaria de Formação Sindical;

f) Secretaria de Assuntos Jurídicos;

g) Secretaria de Esporte, Lazer e Cultura;

h) Secretaria de Políticas Sociais;

i) Secretaria de Assuntos da Discriminação Racial;

j) Secretaria de Assuntos da Situação da Mulher;

k) Secretaria de Assuntos de Saúde e Condições de Trabalho;

l) Secretaria de Assuntos Sócio-Econômicos e Tecnológicos;

m) Secretaria de Organização;

n) Secretaria de Relações Intersindicais.

o) Secretaria de Assuntos Previdenciários.

p) Secretaria de assuntos LGBTTs, diversidade sexual e identidade de gênero.

~~§1º — A conformação das secretarias e seu funcionamento no sistema colegiado será definido em Assembleia Geral, convocada para esse fim específico, autorizada a deliberar a respeito do número de coordenadores em cada pasta, bem como, sobre a junção de secretarias.~~

ARTIGO 21º - Compete à Diretoria Executiva, além das atribuições específicas de seus membros:

a) Representar o Sindicato e defender os interesses da entidade, perante os poderes públicos e as empresas;

b) Fixar, em conjunto com os demais órgãos do Sistema Diretivo, as diretrizes gerais da política sindical a ser desenvolvida e assegurar seu encaminhamento;

c) Cumprir e fazer cumprir as deliberações da categoria em todas as suas instâncias;

d) Decidir, por maioria simples, a contratação ou demissão de funcionários da entidade;

e) Gerir o Patrimônio do Sindicato;

f) Analisar e divulgar

bimestralmente relatórios financeiros da Secretaria de Finanças;

g) Garantir a filiação de qualquer integrante da categoria, conforme Título I, Capítulo II, Artigo 4º, sem distinção de raça, religião, sexo, origem ou opção política, observando apenas as determinações deste Estatuto.

h) Representar o Sindicato no estabelecimento de negociações e de dissídios coletivos;

i) Reunir-se em sessão ordinária, uma vez por semana, para acompanhar e viabilizar seus deveres;

j) Convocar e reunir mensalmente o Plenário do Sistema Diretivo para avaliação e viabilização de suas competências;

k) Prestar contas de suas atividades e do exercício financeiro ao término do mandato;

l) Estimular e fornecer apoio material, político e sindical ao trabalho dos Coordenadores de Base;

j) Cumprir as metas e objetivos estabelecidos no Plano Anual de Ação Sindical.

ARTIGO 22º - Aos Coordenadores da Secretaria Geral compete:

~~a) — Representar de forma equiparada entre os coordenadores, a entidade em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes para esta finalidade a outro membro da Diretoria Executiva, ressalvando-se que para outorgar procuração em nome do sindicato deverão ser opostas as assinaturas de ao menos dois Coordenadores da Secretaria Geral no instrumento de procuração, bem como, serão necessárias~~

~~as assinaturas de ao menos dois Coordenadores da Secretaria Geral na carta de preposição a fim de delegar a representação legal judicial ou administrativa a outros Coordenadores.~~

~~b) — São necessários ao menos dois Coordenadores da Secretaria Geral para convocar as reuniões da Diretoria Executiva, do Plenário do Sistema Diretivo e da Assembleia Geral; e ao menos um Coordenador da Secretaria Geral realizará a coordenação das reuniões da Diretoria Executiva, do Plenário do Sistema Diretivo e da Assembleia Geral;~~

~~c) — Ao menos dois Coordenadores da Secretaria Geral assinarão atas, documentos e papéis que dependam da assinatura e rubricarão os livros contábeis e administrativos;~~
~~d) — Ao menos um dos Coordenadores deverá apor a sua assinatura em cheques, empréstimos e outros títulos, juntamente com outro Coordenador de Secretaria Geral ou com um dos Coordenadores da Secretaria de Finanças;~~

e) Coordenar as atividades do Sindicato.

f) Implementar a Secretaria Geral;

g) Coordenar a elaboração do Plano Anual de Ação Sindical, submetê-lo à aprovação do Sistema Diretivo e zelar por sua execução;

h) Elaborar relatórios e análises sobre o desempenho e o desenvolvimento dos órgãos do Sistema Diretivo;

i) Elaborar o Balanço Anual do Plano Anual de Ação Sindical a ser aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Plenário do

Sistema Diretivo;

j) Manter sob o seu controle e atualizadas as correspondências, as atas, o arquivo e o cadastro geral de associados do Sindicato;

k) Encaminhar as obrigações legais da entidade, observando as disposições previstas na legislação.

ARTIGO 23º - Ao(s) Coordenador(es) da Secretaria de Finanças compete:-

a) Implementar a Secretaria de Finanças;

b) Ter sob seu comando e responsabilidade os setores da Tesouraria e Contabilidade do Sindicato;

c) Propor e coordenar a elaboração e execução do Plano Orçamentário Anual, bem como de possíveis alterações, a serem aprovadas pela Diretoria Executiva, submetidas ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral;

d) Elaborar o Balanço Financeiro Anual que será submetido à aprovação da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral;

e) Assinar, com um Coordenador da Secretaria Geral, os cheques e outros títulos de crédito;

f) Ter sob sua responsabilidade a guarda e a fiscalização dos valores e numerários do Sindicato;

g) Preparar e apresentar à Diretoria Executiva, bimestralmente, relatórios financeiros da entidade;

h) Prestar contas à categoria, através dos órgãos de comunicação do Sindicato, dos relatórios financeiros da entidade;

~~i) Substituir os Coordenadores da Secretaria de Administração, Patrimônio e Pessoal nos seus impedimentos.~~

ARTIGO 24º - Ao(s) Coordenador(es) da Secretaria de Administração, Patrimônio e Pessoal compete:

a) Implementar a respectiva Secretaria;

b) Zelar pelo patrimônio instalado em projeto e/ou construção, do Sindicato, se responsabilizando pela sua administração, utilização e preservação;

c) Elaborar a política de recursos humanos e administração de pessoal do Sindicato;

d) Substituir o Secretário Geral e o Secretário de Finanças nos seus impedimentos.

ARTIGO 25º - Ao(s) Coordenador(es) da Secretaria de Imprensa e Comunicação compete:

a) Implementar os meios de comunicação da categoria;

b) Desenvolver as campanhas publicitárias definidas pela Diretoria;

c) Ter sob seu comando e responsabilidade os setores de imprensa, comunicação, publicidade e o parque gráfico do Sindicato;

d) Estabelecer contatos e relacionamentos junto a profissionais e órgãos da mídia;

e) Mediante a aprovação da Diretoria Executiva, organizar coletivas de imprensa e viabilizar publicações na mídia necessárias à comunicação externa da entidade.

ARTIGO 26º - Ao(s) Coordenador(es) da

Secretaria de Formação Sindical compete:

a) Implementar a sua Secretaria;

b) Responsabilizar-se pelos setores ligados à Formação Sindical;

c) Coordenar a elaboração de cartilhas, documentos e outras publicações relacionadas às suas áreas de atuação;

d) Assessorar na organização de atividades promovidas por outras Secretarias e que tenham conteúdo didático ou educativo para os trabalhadores;

e) Propor e organizar palestras, debates e seminários;

f) Administrar a biblioteca do Sindicato.

ARTIGO 27º - Ao(s) Coordenador(es) da Secretaria de Assuntos Jurídicos compete:

a) Implementar o setor jurídico do Sindicato;

b) Assegurar assistência jurídica gratuita aos associados, na área de direito trabalhista;

c) Assessorar a Diretoria Executiva na interpretação de Leis Trabalhistas e Sindicais, bem como nos Dissídios Coletivos;

d) Participar de contatos externos com a finalidade de elaboração de Leis do interesse da categoria ou interesse geral dos trabalhadores.

ARTIGO 28º - Ao(s) Coordenador(es) da Secretaria de Esporte, Lazer e Cultura compete:

1) Na Área de Esporte:

a) Promover atividades esportivas, com o objetivo de ampliar o relacionamento

social da categoria;

b) Administrar, junto com o Secretário de Patrimônio e Administração, o patrimônio esportivo do Sindicato.

2) Na Área de Lazer:

a) Estimular a categoria para o convívio e a confraternização entre os trabalhadores, propiciando eventos de lazer ou festividades que contribuam para este fim;

b) Administrar, junto com o Secretário de Administração e Patrimônio, o uso e manutenção de áreas de lazer do Sindicato;

c) Ser o responsável pelo intercâmbio do Sindicato com outras entidades promotoras de atividades sociais.

3) Na Área Cultural:

a) Implementar as atividades culturais do Sindicato;

b) Estimular a categoria para a prática de atividades teatrais, musicais, literárias, artesanais e demais formas de manifestações artística e cultural;

c) Administrar as atividades de vídeo e cinema do Sindicato;

d) Promover o intercâmbio, na sua área de atividade, com entidades congêneres.

ARTIGO 29º - Ao(s) Coordenador(es) da Secretaria de Políticas Sociais compete:

a) Implementar as atividades de sua secretaria;

b) Elaborar planos para o relacionamento do Sindicato com as demais entidades sindicais e com a sociedade civil;

c) Assessorar a Diretoria Executiva no estabelecimento de programas e projetos na área de atuação da Secretaria;

d) Implementar a política

traçada pela Diretoria Executiva na área de relações com o movimento sindical e a sociedade civil.

ARTIGO 30º - Ao(s) Coordenador(es) da Secretaria de Assuntos da Discriminação Racial compete:

a) Denunciar e combater à prática de racismo na categoria;

b) Incentivar a participação dos negros e demais discriminados nas ações sindicais em todas as atividades políticas da categoria;

c) Promover atividades culturais e de lazer que visem à conscientização dos negros e demais discriminados quanto à sua condição social, sua identidade cultural e o seu direito à cidadania;

d) Promover festas, exposições de trabalhos artísticos diversos, de livros, teatros, etc., que tenham uma temática social voltada à conscientização dos negros e demais discriminados quanto ao seu papel na sociedade e enquanto agentes sociais;

e) Integração da secretaria com outras entidades de negros e discriminados em outras categorias de trabalhadores e com o movimento negro da sociedade, com o objetivo de troca de experiências, praticar a solidariedade e ampliar a participação nas atividades afins que extrapolam os limites da categoria.

ARTIGO 31º - Ao(s) Coordenador(es) da Secretaria de Assuntos da Situação da Mulher compete:

a) Incentivar e propiciar meios para a participação das metroviárias nas atividades sindicais;

b) Investigar e elaborar documentos sobre a situação da mulher e propor soluções;

c) Promover a capacitação das mulheres através de seminários, palestras e cursos;

d) Envolver as demais secretarias sindicais na responsabilidade e atuação para solucionar os problemas detectados, a respeito da situação da mulher;

e) Promover o relacionamento na sua área de atividade, com entidades voltadas às questões da mulher, bem como proceder à filiação nessas entidades mediante aprovação na Diretoria Executiva e em Assembleia Geral.

ARTIGO 32º - Ao(s) Coordenador(es) da Secretaria de Assuntos de Saúde e Condições de Trabalho compete:

a) Elaborar estudos sobre as condições de trabalho e saúde da categoria e possíveis soluções;

b) Acompanhar as atividades das CIPAS assessorando-as técnica e politicamente;

c) Promover análise sobre os efeitos da automação e informatização sobre as condições de trabalho da categoria;

d) Responsabilizar-se pelos contatos externos relacionados à sua secretaria, bem como pela filiação em entidades voltadas às questões de Saúde, aprovada na Diretoria Executiva e em Assembleia Geral.

ARTIGO 33º - Ao(s) Coordenador(es) da Secretaria de Assuntos Socioeconômicos e Tecnológicos compete:

a) Propor pautas reivindicatórias para a Diretoria Executiva e preparar dados de suporte para negociação coletiva;

b) Selecionar, acompanhar e fornecer à Diretoria Executiva, indicadores econômicos de interesse da categoria;

c) Elaborar análises econômicas, organizar pesquisas e documentações socioeconômicas;

d) Responsabilizar-se por contatos externos relacionados à sua secretaria, bem como à filiação, mediante aprovação em Assembleia Geral, a entidades voltadas às questões socioeconômicas.

e) Lutar pelo desenvolvimento e pela preservação da tecnologia metroviária, em especial no que diz respeito aos seus recursos humanos;

f) Proporcionar aos trabalhadores, em especial aos das áreas técnicas, meios para organizar e tornar públicas suas opiniões e propostas profissionais;

g) Promover o debate e desenvolvimento de opiniões ou teses acerca do papel do transporte metropolitano, das diferentes opções técnicas ou políticas de sua viabilização, bem como das consequências para as diferentes camadas da população urbana e propor alternativas que melhor atendam aos interesses públicos e democráticos;

h) Promover o relacionamento do Sindicato com órgãos públicos, instituições ou associações voltadas para formulação de políticas ou propostas técnicas na área de transportes públicos.

ARTIGO 34º - Ao(s)

Coordenador(es) da Secretaria de Organização compete:

a) Acompanhar os organismos de representação da categoria;

b) Participar, junto com o Secretário Geral, da coordenação do Plano Anual de Ação Sindical;

c) Coordenar e viabilizar, segundo as determinações da Assembleia Geral, o processo de eleição dos Delegados Sindicais, previsto neste Estatuto.

ARTIGO 35º - Ao(s) Coordenador(es) da Secretaria de Relações Intersindicais compete:

a) Representar e coordenar as atividades do Sindicato em instâncias superiores do movimento sindical e popular reconhecidas pela categoria;

b) Buscar o relacionamento do Sindicato com outras Entidades Sindicais.

ARTIGO 36º - Ao(s) Coordenador(es) da Secretaria de Assuntos Previdenciários compete:

Realizar estudos sobre assuntos de natureza previdenciária, como o objetivo de organizar os trabalhadores na luta em defesa de seus direitos e interesses relacionados à Previdência Pública e Privada.

ARTIGO 37º - Ao(s) Coordenador(es) da Secretaria de assuntos LGBTTs, diversidade sexual e identidade de gênero compete:

a) implementar a Secretaria LGBTTs, diversidade sexual e identidade de gênero ;

b) realizar, no conjunto da categoria, um senso sobre diversidade sexual

e identidade de gênero, se possível, como apoio de outros movimentos LGBTTs;

realizar e promover matérias periódicas sobre as questões das LGBTTs, nos materiais impressos e de mídia da categoria;

c) realizar e incentivar, no sindicato, debates, plenárias e atividades abertas de formação e capacitação dos diretores, dos funcionários e do conjunto da categoria , nos marcos da liberdade de orientação sexual e identidade de gênero, livre de preconceitos e dogmas;

d) atuar conjuntamente com as demais secretarias, principalmente a Secretarias de Assuntos de Discriminação Racial e Secretaria de Assuntos da Situação da Mulher para, sempre que possível, encaminhar propostas conjuntas;

e) estudar e facilitar apoio moral, psicológico e jurídico para vítimas de discriminação por orientação sexual ou de identidade de gênero;

participar e incentivar a participação da categoria nas lutas internas e externas das LGBTTs, como a criminalização da homo e transfobia, por mais políticas públicas para o setor, , melhores condições de trabalho e dignidade para LGBTTs;

f) incentivar e propiciar meios para a participação LGBTTs nas atividades sindicais;

g) investigar e elaborar documentos sobre a situação dos LGBTTs e propor soluções;

h) envolver as demais secretarias sindicais na responsabilidade e atuação para solucionar os problemas

detectados, a respeito da situação LGBTTs;

i) promover o relacionamento na sua área de atividade, com entidades voltadas às questões LGBTTs, bem como proceder à filiação nessas entidades mediante aprovação na Diretoria Executiva e em Assembleia Geral;

CAPÍTULO IV – DO CONSELHO FISCAL:

ARTIGO 38º - O Conselho Fiscal será composto de **5 (cinco) membros que designarão entre si um coordenador**.

ARTIGO 39º - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 01(uma) vez por mês, sendo-lhe assegurado o acesso a todos os extratos de contas bancárias do Sindicato, relativos ao mês que antecede a data da reunião.

Parágrafo Único: Além das reuniões ordinárias previstas no caput, deste artigo, o Conselho Fiscal participará, mensalmente, das reuniões do Sistema Diretivo do Sindicato, juntamente com a Diretoria Executiva e a Diretoria de Base, com direito a voz e voto.

ARTIGO 40º - Compete ao Conselho Fiscal a fiscalização da gestão financeira e patrimonial da entidade, podendo exercer suas atividades em todo o território nacional.

ARTIGO 41º - O parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano Orçamentário Anual e sobre os Balanços Financeiros e Patrimoniais deverá ser submetido à aprovação da Assembleia Geral, convocada para esse fim.

CAPÍTULO V – DA DIRETORIA DE BASE:

ARTIGO 42º - Compete aos membros da **Diretoria de Base**:

a) Responsabilizar-se pela organização da categoria em suas respectivas bases territoriais;

b) Responsabilizar-se pela execução da Política Sindical definida no Plenário do Sistema Diretivo, nas suas respectivas bases;

c) Reunir-se com a Diretoria Executiva sempre que convocados;

d) Participar das reuniões e deliberações do Plenário do Sistema Diretivo, mensalmente em sessão ordinária, e sempre que convocadas extraordinariamente;

e) Coordenar e incentivar as atividades da Comissão Sindical de Base constituída pelos Delegados Sindicais em suas respectivas Áreas de Trabalho.

Parágrafo Único – Os Coordenadores de Base estão submetidos a todos os deveres e obrigações dos demais Coordenadores da Entidade, exceto aos exclusivos de cargos específicos.

ARTIGO 43º - O Sistema Diretivo será composto por um número de coordenadores na proporção de 1 (um) para cada 170 (cento e setenta) trabalhadores. Da somatória, serão deduzidos tantos quantos coordenadores previstos nesse Estatuto para comporem a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, e seus suplentes. O saldo remanescente corresponderá à Diretoria de Base e suplentes, na forma do parágrafos deste artigo, todos eleitos em processo eleitoral unificado de todo o Sistema Diretivo, na

forma prevista pelo Título IV deste Estatuto.

Parágrafo 1º – A representação das áreas na Diretoria de Base será definida pelo Mapa de Distribuição de Áreas, tendo em conta a proporcionalidade das áreas no conjunto da categoria.

Parágrafo 2º – A representação das áreas na Diretoria de Base definida pelo Mapa de Distribuição de Áreas será composta de 20% (vinte por cento) de suplentes, que assumirão nos casos de vacância em suas respectivas áreas.

CAPÍTULO VI – DOS CASOS DE IMPEDIMENTO, PERDA DE MANDATO OU VACÂNCIA DE CARGO:

ARTIGO 44º - No caso de impedimento, perda de mandato ou vacância de cargo da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, o Plenário do Sistema Diretivo escolherá entre os **Coordenadores Diretores** de Base, um substituto para o cargo, por maioria simples e em reunião especialmente convocada para esse fim, devendo a substituição ser referendada por Assembleia Geral.

Parágrafo Único – Fica vedado aos membros do Conselho Fiscal, substituir interinamente os membros da Diretoria Executiva na ~~Coordenação da Secretaria Geral e Coordenação da Secretaria de Finanças~~.

ARTIGO 45º - Ocorrerá impedimento de qualquer dos membros do Sistema Diretivo quando verificar-se a perda de qualquer dos requisitos previstos neste Estatuto para o exercício do cargo para o qual o associado foi eleito, ou abandono de função.

Parágrafo Único: Considera-se abandono de função quando seu exercente:

a) Sem justificativa ao órgão convocador deixar de comparecer a 04 (quatro) reuniões ordinárias consecutivas, no caso da Diretoria Executiva, ou a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, no caso dos demais órgãos do Sistema Diretivo;

b) Sem justificativa ao órgão convocador deixar de comparecer a 06 (seis) reuniões ordinárias alternadas, no prazo de 12 (doze) meses no caso da Diretoria Executiva e demais órgãos do Sistema Diretivo; c) Ausentar-se dos afazeres sindicais pelo período superior a 30 (trinta) dias consecutivos, ressalvadas férias ou licenças por motivos de saúde ou pessoal que forem comunicadas à **Coordenação da Secretaria Geral**.

ARTIGO 46º - O impedimento poderá ser anunciado espontaneamente pelo próprio membro ou solicitado pela maioria absoluta do órgão o qual integra.

Parágrafo Único: A solicitação do impedimento feita pelo órgão deverá ser votada por maioria absoluta do Plenário do Sistema Diretivo, num prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data formal do pedido, e a declaração deverá ser comunicada ao impedido, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, posteriores a decisão, e divulgada amplamente à categoria.

ARTIGO 47º - O eventual impedido poderá opor-se à declaração através de

uma contra-declaração, protocolada na Secretaria Geral do Sindicato até 30 (trinta) dias do recebimento da notificação.

ARTIGO 48º - Se, havendo contraposição, ainda assim o Plenário do Sistema Diretivo, em nova reunião, ratificar o impedimento, caberá decisão à Assembleia Geral num prazo máximo de 60 (sessenta) dias e mínimo de 10 (dez) dias a contar da ratificação.

ARTIGO 49º - Os membros do Sistema Diretivo perderão o mandato nos seguintes casos: a) Malversação ou dilapidação do patrimônio social; b) Grave violação deste Estatuto; c) Provocar desmembramento da base territorial do Sindicato sem prévia autorização da Assembleia Geral.

ARTIGO 50º - A perda do mandato será solicitada por maioria absoluta do órgão ao qual pertence o coordenador, devendo ser votada no Plenário do Sistema Diretivo e, se aprovada por 2/3 (dois terços) de seus membros, notificada a Declaração de Perda de Mandato ao acusado em 48 (quarenta e oito) horas úteis e divulgada amplamente à categoria.

ARTIGO 51º - O acusado poderá opor-se à Declaração de perda de mandato, através de uma Contra-Declaração, protocolada na Secretaria Geral do Sindicato em até 15 (quinze) dias a partir da notificação, e que será divulgada à categoria pelos meios de comunicação da entidade.

ARTIGO 52º - Em qualquer hipótese a decisão final caberá à Assembleia Geral que será especialmente convocada no prazo máximo de 30 (trinta)

dias e mínimo de 15 (quinze) dias úteis após a notificação.

ARTIGO 53º - A vacância do cargo, em razão de falecimento do ocupante, será declarada até 72 (setenta e duas) horas após a ocorrência do fato.

ARTIGO 54º - Declarada a vacância de cargo na Diretoria Executiva ou Conselho Fiscal, o Plenário do sistema Diretivo processará a nomeação do substituto, nos termos do artigo 44º no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

ARTIGO 55º - Na ocorrência de afastamento temporário de Coordenador Executivo ou Conselheiro Fiscal, por período superior a 60 (sessenta) dias, sua substituição será processada por decisão e designação do Plenário do Sistema Diretivo, por maioria simples.

ARTIGO 56º - No caso de impedimento, perda de mandato ou vacância de cargo na Diretoria de Base, o suplente assumirá imediatamente após a declaração da vacância pelo Plenário do Sistema Diretivo.

CAPÍTULO VII – DA COMISSÃO SINDICAL DE BASE (CSB):

ARTIGO 57º - Constituem também a estrutura orgânica e representativa do Sindicato, as Comissões Sindicais de Base que serão compostas pelos **Coordenadores-Diretores de Base** e **os Delegados Sindicais Ativistas e Cipistas eleitos**.

Parágrafo único - Haverá uma Comissão sindical de Base para cada Área de Trabalho, conforme o mapa eleitoral aprovado no processo eleitoral imediatamente anterior à eleição **dos Delegados Sindicais da Diretoria do Sindicato**.

ARTIGO 58º - Respeitadas as atribuições e limites

definidos neste Estatuto, as CSB's deverão se reunir, ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez por mês.

Parágrafo 1º - A CSB será coordenada por um ~~Coordenador-Diretor~~ de Base que compuser a CSB de sua área e será aberta a participação de todos os trabalhadores.

Parágrafo 2º- A CSB que não contar com a representação de nenhum ~~Coordenador-Diretor~~ de Base terá a coordenação de um Coordenador da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal responsável pela área.

Parágrafo 3º- As reuniões ordinárias serão comunicadas aos membros das CSB's e divulgadas amplamente aos trabalhadores das Bases representadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo 4º- As reuniões ordinárias e extraordinárias da CSB serão convocadas pelos ~~Coordenadores-Diretores~~ de Base, sendo que as reuniões extraordinárias poderão, ainda, ocorrer, mediante solicitação por escrito à coordenação, de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos membros da CSB. As reuniões extraordinárias deverão ser comunicadas aos seus membros e às bases com uma antecedência mínima de 1 (um) dia útil.

ARTIGO 59º - Todas as reuniões da CSB deverão ser comunicadas com antecedência de 5 (cinco) dias úteis à Secretaria de Organização e ~~à Diretoria~~ **aos membros da** Executiva responsáveis pela respectiva base da CSB, e terão assegurada a participação nas reuniões e respeitarão a coordenação das

mesmas pelos **Coordenadores Diretores** de base.

ARTIGO 60º- As discussões e deliberações das reuniões da CSB deverão constar em ata, que terá cópias distribuídas a todos os seus membros para a Secretaria de Organização do Sindicato, no prazo máximo de 10 (dez) dias após cada reunião.

ARTIGO 61º - São atribuições das Comissões Sindicais de Base e dos Delegados Sindicais:

a) Respeitar e fazer respeitar este Estatuto e as decisões das instâncias de deliberações da categoria;

b) Encaminhar a política sindical e o Plano Anual de Ação Sindical na Área de Trabalho;

c) Incentivar e propiciar o vínculo das bases com a organização do Sindicato, trabalhar pela unidade e pela preservação da categoria e da base territorial da entidade;

d) Tratar os problemas locais dos trabalhadores junto às chefias e/ou representantes da empresa;

e) Compor o Conselho Consultivo do Sindicato e participar das reuniões deste órgão, sempre que convocados pelo Sistema Diretivo do Sindicato.

ARTIGO 62º- Os Delegados Sindicais serão eleitos por ~~Área de Trabalho~~ para um mandato de 2 (dois) anos, na proporção de 1 (um) delegado para cada 100 (cem) trabalhadores, na forma e de acordo com o estabelecido em Assembleia Geral que convocar as eleições. ~~Dos Delegados Sindicais, 20% (vinte por cento) serão mulheres.~~

Parágrafo 1º- Para as Áreas

de Trabalho nas estações, no movimento, nos postos do OPS e postos da manutenção de linhas, fica assegurado um Delegado Sindical por local de trabalho, quando o número de trabalhadores for inferior a 100 (cem).

Parágrafo 2º - Para os postos não previstos aqui, a Assembleia Geral que convocar as eleições definirá a Área de Trabalho e a proporcionalidade aplicável ao caso, obedecido o mínimo disposto no caput deste artigo.

ARTIGO 63º - O processo eleitoral será atribuição do Sistema Diretivo do Sindicato e encaminhado por uma comissão de 5 (cinco) membros, sendo um deles o Secretário de Organização que coordenará o processo, e os demais eleitos na referida Assembleia Geral.

Parágrafo 1º- As eleições ocorrerão a cada dois anos, no período de agosto a outubro do ano que findar o mandato.

Parágrafo 2º - Poderá concorrer qualquer metroviário (a) sindicalizado (a) e em dia com as contribuições sindicais.

Parágrafo 3º - Poderá votar qualquer metroviário (a), desde que sindicalizado.

Parágrafo 4º- A Comissão Eleitoral elaborará o mapa eleitoral e definirá as demais regras do processo eleitoral.

ARTIGO 64º - O suplente de Delegado Sindical Titular assumirá automaticamente a titularidade da representação no local de trabalho e na CSB nos casos de transferência de área, renúncia, demissão ou falecimento do titular.

Parágrafo 1º - Nos casos

~~de afastamento ou licença superior a 30(trinta) dias, o Delegado(a) Sindical Titular deverá comunicar, por escrito, à coordenação da CSB, e esta à Secretaria de Organização, para que o suplente assuma inteiramente a representação da área.~~

~~**Parágrafo 2º** - No caso de renúncia ao mandato, o delegado deverá comunicar, por escrito, a Secretaria de Organização.~~

~~**Parágrafo 3º** - No caso de transferência de área do Delegado Sindical Titular, o mesmo carregará seu mandato para a área de destino, passando a compor a respectiva CSB.~~

~~**Parágrafo 4º** - Nos casos em que a área ficar sem delegados sindicais não houver suplente, será convocada eleição para a vaga no prazo máximo de 60(sessenta) dias.~~

ARTIGO 65º - Os casos não previstos aqui devem ser encaminhados pelas Comissões Sindicais de Bases à Secretaria de Organização para sua discussão junto a Diretoria Executiva.

TÍTULO III – DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS E CONSULTIVOS DA CATEGORIA

CAPÍTULO I – DAS ASSEMBLEIAS GERAIS:

ARTIGO 66º - As Assembleias Gerais ~~serão realizadas de forma presenciais~~ suas deliberações e votações serão realizadas de forma virtual e terão caráter deliberativo e serão soberanas em suas resoluções, respeitando este Estatuto.

ARTIGO 67º - O quórum para deliberação das Assembleias Gerais será sempre de maioria simples

dos associados participantes do presentes.

ARTIGO 68º - O quórum de decisão da Assembleia Geral para pronunciamento sobre decisões ou dissídios de trabalho será de: a) Em primeira convocação, de metade mais um da categoria; b) Em segunda convocação, de metade mais um dos votos dos presentes. ~~(verificar com o jurídico como adequar à situação de assembleia virtual)~~

ARTIGO 69º - São consideradas ordinárias as Assembleias Gerais de apreciação do Plano Orçamentário Anual, do Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial, a Assembleia Geral Eleitoral para o Sistema Diretivo ~~e a Assembleia Geral para eleição dos Delegados Sindicais~~. As demais serão consideradas Assembleias Gerais Extraordinárias.

ARTIGO 70º - A Assembleia Geral Eleitoral para o Sistema Diretivo será realizada trienalmente na conformidade do Título IV deste Estatuto ~~e a Assembleia Geral para Eleição dos Delegados Sindicais será realizada bienalmente~~ na conformidade do Título II e seu capítulo VII deste Estatuto.

ARTIGO 71º - As assembleias Gerais serão sempre convocadas:

~~a) Por pelo menos dois dos Coordenadores da Secretaria Geral;~~ (adequar ao resultado do plebiscito)

b) Pela maioria absoluta da Diretoria Executiva;

c) Pela maioria absoluta do Conselho Fiscal;

d) Pela maioria absoluta dos membros que compõem o Sistema Diretivo do Sindicato.

ARTIGO 72º - As Assembleias Gerais Ordinárias, esgotado o prazo legal para sua realização, poderão ser convocadas pelos associados em número de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) dos associados, os quais especificarão os motivos da convocação e assinarão o respectivo edital.

ARTIGO 73º - As Assembleias Gerais Extraordinárias poderão ser convocadas por 10% (dez por cento) dos associados, os quais especificarão o motivo da convocação e assinarão o respectivo edital.

ARTIGO 74º - Nenhum motivo poderá ser alegado pela Diretoria Executiva para frustrar a realização da Assembleia Geral convocada nos termos deste Estatuto.

ARTIGO 75º - A convocação das Assembleias Gerais far-se-á da seguinte forma:

a) Afixação do Edital de convocação na Sede e nas Sub-Sedes;

b) Publicação do Edital nos meios de comunicação do Sindicato e em um grande jornal que atinja a base territorial da entidade.

Parágrafo Único - No caso de convocação por associados, o Edital a ser publicado poderá ser assinado por apenas um associado, fazendo-se menção do número de assinaturas apostas no documento, cujo original deverá ser protocolado na Secretaria Geral do Sindicato com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas úteis da realização da mesma.

CAPÍTULO II – DO CONGRESSO DA CATEGORIA:

ARTIGO 76º - O Congresso, instância maior de caráter deliberativo da categoria, será realizado ordinariamente no transcorrer dos primeiros 18(dezoito) meses após a posse do Sistema Diretivo ou, extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocado pelo sistema Diretivo ou pelos associados, obedecendo o disposto neste Estatuto.

Parágrafo Único - O Congresso terá como finalidade analisar a situação real da categoria, as relações intersindicaais, os trabalhadores na conjuntura internacional, as condições de funcionamento e desenvolvimento da sociedade brasileira, a definição do programa de trabalho do Sindicato e possíveis alterações neste Estatuto.

ARTIGO 77º - No prazo mínimo de 90(noventa) dias que antecedem a data prevista para o Congresso será realizada Assembleia Geral que:

a) Designará dentre os associados uma Comissão Organizadora;

b) Definirá o Temário do Congresso;

c) Estabelecerá os prazos para publicação de teses e eleição de delegados ao Congresso;

d) Aprovará o processo de eleição dos delegados e a proporção em que serão escolhidos por áreas de representação.

e) Garantirá o número mínimo de vagas correspondente a 2% (dois por cento) do total de trabalhadores que compõe a categoria profissional, obedecendo a proporção de

no mínimo 20% de mulheres.

ARTIGO 78º - Caberá a Comissão Organizadora, além de auxiliar a Diretoria Executiva nos encaminhamentos necessários à realização do Congresso, formular a proposta de Regimento Interno e a eventuais desmembramentos das áreas de representação.

Parágrafo xxx Quando do impedimento, renúncia ou demissão de qualquer um dos membros da comissão organizadora designada em Assembleia Geral referida no artigo 77º deste Estatuto, será designado dentre os associados um substituto para preencher a respectiva vaga devendo ser referendado/ratificado em Assembleia Geral da categoria.

Parágrafo Único - O Regimento Interno será aprovado pelos delegados na Sessão de Abertura do Congresso e não poderá se contrapor aos dispostos neste Estatuto.

ARTIGO 79º - Participando do Congresso, com direito a voz e voto, os associados em dia com suas obrigações estatutárias e eleitos delegados eleitos pelos trabalhadores nos locais de trabalho e de acordo com o estabelecido na Assembleia Geral referida no artigo 77º, deste Estatuto.

Parágrafo Único - São convidados natos, com direito a voz, todos os membros do Sistema Diretivo do Sindicato, os quais só terão direito a voto caso tenham sido eleitos delegados por suas áreas.

ARTIGO 80º - Todos os sindicalizados da categoria terão direito de apresentar

texto e moção sobre o temário aprovado na Assembleia Geral referida no artigo 77º deste Estatuto.

ARTIGO 81º - A convocação do Congresso é incumbência da Diretoria Executiva ou da maioria absoluta do Sistema Diretivo.

Parágrafo 1º - Caso a Diretoria não convoque o Congresso no período previsto, esse poderá ser convocado por 10% (dez por cento) dos associados que darão cumprimento a este Estatuto.

Parágrafo 2º - O Congresso Extraordinário poderá ser convocado por 1/3(um terço) dos associados que informarão a pauta e aporarão suas assinaturas em documento a ser protocolado na Secretaria Geral e darão cumprimento a este Estatuto. O Congresso Extraordinário só poderá ser convocado se a pauta prevista não tiver sido já objeto de deliberação da categoria em Assembleia Geral ou Congresso realizado no período de 12(doze) meses anteriores.

CAPÍTULO III – DO CONSELHO CONSULTIVO DO SINDICATO:

ARTIGO 82º - O Conselho Consultivo do Sindicato, que não tem caráter deliberativo, reunir-se-á trimestralmente com o Plenário do Sistema Diretivo do Sindicato e por convocação deste para avaliar o encaminhamento da Política Sindical e atividades decorrentes, bem como para subsidiar a Diretoria com as opiniões, disposições e propostas das bases.

Parágrafo Único - O Conselho Deliberativo poderá ser convocado em caráter

extraordinário quando a Diretoria do Sindicato ~~Em caso de a Diretoria Executiva, a seu critério, julgar necessário ouvir o Conselho Consultivo~~ para aferir a posição das bases, ~~para tomar decisão, ela poderá convocar seus membros para reunião extraordinária.~~

Parágrafo 2º - Caso não seja realizada a reunião ordinária convocada pelo Sindicato, ~~E, passado um mês da data que deveria ser realizada a reunião ordinária do Conselho,~~ a mesma pode ser convocada por 1/3 dos seus membros.

ARTIGO 83º - Compõem o Conselho Consultivo do Sindicato todos os ~~Delegados Sindicais com mandato em exercício e eleitos conforme dispõe este Estatuto, os~~ cipistas eleitos que estejam com mandato em vigência e os representantes eleitos do Metrô ~~e os ativistas que participam das Comissões Sindicais de Base.~~

ARTIGO 84º - O Conselho Consultivo só tem organicidade e função no momento em que estiver reunido, na forma e nos limites estabelecidos nos artigos 82º e 83º deste Estatuto, sendo considerado dissolvido e sem quaisquer funções desde o término de uma reunião até a convocação de nova reunião.

TÍTULO IV – DO PROCESSO ELEITORAL

CAPÍTULO I – DAS ELEIÇÕES:

ARTIGO 85º - Os membros dos órgãos que compõem o Sistema Diretivo do Sindicato serão eleitos em processo eleitoral único ~~eletrônico, em urnas,~~ trienalmente.

Parágrafo 1º - A composição do Sistema Diretivo,

compreendendo Diretoria Executiva, Diretoria de Base e Conselho Fiscal, obedecerá a proporcionalidade de votos atingidos por cada chapa na disputa eleitoral, sendo que os candidatos, necessariamente integrantes das chapas, concorrerão nominalmente em suas áreas de trabalho, em votação direta.

Parágrafo 2º - Somente as chapas que elegerem, no mínimo, 10% (dez por cento) de coordenadores do Sistema Diretivo (Diretoria Executiva, Diretoria de Base e Conselho Fiscal), integrarão a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, sendo assegurado às chapas que não elegerem referido percentual, sua integração à Diretoria de Base.

Parágrafo 3º - A nomeação aos cargos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal seguirá a proporcionalidade qualificada expressa da seguinte forma: I) O percentual de eleitos de cada chapa se divide /1, /2, /3, /4, /5 (quantas vezes forem necessárias, até esgotarem as vagas); II) Os números resultantes, de maior a menor determinarão a ordem de escolha dos cargos, da 1ª à última vaga a escolher; III) Em caso de empate escolhe quem ainda não fez escolha.

Tabela de Exemplo:

PROPORCIONALIDADE PARA 60 DIRETORES ELEITOS NA BASE E 5 NO CONSELHO FISCAL			
	CHAPA A 30 DIRETORES 50% = 13 CARGOS	CHAPA B 18 DIRETORES 30% = 7 CARGOS	CHAPA C 12 DIRETORES 20% = 5 CARGOS
Dividido /1	30,00	18	
Dividido /2	15,00	9	
Dividido /3	10,00	6	
Dividido /4	7,50	4,5	
Dividido /5	6,00	3,6	
Dividido /6	5,00	3	
Dividido /7	4,29	2,57	
Dividido /8	3,75	2,25	
Dividido /9	3,33	2	
Dividido /10	3,00	1,8	
Dividido /11	2,73	1,64	
Dividido /12	2,50	1,5	
Dividido /13	2,31		

ARTIGO 86º - As eleições de que trata o artigo anterior serão realizadas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias e mínimo de 30 (trinta) dias que antecedem o término dos mandatos vigentes. Será garantida por todos os meios democráticos a lisura dos pleitos eleitorais, assegurando-se condições de igualdade às chapas concorrentes, especialmente no que se refere a mesários e fiscais, tanto na coleta quanto na apuração dos votos.

ARTIGO 87º - O Sistema Diretivo do Sindicato será composto de no mínimo 20% (vinte por cento) de mulheres em cada uma das três instâncias da direção do Sindicato, ou seja: Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Diretoria de Base.

CAPÍTULO II – DO ELEITOR:

ARTIGO 88º - É eleitor todo associado que na data da eleição tiver:

a) Mais de 3 (três) meses de inscrição no quadro social;

b) Quitada a mensalidade até 30 (trinta) dias antes das eleições;

c) Estiver no gozo dos direitos sociais conferidos neste Estatuto.

QUALIFICADA - ORDEM DE ESCOLHA DOS CARGOS
ÁREA A ÁREA CORRESPONDE ESCOLHER 20 VAGAS NA EXECUTIVA
AL SEGUNDO OS DIRETORES ELEITOS DE CADA CHAPA

CHAPA C			DIRETORES			ORDEM DE ESCOLHA			CARGO CHAPA		
5 CARGOS			CARGOS CHAPA			CARGOS CHAPA			CARGO CHAPA		
12	1º	A	5	11º	A	2,73	21º	A			
6	2º	B	4,5	12º	B	2,57	22º	B			
4	3º	A	4,29	13º	A	2,5	23º	A			
3	4º	C	4	14º	C	2,4	24º	C			
2,4	5º	A	3,75	15º	A	2,31	25º	A			
2	6º	B	3,6	16º	B						
1,71	7º	A	3,33	17º	A						
1,5	8º	C	3	18º	C						
1,33	9º	B	3	19º	B						
1,2	10º	A	3	20º	A						
1,09											
1											

Parágrafo Único

– É assegurado o direito de voto ao aposentado que continue pagando as contribuições mensais, bem como ao desempregado há menos de 6(seis) meses, mediante comprovação de sua aposentadoria ou do desemprego, e desde que tenha sido sócio do Sindicato pelo menos 4(quatro) meses antes de sua aposentadoria ou do desemprego.

CAPÍTULO III – DOS CANDIDATOS:

ARTIGO 89º - Poderá ser candidato o associado que, na data da realização do primeiro escrutínio, tiver mais de 6(seis) meses de inscrição no quadro social do Sindicato e estiver em dia com as mensalidades sindicais.

Parágrafo Único – Será elegível também o aposentado que, além do disposto neste artigo, tenha se associado ao Sindicato pelo menos 4(quatro) meses antes de sua aposentadoria e continue contribuindo mensalmente com a Entidade.

ARTIGO 90º - Será inelegível, assim como fica vedada à permanência no exercício de cargos eletivos, o associado que:

a) Não tiver definitivamente aprovada as suas contas em função de exercício em cargos de administração sindical;

b) Houver lesado o patrimônio de qualquer entidade sindical;

c) Tiver homologado em sua carteira

profissional o rompimento do vínculo com a categoria e/ou não possuir processo de reintegração em andamento.

CAPÍTULO IV – DA COMISSÃO ELEITORAL:

ARTIGO 91º - No período máximo de 150(cento e cinquenta) dias e mínimo de 130(cento e trinta) dias imediatamente anteriores ao término do mandato em exercício, ao menos dois dos Coordenadores da Secretaria Geral do Sindicato convocarão Assembleia Geral, em base a decisão da Diretoria Executiva ou do Colegiado, para a instauração do processo eleitoral, definição da data das eleições, duração da votação, aprovação do mapa de distribuição de áreas de trabalho e formação de uma Comissão Eleitoral que passará a coordenar e conduzir todo o processo eleitoral.

Parágrafo 1º - O mapa de distribuição de áreas de trabalho deverá levar em conta a proporcionalidade das áreas no conjunto da categoria.

Parágrafo 2º - A Comissão Eleitoral tomará posse na Assembleia Geral que a escolher.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral Eleitoral será declarada Permanente a partir da instauração até o último ato do Processo Eleitoral em curso.

Parágrafo 4º - a Assembleia Geral definirá a quantidade de vagas para cada área constante no mapa de distribuição, as quais não poderão ser completadas por candidatos de outras áreas, mesmo que não tenha havido preenchimento completo das vagas da referida área, exceto se o total de coordenadores eleitos for inferior ao número mínimo necessário para o Sistema Diretivo, caso em que, a Comissão Eleitoral definirá em base a proporcionalidade do mapa de distribuição das áreas, quais áreas do mapa suprirão as vagas de outras que não tiveram quórum.

ARTIGO 92º - As eleições serão convocadas pela Comissão Eleitoral através de Edital que será publicado em até 72(setenta e duas) horas úteis após a Assembleia Geral Eleitoral.

Parágrafo 1º - O Edital de Convocação das eleições deverá conter obrigatoriamente:

a) Data, horário e local de votação;

b) Prazo para registro de chapa, bem como impugnação de candidaturas e horário de funcionamento da secretaria da comissão eleitoral;

c) Data, horário e locais de segunda e terceira votação, caso não haja quórum ou pela necessidade de nova eleição devido a empate dos candidatos mais votados.

Parágrafo 2º - Os Editais necessários ao processo eleitoral deverão ser afixados nas sedes e sub-sedes do

Sindicato, bem como ser publicados nos meios de comunicação tradicionais da Entidade e num jornal de grande circulação na base territorial do Sindicato.

ARTIGO 93º - A Comissão Eleitoral será composta de 5(cinco) associados eleitos pela Assembleia Geral e de 1(um) representante de cada chapa registrada, este sem direito a voto.

Parágrafo 1º - A indicação de um representante de cada chapa far-se-á por escrito até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento do prazo para registro de chapas.

Parágrafo 2º - As decisões da Comissão Eleitoral serão tomadas por maioria simples de voto.

Parágrafo 3º - Ocorrendo impasse na condução do processo eleitoral e na impossibilidade de outra forma de solução, a comissão eleitoral poderá convocar nova sessão da Assembleia Geral Eleitoral Permanente para deliberar a respeito.

Parágrafo 4º - O mandato da Comissão Eleitoral extinguir-se-á com a posse da nova diretoria eleita ou no caso da Assembleia Geral concluir o processo eleitoral com declaração de vacância da administração ou quando da anulação do processo eleitoral.

ARTIGO 94º - Compete a Comissão Eleitoral:

a) Convocar através de Edital as eleições na forma do artigo 86º e seus parágrafos deste Estatuto;

b) Proceder ao registro das chapas e decidir sobre eventuais impugnações;

c) Indicar o nome dos

presidentes e mesários que formarão as mesas coletoras;

d) Credenciar os fiscais de cada chapa junto às mesas coletoras e junto às mesas apuradoras, garantindo as condições para sua atuação;

e) Responsabilizar-se pela guarda e garantia das urnas em conjunto com os representantes das chapas concorrentes;

f) Receber e processar eventuais recursos interpostos às eleições;

g) Garantir a equidade das chapas em eventual utilização de recursos do Sindicato;

h) Dirimir quaisquer dúvidas e situações não previstas no Título IV deste Estatuto.

CAPÍTULO V – REGISTRO DAS CHAPAS:

ARTIGO 95º - O prazo para registro de chapas será de 30 (trinta) dias contados da data de publicação do Edital.

Parágrafo 1º - O registro das chapas far-se-á junto à comissão eleitoral que fornecerá recibo da documentação apresentada.

Parágrafo 2º - A comissão eleitoral manterá uma pessoa disponível durante o período de registro de chapas com o expediente normal de no mínimo 8(oito) horas diárias, em dias úteis.

Parágrafo 3º - O requerimento do registro de chapas assinado por qualquer dos candidatos que integram será duas vias e instruído com os seguintes documentos:

a) Ficha de qualificação do candidato em duas vias assinada pelo próprio candidato;

b) Cópias autenticadas da Carteira de Trabalho (CTPS)

onde conste a qualificação civil e o contrato de trabalho que comprove o exercício ou vínculo profissional na base territorial do Sindicato.

ARTIGO 96º - As chapas concorrentes deverão apresentar, em seu conjunto, 20% (vinte por cento) de representantes do sexo feminino.

Parágrafo Único – Caso as chapas não completem sua totalidade com os 20% (vinte por cento) do sexo feminino, essas vagas ficarão abertas, não podendo ser preenchidas por representantes do sexo masculino.

ARTIGO 97º - Os registros das chapas, obrigatoriamente devem estar acompanhados das fichas de qualificação preenchidas e assinadas.

Parágrafo Único – Em caso de irregularidade na documentação apresentada, a Comissão Eleitoral notificará a chapa para que promova a correção no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação, sob pena de cancelamento do seu registro.

ARTIGO 98º - Não será aceito o registro de chapa que não contiver no mínimo a totalidade dos candidatos aos cargos da Diretoria Executiva mais o Conselho Fiscal.

Parágrafo Único – A chapa concorrente terá que apresentar em seu conjunto, entre a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Diretoria de Base, candidatos que representem no mínimo 2 (duas) das 3 (três) áreas a seguir: Gerência de Operação, Gerência de Manutenção e Administração, Obras e Aposentados, estes últimos considerados como uma única área. Serão aprovadas na

Assembleia Geral que trata o artigo 91 deste Estatuto, quais os cargos pertencem a cada uma das referidas áreas, de modo a esclarecer por qual área cada candidato concorrerá.

ARTIGO 99º - No prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o registro da chapa, o Sindicato enviará comunicação à empresa com o nome dos integrantes das chapas inscritas.

ARTIGO 100º - No encerramento do prazo para registro de chapas a Comissão Eleitoral lavrará a ata estabelecendo ordem numérica de inscrição para todas as chapas.

Parágrafo 1º – Encerrado o prazo, sem que tenha havido registro de chapa, a Comissão Eleitoral providenciará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas úteis, segunda convocação de eleição através de Edital.

Parágrafo 2º – Se encerrado o prazo de inscrição de chapas na segunda convocação da eleição, e se, de novo, não tenha havido registro de chapa, a Comissão Eleitoral convocará a realização, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis e máximo de 5 (cinco) dias úteis, de nova sessão da Assembleia Geral Eleitoral Permanente que declarará a vacância do Sistema Diretivo do Sindicato a partir do término dos mandatos da administração em exercício, aplicando-se a partir daí os dispostos nos parágrafos 1º e 2º do artigo 117º deste Estatuto.

ARTIGO 101º - No prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do encerramento do prazo do registro, a comissão eleitoral

publicará nos meios de comunicação da entidade em jornal de grande circulação na base territorial do Sindicato, a relação nominal das chapas registradas e dos seus integrantes e declarará aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis para impugnação.

CAPÍTULO VI – DA IMPUGNAÇÃO:

ARTIGO 102º - A impugnação somente poderá versar sobre as causas de inelegibilidade previstas neste Estatuto, sendo proposta através de requerimento dirigido à Comissão Eleitoral por associados em pleno gozo de seus direitos sindicais.

Parágrafo 1º - O candidato impugnado terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar suas contra-razões, cabendo à Comissão Eleitoral decidir sobre a impugnação até 20 (vinte) dias antes da realização das eleições.

Parágrafo 2º - A chapa da qual faz parte o eventual impugnado poderá concorrer, desde que preencha os dispostos no artigo 98º e seu parágrafo único deste Estatuto.

CAPÍTULO VII – DO SIGILO DO VOTO E DAS MESAS COLETORAS:

ARTIGO 103º - O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

a) Cédula única por área, contendo a Chapa e a relação dos candidatos registrados naquela área

b) Cabine indevassável;

c) Verificação da autenticidade da cédula única à vista das rubricas dos membros da mesa coletora;

d) Emprego de urna que assegure a inviolabilidade

do voto.

ARTIGO 104º - As mesas coletoras de voto funcionarão sob a exclusiva responsabilidade do presidente da mesa e mesários indicados paritariamente pelas chapas concorrentes e designados pela Comissão Eleitoral até 10 (dez) dias antes da eleição.

Parágrafo 1º - Poderão ser instaladas mesas coletoras além da sede social, nas sub-sedes, nos locais de trabalho e mesas itinerantes.

Parágrafo 2º - Os trabalhos de cada mesa coletora poderão ser acompanhados por fiscais designados pela chapa, escolhidos entre os associados, na proporção de 1 (um) fiscal por cada chapa, os quais deverão portar credencial expedida pela Comissão Eleitoral.

ARTIGO 105º - Não poderão ser nomeados membros das mesas coletoras:

a) Os candidatos, seus cônjuges e parentes, ainda que por afinidade até segundo grau inclusive.

b) Os membros do Sistema Diretivo do Sindicato em exercício e os funcionários da Administração da Entidade.

CAPÍTULO VIII – DA VOTAÇÃO:

ARTIGO 106º - A relação dos associados em condições de votar será elaborada pela Diretoria Executiva da entidade, devendo ser afixada em área de fácil acesso na Sede e nas Sub-Sedes do Sindicato e fornecida a um representante de cada chapa com antecedência até 10 (dez) dias da data da eleição.

ARTIGO 107º - Os trabalhos eleitorais da mesa coletora

deverão observar as horas de início e de encerramento previstos no Edital de Convocação.

Parágrafo Único – Os trabalhos de votação poderão ser encerrados antecipadamente, se já tiverem votado todos os eleitores constantes na folha de votação.

ARTIGO 108º - Somente poderão permanecer no recinto da mesa coletora os seus membros, os fiscais designados e, durante o tempo necessário à votação, o eleitor.

ARTIGO 109º - Os associados, cujos nomes não constarem da lista de votantes, assinando lista própria, votarão em lista separada.

Parágrafo Único – Não serão permitidos votos por correspondência ou por procuração.

ARTIGO 110º - São documentos válidos para identificação do eleitor:

a) Carteira Funcional da empresa, desde que tenha fotografia;

b) Registro Geral;

c) Carteira de Trabalho (CTPS);

d) Certificado de Reservista;

CAPÍTULO IX – DA APURAÇÃO DOS VOTOS:

ARTIGO 111º - A sessão eleitoral de apuração será instalada na Sede do Sindicato ou em local apropriado, imediatamente após o encerramento da votação.

Parágrafo 1º - As mesas apuradoras serão presididas pela Comissão Eleitoral e composto de escrutinadores indicados em igual número pelas chapas concorrentes, ficando assegurado

acompanhamento dos trabalhos pelos fiscais designados na proporção de 1(um) por chapa para cada mesa.

Parágrafo 2º - A Comissão Eleitoral verificará se o quorum previsto foi atingido, procedendo, em caso afirmativo, a abertura de urnas.

ARTIGO 112º - Na contagem das cédulas de cada urna, a Comissão Eleitoral verificará se o seu número coincide com a lista de votantes.

Parágrafo 1º - Se o número de cédulas for igual ou inferior ao de votantes, far-se-á a apuração.

Parágrafo 2º - Se o total de cédulas for superior ao total de votantes proceder-se-á a apuração, descontando-se dos votos atribuídos à chapa mais votada na urna, o número de votos em excesso, desde que esse número seja inferior à diferença das duas chapas mais votadas.

Parágrafo 3º - Se o excesso de cédulas for igual ou superior à diferença entre as duas chapas mais votadas, a urna será anulada.

ARTIGO 113º - Finda a apuração, a Comissão Eleitoral proclamará eleitos os candidatos que, na primeira votação, tiverem mais votos nominalmente, independente da chapa na qual foram inscritos, partindo do candidato que obteve mais votos, seguindo pelo segundo mais votado e assim sucessivamente, correspondendo ao número de vagas do Sistema Diretivo em disputa em cada área, observando que somente comporão a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal,

os candidatos integrantes de chapa que tenham elegido ao menos 10% (dez por cento) do total do Sistema Diretivo, do contrário, seus candidatos integrarão a Diretoria de Base, bem como, a obrigatoriedade de 20% (vinte por cento) de mulheres na composição de cada um dos órgãos do Sistema Diretivo.

Parágrafo 1º: Consideram-se votos válidos, aqueles atribuídos aos candidatos concorrentes, excluindo-se deste cômputo os votos brancos e nulos.

Parágrafo 2º: Ao término dos trabalhos a Comissão Eleitoral fará lavrar uma Ata Geral de Apuração.

CAPÍTULO X – DO QUÓRUM DA CONVOCÇÃO DE NOVAS ELEIÇÕES:

ARTIGO 114º - Se o número de votos das urnas anuladas for superior à diferença entre as duas chapas mais votadas, não haverá proclamação de eleitos pela Mesa Apuradora, cabendo à Comissão Eleitoral realizar novas eleições no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

ARTIGO 115º - Em caso de empate entre candidatos que estejam disputando a última vaga da área, realizar-se-ão eleições de segundo turno, somente entre os candidatos que estejam disputando a última vaga, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

ARTIGO 116º - Havendo mais de uma chapa inscrita, a eleição do Sindicato em primeira convocação só será válida se participarem da votação mais de 2/3 (dois terços) dos associados com capacidade para votar. Não sendo obtido este quorum, a Comissão Eleitoral encerrará

a eleição, inutilizando as cédulas e convocará nova eleição prevista em edital de convocação.

Parágrafo 1º - A segunda eleição será válida se nela tomarem parte mais de 50% (cinquenta por cento) dos eleitores.

Parágrafo 2º - A terceira eleição dependerá do comparecimento de mais de 40% (quarenta por cento) dos eleitores.

Parágrafo 3º - Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos primeiro e segundo, apenas as chapas inscritas, para primeira eleição, poderão concorrer às subseqüentes.

Parágrafo 4º - Só poderão participar da eleição, em segunda e terceira convocação, os eleitores que se encontravam em condições de exercer o voto na primeira convocação.

Parágrafo 5º - Na hipótese de haver uma chapa única inscrita, a eleição só será válida caso tenham participado da primeira votação, 50% mais 1 (cinquenta por cento mais um) dos associados em condição de voto. Em não sendo atingido este percentual, realizar-se-á uma segunda eleição, que só será validada na hipótese de terem votado 40% mais 1 (quarenta por cento mais um) dos eleitores aptos a votar.

Parágrafo 6º - Em se configurando a situação prevista no parágrafo 5º, aplica-se, no que couber, o disposto no caput, parágrafos terceiro e quarto deste artigo.

ARTIGO 117º - Não sendo atingido o quorum em terceiro escrutínio, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis e máximo

de 5 (cinco) dias úteis, a Comissão Eleitoral realizará nova sessão da Assembleia Geral Eleitoral Permanente, que declarará a vacância do Sistema Diretivo do Sindicato a partir do término previsto dos mandatos da Administração em exercício e elegerá entre os associados uma Junta Diretiva e um Conselho Fiscal para administrar o Sindicato dentro dos limites deste Estatuto, até a posse do novo Sistema Diretivo.

Parágrafo 1º - Além dessas atribuições, a Assembleia Geral declarará terminado o Processo Eleitoral em curso, dissolverá a Comissão Eleitoral, marcará data de nova eleição para daí no máximo 6 (seis) meses, dando por encerrado seu caráter permanente.

Parágrafo 2º - O novo Processo Eleitoral será encaminhado pela Junta Diretiva em conformidade com o Título IV deste Estatuto e respeitada a data para a nova eleição.

CAPÍTULO XI - DA ANULAÇÃO E DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS:

ARTIGO 118º - Será anulada a eleição quando mediante recurso ficar comprovado:

a) Descumprimento das Normas do Edital de Convocação;

b) Que não foram obedecidas às formalidades essenciais estabelecidas neste Estatuto;

c) Que não foi cumprido qualquer dos prazos estabelecidos neste Estatuto;

d) Ocorrendo vício ou fraude que comprometa sua legitimidade.

Parágrafo Único - A anulação do voto não implicará na anulação da urna em que a ocorrência se verificar. De igual forma, a anulação da urna não importará na anulação da eleição, salvo se o número de votos anulados for igual ou superior ao da diferença final entre as duas chapas mais votadas.

ARTIGO 119º - O prazo para interposição de recursos será de 15 (quinze) dias contados da data final de realização do pleito.

Parágrafo 1º - Os recursos poderão ser propostos por qualquer associado em pleno gozo dos seus direitos sindicais.

Parágrafo 2º - Findo o prazo estipulado recebidas ou não as contra-razões do recorrido, a comissão eleitoral decidirá antes do término do mandato vigente.

CAPÍTULO XII - DO MATERIAL ELEITORAL:

ARTIGO 120º - A fim de assegurar a eventual recontagem de votos, as cédulas apuradas permanecerão sob a guarda da Comissão Eleitoral até a proclamação final do resultado da eleição.

ARTIGO 121º - À Comissão Eleitoral incumbe zelar para que se mantenha organizada a documentação do processo eleitoral que deverá ser sempre em 2 (duas) vias, constituindo a primeira dos documentos originais. São peças essenciais do processo eleitoral:

a) Edital folha de jornal e boletim do Sindicato que publicou o Edital de Convocação da Eleição;

b) Cópia dos requerimentos dos registros de chapas e as respectivas fichas de

qualificação dos candidatos;

c) Folha de jornal que publicou a relação nominal das chapas registradas;

d) Cópia dos expedientes relativos à composição das mesas eleitorais;

e) Relação dos sócios em condições de votar;

f) Listas de votação;

g) Atas das seções eleitorais de votação;

h) Exemplar de cédula única de votação;

i) Mapas de Apuração, por mesa coletora e respectiva ata de apuração;

j) Cópias das impugnações, dos recursos e respectivas contra-razões;

k) Comunicação oficial das decisões emanadas pela Comissão Eleitoral;

l) Atas com deliberações das sessões da Assembleia Geral Eleitoral Permanente;

m) Documento com o resultado oficial da eleição;

n) Proclamação final.

Parágrafo Único – Toda documentação referente ao processo eleitoral deverá ficar arquivado na Secretaria Geral do Sindicato.

CAPÍTULO XIII – DA PROCLAMAÇÃO E DA POSSE:

ARTIGO 122º - Respeitados os dispostos neste Estatuto para a interposição de recursos após a realização do pleito e até 15 (quinze) dias antes do término do mandato vigente, a Comissão Eleitoral afixará na Sede e nas Sub-Sedes do Sindicato e publicará nos meios de comunicação da entidade a Proclamação Final do resultado da eleição.

ARTIGO 123º - A posse dos membros do Sistema Diretivo do Sindicato recém-eleitos

ocorrerá na data do término do mandato da Administração anterior.

TÍTULO V – DA RENÚNCIA E DO IMPEDIMENTO DA DIRETORIA

CAPÍTULO I – DA RENÚNCIA DO SISTEMA DIRETIVO:

ARTIGO 124º - Por convocação da maioria absoluta de um dos órgãos que compõem o Sistema Diretivo, o Plenário do Sistema Diretivo poderá reunir-se extraordinariamente para deliberar sobre a renúncia coletiva ao mandato em exercício, sendo necessária, entretanto, a aprovação da renúncia por 2/3 (dois terços) dos membros que compõem o Sistema Diretivo do Sindicato.

Parágrafo 1º - A convocação da reunião do Plenário do Sistema Diretivo para deliberar sobre a renúncia deverá ser comunicada individualmente e a todos os membros do Sistema Diretivo com antecedência de pelo menos 3 (três) dias úteis e com sua pauta explícita na convocação.

Parágrafo 2º - Aprovada a renúncia coletiva, a Diretoria Executiva deverá comunicar, em 48 (quarenta e oito) horas aos associados através dos órgãos de divulgação da Entidade, informando também os encaminhamentos e prazos seguintes determinados no artigo 128º deste Estatuto, para a situação.

CAPÍTULO II – DO IMPEDIMENTO DO SISTEMA DIRETIVO

ARTIGO 125º - Ocorrera impedimento do mandato do Sistema Diretivo quando:

a) Constatada a vacância de pelo menos 2/3 (dois terços) dos

cargos do Sistema Diretivo e não se considerando para este efeito eventuais demissões de coordenadores promovidas pelo patronato;

b) O Sistema Diretivo comprovadamente houver abandonado suas funções e/ou obrigações estatutárias;

c) Comprovada a malversação ou procedimentos ilícitos com as finanças e patrimônio da Entidade.

ARTIGO 126º - O impedimento poderá ser solicitado por maioria absoluta de um dos órgãos do Sistema Diretivo ou por 1/3 (um terço) dos associados, em documento dirigido à Secretaria Geral da Entidade, constando as razões e assinaturas dos solicitantes.

ARTIGO 127º - O Sistema Diretivo terá até 20 (vinte) dias a partir da solicitação para opor-se e enviar uma contra-solicitação, protocolada na Secretaria Geral, ao órgão ou representante dos solicitantes.

Parágrafo Único – Se, após a contra-solicitação, houver reafirmação do pedido de impedimento nos termos do Artigo 125º deste Estatuto, caberá a dois dos Coordenadores da Secretaria Geral, conjuntamente, convocar Assembleia Geral para deliberar, num prazo máximo de 30 (trinta) dias e mínimo de 10 (dez) dias, a contar do protocolo da reafirmação.

ARTIGO 128º - Assembleia Geral Extraordinária convocada especialmente para deliberar sobre a solicitação de impedimento do mandato do Sistema Diretivo em exercício será na forma de plebiscito e deverá ter o quorum de 2/3 (dois terços) dos associados à Entidade.

CAPÍTULO III – DA JUNTA DIRETIVA:

ARTIGO 129º - Decidida a renúncia ou impedimento do Sistema Diretivo nas formas previstas neste Estatuto, um dos Coordenadores da Secretaria Geral do Sindicato deverá convocar nova Assembleia Geral, no prazo máximo de 5(cinco) dias úteis após a decisão para:

a) Convocar o Processo Eleitoral, conforme Título IV e seus capítulos deste Estatuto;

b) Eleger dentre os associados, a Junta Diretiva e Conselho Fiscal para administrar a Entidade até a posse do novo Sistema Diretivo eleito.

Parágrafo Único – A Junta Diretiva e o Conselho Fiscal tomarão posse 3(três) dias úteis após sua eleição na Assembleia Geral e administrarão a Entidade dentro dos limites deste Estatuto.

TÍTULO VI – DA GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

ARTIGO 130º - O Plano Orçamentário Anual, elaborado pela Secretaria de Finanças e aprovado pela Diretoria Executiva, definirá a aplicação dos recursos disponíveis da Entidade.

ARTIGO 131º - A previsão de receitas e despesas conterá, obrigatoriamente, as dotações específicas para as seguintes atividades permanentes:

a) Campanha Salarial e Negociação coletiva;

b) Divulgação das iniciativas do Sindicato;

c) Estruturação material da Entidade.

ARTIGO 132º - A dotação específica para a Campanha Salarial e Negociação Coletiva

abrangerá as despesas referentes à:

a) Realização de Congressos, Encontros e Articulações Intersindicais ou com movimentos populares e democráticos;

b) Informação para a categoria e a opinião pública;

c) Formação de fundos em caráter permanente para propiciar a mobilização da categoria e a sustentação de suas lutas.

ARTIGO 133º - A dotação específica para a divulgação das iniciativas do Sindicato assegura a publicação de informes periódicos.

ARTIGO 134º - A dotação específica para a estruturação material da Entidade abrangerá o conjunto de meios destinados a efetivar o apoio direto ou indireto às deliberações e definições programáticas da categoria e do Sistema Diretivo do Sindicato.

ARTIGO 135º - O Plano Orçamentário Anual será aprovado pela Assembleia Geral, especificamente convocada para este fim, até o último dia útil do ano fiscal do exercício anterior.

Parágrafo 1º - O Plano Orçamentário Anual, após a aprovação, será publicado em resumo nos meios de comunicação do Sindicato em até 30(trinta) dias.

Parágrafo 2º - As dotações orçamentárias que se apresentarem insuficientes para o atendimento das despesas, poderão ser ajustadas mediante créditos adicionais solicitados pela Diretoria à Assembleia Geral.

ARTIGO 136º - Os Balanços, Financeiro e Patrimonial

do ano fiscal do exercício anterior, serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral até o último dia útil do 4º(quarto) mês do exercício em curso.

ARTIGO 137º - O patrimônio da Entidade constitui-se:

a) Das contribuições devidas ao Sindicato pelos que participam da categoria profissional em decorrência de norma legal ou de cláusula inserida em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho;

b) As mensalidades dos associados, na conformidade da deliberação da Assembleia Geral convocada especificamente para o fim de fixá-la;

c) Dos bens e valores adquiridos e das rendas por eles produzidas;

d) Dos direitos patrimoniais decorrentes da celebração de contratos;

e) Das doações e dos legados;

f) Das multas e das outras rendas eventuais.

ARTIGO 138º - Os bens móveis que constituem o patrimônio da Entidade serão individualizados e identificados através de meio próprio para possibilitar o controle do uso e conservação dos mesmos.

ARTIGO 139º - A venda de bem imóvel dependerá de prévia aprovação da Assembleia Geral da categoria, especialmente convocada para esse fim.

TÍTULO VII – DA FILIAÇÃO A ENTIDADES DE GRAU SUPERIOR

ARTIGO 140º - Tendo em vista a comunhão de interesses de classe e o fortalecimento

da organização da classe trabalhadora, o sindicato buscará necessariamente vinculação política e orgânica com entidades de grau superior.

ARTIGO 141º - Compete à categoria decidir sobre a filiação do Sindicato a Entidade de grau superior através de discussão em Congresso, homologada por plebiscito entre o conjunto dos associados no gozo de seus direitos.

Parágrafo Único – Excetua-se os casos em que a filiação a Entidade de grau superior for definida em lei.

TÍTULO VIII – DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

ARTIGO 142º - O presente estatuto poderá ser alterado,

no todo ou em parte, em Congresso da categoria, observado o disposto no Capítulo II, do Título III, deste Estatuto.

Parágrafo 1º: Deverão ser ratificadas por assembleia geral dos trabalhadores as alterações estatutárias que, por exigência legal, necessitem de aprovação da assembleia para que possam ser validadas.

Parágrafo 2º: O quórum para deliberação na assembleia a que se refere o parágrafo anterior, será o de maioria simples dos associados presentes.

TÍTULO IX – DA DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE

ARTIGO 143º - A dissolução da Entidade, bem como a

destinação de seu patrimônio, somente poderá ser decidida por Assembleia Geral Extraordinária convocada exclusivamente para este fim e cuja instalação dependerá do quórum de 3/4 (três quartos) dos associados quites e desde que a proposta de dissolução seja aprovada por voto direto e secreto por 50% (cinquenta por cento) mais 1(um) dos associados participantes.

Parágrafo Único – Aprovada a dissolução da Entidade, o seu patrimônio destinar-se-á aos associados em partes iguais e ideais ou a quem estes indicarem na Assembleia Geral Extraordinária.

São Paulo,



Teses do coletivo Alternativa Sindical de Base + Independentes

CONJUNTURA

Fora, Bolsonaro e Mourão. Já! Organizar uma alternativa dos trabalhadores diante da crise capitalista!

Bolsonaro e Mourão são responsáveis por um legado de morte e destruição. São mais de 600 mil mortes. Além do genocídio, cresce a fome, miséria e o desemprego. No Brasil, mais de 20 milhões passam fome; 92 milhões vivem de bicos ou estão desempregados e a inflação dispara no preço dos alimentos, tarifas de luz e gasolina.

Para os bilionários a realidade é bem diferente. Em 2021 foram R\$ 315 bi em isenções de impostos; equivalente ao auxílio emergencial de 67 milhões de pessoas. Em março de 2020 os bancos receberam R\$ 1,3 tri e, em um ano, o número de bilionários brasileiros aumentou 45%. Esse é o resultado da política de recolonização aprofundada por Bolsonaro. **Repetir a conciliação de Lula não é alternativa real...**

O Brasil vem descendo a

ladeira e se aliar aos nossos inimigos é jogar a pá de cal em cima do povo. Enquanto falta às manifestações pelo “Fora Bolsonaro”, Lula viaja o país para se reunir com Sarney, Renan Calheiros e diz que “sonha com o banqueiro Henrique Meirelles” para construir sua “Frente Ampla”, ou seja, um projeto junto com os mesmos empresários privilegiados que sugam nossos direitos e levam o país ao buraco.

Nenhuma novidade. Após governar por 14 anos, o PT já deixou nítido que prefere se juntar com “os de cima” e repetir os erros do passado que nos trouxeram até este caos. Infelizmente, o Congresso do PSOL, apesar das diferenças internas que jogaram a decisão sobre o processo eleitoral para março/22, tendeu a seguir na construção do projeto de conciliação de Lula.

...muito menos a “Ter-

ceira Via”.

Nós, metroviários, sabemos bem que essa “terceira via” não é alternativa. Aqui em SP Doria mostra o que defende: concessões, corte de R\$ 80 mi na saúde, enquanto garante R\$ 17 bi em isenções fiscais para as grandes empresas privadas, além de mais de R\$ 1 bi à CCR. Outro exemplo é Ciro Gomes, que esteve nos governos Itamar (MDB), FHC (PSDB) e Lula (PT) e agora quer se passar por novidade. O discurso contrário do que fez em toda sua vida pública não se sustenta na realidade.

Tirar Bolsonaro já e enfrentar os super-ricos para acabar com o desemprego, a fome e a inflação! Construir uma alternativa pelas mãos dos trabalhadores!

Tirar Bolsonaro é urgente. Esperar 2022 é ser cúmplice de seus crimes. Mas junto com a luta nas ruas e a preparação de uma Greve Geral é preciso

construir uma alternativa política de quem detém a força de trabalho. Nossa categoria tem sido heroica em defesa dos direitos, mas enquanto não enterrarmos o projeto dos super-ricos os ataques seguirão. Não podemos deixar que nossos inimigos ditem as regras do jogo.

Para acabar com o caos social precisamos enfrentar os privilégios dos de cima; a

mudança não virá junto com eles. Por isso, é necessário construir uma alternativa que enfrente a extrema direita; também contra todos que defendem os bilionários, sejam da “Terceira Via”, sejam da Frente ampla de Lula (PT), PCdoB, PSB.

*Assinam essa tese em grupo:
Alternativa Sindical de Base
+ Independentes*

*Alexandre Freitas OTM4,
André Martins (Alface)
PIT, Carlos Freitas OTMI
L3, Erick França OTM2 L3,
Fábio João OTM4, Fábio Silva
(Fabinho) Manut Linhas L3,
Leandro (Miserável) PIT,
Leo Santos OT L2, Raimundo
Cordeiro OTM2 L1, Ricardo
Cadol OTMI L3, Roberval
CIM, Sean OT L3, Thaysa
Rosal OT L1, Thiago Mathias
(Barba) OTMI L1*

Vamos debater Segurança Pública?

O que entendemos por segurança pública?

Segurança pública é uma segurança voltada ao bem-estar da comunidade e da convivência em sociedade. Hoje temos as leis de segurança nacional: lei antiterrorismo do Moro e a lei antidrogas (Lei 11.343/06), aprovada por Lula.

Percebemos que mesmo com essas leis criadas para “diminuir” a criminalidade e a violência, a realidade só prova o contrário. Por exemplo: a população carcerária brasileira cresceu 267% entre 2000 e 2014. O total de pessoas encarceradas no Brasil chegou a 726.712 em junho de 2016, e a população carcerária feminina aumentou 567% no mesmo período. Atualmente, a população carcerária do país é a terceira maior do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China. Mais de 40% são presos provisórios aguardando julgamento. Além disso, mais da metade dos presos no Brasil são jovens entre 18 e 29 anos, sendo que 64% dos encarcerados são negros.

Portanto, a política de segurança precisa ser discutida junto com uma questão social muito maior que envolva os órgãos de assistência social e não como um caso de repressão. A situação da mãe de 5 crianças, que, recentemente, foi presa por roubar um miojo e um refrigerante de um supermercado, pois estava sem emprego e em situação de rua, fez demonstrar que a política de combate à violência criminaliza o pobre que necessita alimentar sua família e os verdadeiros ladrões do dinheiro público, como a família Bolsonaro, está solta e enriquecendo com as riquezas do país.

A segurança deve se dar desde a raiz do problema. Ou seja, as leis existentes devem proteger os trabalhadores que já vivem em condições precárias e não os criminalizarem, os culpabilizando como se o problema fosse roubar um miojo e não uma mulher e sua família viverem nessa condição de vulnerabilidade.

Aqui queremos trazer o

debate da crise social para dentro **da Segurança Metroviária**. Esses problemas encontrados no âmbito externo dos trilhos do metrô refletem dentro. A direção da empresa, a mando do governo, coloca como tarefa dos ASS “enxugar gelo”, “combatendo” o comércio ambulante e mendicância nas áreas internas, para maquiagem o problema, alegando como nossa responsabilidade o enfrentamento com esses setores, sendo que a situação do desemprego só aumenta no país, crescendo mais ainda essas práticas no Metrô.

Portanto, nós ASS, enquanto o Metrô e o governo Dória aplicarem essa política, devemos exigir que alguma medida social seja tomada e que sejamos, ao mesmo tempo, mais ponderados nas abordagens, porque quanto mais fizermos a política de “bucha de canhão” que o Metrô nos coloca, cada vez mais essa situação será resolvida como casos de repressão e, no final, sendo expostas nas mídias, com nossos empregos e integridade física ameaçados.

MOVIMENTO SINDICAL

Menos enganação e mais ação

Um movimento real, independente e autônomo de governos, que aposte mais nas lutas

Por muitos anos o movimento sindical ficou estagnado, acreditando em um governo dito de esquerda, conciliador; diversos setores se renderam às ofertas que evitassem as lutas. Apostar em conciliação significa se limitar em atender as pautas dos trabalhadores, pois as mudanças estruturais só são conquistadas com muita mobilização e unidade de ação.

A consequência dessa aposta foi a perda de credibilidade; os trabalhadores ficaram órfãos e diante dessa situação, setores mais agueridos insistiram em construir uma ferramenta que desse vazão às pautas de grande importância da classe trabalhadora. Uma dessas ferramentas foi a CSP Conlutas, que batalha por um movimento coerente e incisivo, que aposte na organização de cada setor para construir as lutas necessárias contra os ataques dos governos e patrões e para avançar nas conquistas. Mas sabemos que sozinhos não é possível alcançar os grandes objetivos da classe e, por isso, defendemos ações unificadas com todo o movimento para as pautas convergentes, sendo necessária a construção pelas bases.

Por isso, dentro da categoria constrói-se o Alternativa Sindical de Base, que agrega diversas correntes e independentes, a fim de dar vazão às lutas dos metroviários em conjunto com outras categorias, pois entendemos que não podemos ficar isolados, precisamos somar forças para as pautas comuns.

Chamamos todos os setores que apostam na luta para que possamos dar um rumo para os trabalhadores. Pra isso, não podemos aceitar recuos; vemos dentro da categoria um reflexo do que ocorre no país, onde precisamos tirar Bolsonaro e Mourão, acabar com as políticas de Guedes, assim como derrotar os ataques de Doria em SP, mas o que ocorre é um “banho maria”, que engana que está lutando, mas aposta em eleições e permite a população sangrar durante todo esse período; internamente vimos na Campanha Salarial parte desses setores defender acordo rebaixado, tentando evitar a luta da categoria.

Então é necessário que aqueles que realmente constroem a luta se juntem num bloco que chame as necessárias mobilizações. Que as pautas convergentes sejam afinadas para a retomada da credibilidade do movimento; as divergências permanecerão, mas terão os espaços adequados para os devidos

debates e conscientização.

Por isso, é necessário reconstruir um movimento sindical independente e autônomo de governos, que não aceite negociatas e aposte na organização dos trabalhadores com objetivo de preparar e mobilizar para grandes lutas; que realize atos centralizados massivos, mas também atos espalhados, organizados nas periferias, com apoio das associações de bairros, movimentos sociais e populares, que discutam em cada local as pautas dos trabalhadores e que as Centrais Sindicais abracem todo esse movimento, convocando uma grande Greve Geral para derrubar Bolsonaro e Mourão, acabar com os ataques de Guedes, Doria e seus parceiros em outras regiões.

*Assinam essa tese em grupo:
Alternativa Sindical de Base
+ Independentes*

*Alexandre Freitas OTM4,
André Martins (Alface)
PIT, Carlos Freitas OTMI
L3, Erick França OTM2 L3,
Fábio João OTM4, Fábio Silva
(Fabinho) Manut Linhas L3,
Leandro (Miserável) PIT,
Leo Santos OT L2, Raimundo
Cordeiro OTM2 L1, Ricardo
Cadol OTMI L3, Roberval
CIM, Sean OT L3, Thayssa
Rosal OT L1, Thiago Mathias
(Barba) OTMI L1*

A privatização do Metrô e o papel da segurança

A privatização do Metrô continua sendo o foco prioritário do governo de SP. Este projeto de entrega e destruição de um serviço público primordial para a cidade segue a mesma cartilha de sempre: precariza, diminui a qualidade aos olhos da sociedade, anuncia a privatização como solução, investe dinheiro público e garante os lucros aos empresários.

No caso do Metrô, presenciemos a falta de contratação, a sobrecarga de trabalho, a falta de investimentos - que gera mais superlotação -, o arrocho salarial e prejuízo nos benefícios financeiros, as demissões e os ataques aos acordos coletivos e às representações dos trabalhadores. Para concretizar essas ações perante a opinião pública, a direção da empresa e o governo usam como referência o “padrão Linha Amarela” de Metrô. O que não explicita são as condições e precariedade do serviço das Linhas 4 e 5 sofrida pelos metroviários que, com direitos a menos e salários mais baixos do que os concursados, convivem com uma realidade de sobrecarga de trabalho e acúmulo de funções que prejudicam a qualidade do serviço. É neste caso que entra o papel da segurança pública metroviária.

O acúmulo de função para além das atribuições de zelar pela segurança pública e patrimonial é uma evidência de como a privatização destrói a qualidade do serviço prestado. Essa é a lógica que o Metrô de SP quer aplicar nas linhas

públicas e devemos reagir.

A direção do Metrô sempre tentou coagir e direcionar a atuação da segurança para garantir suas práticas de ataques aos metroviários, tentando utilizar a segurança como seu batalhão de choque militarizado para inibir e agir contra os trabalhadores. Tentativas frustradas que demonstraram que os seguranças são metroviários como todos os outros cargos da categoria e não seguirão a linha de ataques da empresa, pelo contrário, se somarão à luta dos trabalhadores em defesa dos direitos e melhores condições de trabalho.

O acúmulo de função aos Agentes de Segurança que o Metrô objetiva executar, ocasionando fim do cargo de OTM I e gerando possíveis demissões, deve ser um foco de atuação de toda a categoria. A segurança não deve ser “bucha de canhão” para o avanço da privatização.

A valorização da segurança passa por mais contratações via concurso público para suprir a alta e crescente demanda no sistema, focada na ação de presença com atuações educativa e corretiva a fim de proteger os trabalhadores, e não aos interesses políticos da direção da empresa contra a população e a categoria. Por exemplo na situação da violência contra mulheres e casos de importunação sexual, a segurança é o principal agente para o acolhimento das vítimas, a necessidade de mais contratação feminina

se faz presente. A luta pela manutenção do cargo de OTM I passa pela luta contra essa precarização já anunciada e tentada pela direção do Metrô.

O Congresso deve decidir:

- 1. A luta contra a privatização passa pela valorização de todos os cargos operativos, da manutenção e administrativos. Fortalecer a luta contra o acúmulo de função aos ASs, contra a extinção do cargo de OTM I e contra quaisquer demissões.**
- 2. Mais contratações, via concurso público, de ASMe e OTMs.**
- 3. Mais contratação de ASM femininas no combate à violência contra a mulher. Que os trabalhadores da segurança se apropriem, através de debates, também promovidos pelo Sindicato, dos temas de combate às opressões para devida atuação.**

*Assinam essa tese em grupo:
Alternativa Sindical de Base
+ Independentes*

Alex Silva ASMI L15, André Saraiva ASMI L1, Gustavo Viera ASMI L1, Inácio ASMI L3, Marcelo Soares (Cadeirudo) ASMI L3, Maria Clara ASMI L3, Marcelino de Paula ASMI L3, Messias Justino ASMI L3, Nelson Santos ASMI L3, Peretti ASMI L1, Raquel Amorim ASMI L2, Ricardo Lourenço (Che) ASMI L2, Wesley Bonfim ASMI L3

Necessidade de organizar autodefesa no Sindicato e no movimento

Nos últimos anos temos visto a organização da ultra direita no mundo, fruto da crise do sistema capitalista (econômica, política, social e ambiental) que aprofundou a polarização e fortaleceu também esse fenômeno.

No Brasil com o governo genocida e de ultra direita de Bolsonaro tem crescido também a organização desses grupos inclusive com características fascistas.

Ataques desses grupos já têm aparecido na Europa e EUA. Assim como enfrentamento com o movimento.

No Brasil depois do dia 20/11/2021 houve um grupo

estrangeiro que veio ao Brasil para fazer intercâmbio com grupos daqui e fizeram alguns ataques a lugares frequentados pelos movimentos, como um bar antifascista no centro de SP, ferindo um integrante.

Esse tipo de situação deve ter um avanço de qualidade no ano que vem, mais próximo do período eleitoral e mesmo depois.

É necessário o movimento se organizar para a auto-defesa, inclusive o próprio Sindicato.

Resoluções:

1) O Sindicato deve organizar e preparar equipe de autodefesa com treina-

mento e equipamentos, podendo também expandir para parceiros do movimento;

2) Abrir uma discussão na categoria e no movimento sobre o tema;

3) Buscar diversos parceiros para em eventos gerais poderem se somar, mas também para socorro mútuo em caso de necessidade.

*Assinam essa tese em grupo:
Alternativa Sindical de Base*

*Narciso OT L2, Priscila
Guedes OTMI L2, Ronaldo
Campos (Pezão) OT L3*

LUTAS DA CATEGORIA

Preparar o time e organizar para as lutas

Unificar mobilizações contra as concessões, privatizações e terceirizações

Há tempos discutimos a questão das concessões/privatizações, assim como as terceirizações; todos os governos implementaram esses ataques e sempre fizemos o combate, mas essa é uma luta dura e que precisa ser unificada com aqueles que também têm esse ponto como pauta. Estamos em um momento em que essa questão está fervendo nas agendas de Bolsonaro/Guedes,

Doria/Meirelles e Ricardo Nunes, assim como em outros estados e municípios também.

Estão tentando privatizar tudo; na contramão do que ocorre no mundo. Para eles não importa opinião pública, bem social, dinheiro público perdido, mas sim os lucros de seus grandes parceiros financiadores de suas campanhas.

Temos que ter um plano de ação com base em dados e informações que contribuam para nossa melhor comunicação com a população e organi-

zamos com diversos setores as mobilizações necessárias. Nesse ponto, foi de grande importância o lançamento da cartilha da Fenametro com estudo elaborado pelo ILAÉSE sobre transportes no Brasil.

No estudo, fica escancarado o quanto o setor rodoviário é priorizado e que este setor está em colapso; é possível observar as consequências das concessões e privatizações no transporte e que rumo isso está indo. São feitas análises, mostrando os problemas re-

lativos aos trabalhadores, por exemplo do Metrô privado no Rio de Janeiro, das Linhas 4 e 5 de São Paulo, que são comandadas pelo grupo CCR, assim como mostra o que significa na prática o transporte de ônibus que é quase todo concedido no país inteiro.

A pandemia afetou grandemente esse setor e o estudo contém pesquisas que mostram que o pós pandemia não terá o mesmo movimento de passageiros de antes, ou seja, não podemos permitir que o transporte para a população dependa exclusivamente de sua tarifa; assim como em todo o mundo há subsídio público, aqui também deve ter. Do contrário, as passagens custariam quase R\$ 8,00, valor impossível de ser pago por quem mais necessita do serviço. O estado subsidia,

por exemplo, a Linha 4, onde atualmente a tarifa já chegou a R\$ 5,28, assim como os ônibus municipais recebem bilhões em subsídio da prefeitura; não tem cabimento o dinheiro público ser direcionado para o setor privado enquanto as estatais sofrem sucateamento por falta de investimento. **Precisamos dar um basta nisso!**

Visto que Metrô de diversos estados estão como alvos da privatização, a Fenametro é um instrumento importante para unificar esse setor e precisamos ir além, chamar todo o movimento sindical a dar peso nesse tema, juntando todas as categorias que estão ameaçadas, pois as perdas serão para toda a população e os trabalhadores dessas categorias. A cartilha da Fenametro aponta como solução para a mobilidade urbana no

país o investimento de 2% do PIB no transporte sobre trilhos; para isso, é necessário todo o movimento afinar a comunicação e mostrar esse caminho, mobilizando para que isso se concretize.

*Assinam essa tese em grupo:
Alternativa Sindical de Base
+ Independentes*

*Alexandre Freitas OTM4,
André Martins (Alface)
PIT, Carlos Freitas OTMI
L3, Erick França OTM2 L3,
Fábio João OTM4, Fábio Silva
(Fabinho) Manut Linhas L3,
Leandro (Miserável) PIT,
Leo Santos OT L2, Raimundo
Cordeiro OTM2 L1, Ricardo
Cadol OTMI L3, Roberval
CIM, Sean OT L3, Thaysa
Rosal OT L1, Thiago Mathias
(Barba) OTMI L1*

Plano de Carreira e equiparação

A valorização da Segurança do Metrô se constrói pela imagem, condições de trabalho e também motivações financeiras e profissionais. O plano de carreira da segurança é engessado há anos, desde que a direção da empresa usurpou o direito dos funcionários do OPS de ascensão dentro da GOP. Essa reivindicação é histórica e o Sindicato deve encabeçar a luta que pressione o Metrô a analisar todas as possibilidades e unificar a carreira operativa, sem extinção de cargos nem acúmulo de funções.

Superada a distinção de remuneração entre AS 1 e

AS 2 (ASM's I), na década de 90, os OT's que ao final desse período recebiam salários irrisoriamente mais altos dos que os AS's, iniciaram uma forte campanha vitoriosa para equiparem seus salários aos OE 3 (OTM II EST), permanecendo os AS's com suas remunerações e carreiras estagnadas dentro da operação.

Promessas de que a criação de um departamento exclusivo da segurança (OPS) fosse resolver tais distorções e melhorar a situação, na verdade, só melhorou as condições de meia dúzia de burocratas de ar condicionado, aprofundando o caos ainda mais.

Sempre soubemos que o

cargo fonte para ocupar uma vaga de OPE CCO (OTM IV), foi o de SLO (OTM III EST/TRA). Com a criação do CCS, quando as atribuições foram oriundas do console de passageiros, o OPS promoveu a maior aberração dentro das funções da segurança. Movimentou alguns AS's, com critérios questionáveis, para fazer o trabalho no console de segurança por uma remuneração muito inferior ao OP CCO. Com o tempo, o departamento percebeu a crise que se instalava na cadeia de comando entre console e supervisão na linha e, de forma atabalhoada, "substituiu" (promoveu) os operadores, sem os menores

critérios, como o de costume da época, sem corrigir a distorção entre as funções e as remunerações correlatas entre todos os outros consoles.

Nesse momento de ataque ao cargo de OTM I, com a empresa ameaçando extinguir a função e o emprego de muitos companheiros, transferindo as atribuições destes aos AS-M's I, é imperioso a luta contra esses desmandos, seja pela valorização da segurança ou qualquer contrapartida que assegure o emprego, a justa remuneração ou ao devido reconhecimento pela inclusão do OPS no plano de carreira unificado da GOP.

Assim como a valorização profissional, a luta pela

equiparação deve ser algo construído com envolvimento de todos os metroviários em defesa de um pleito justo que é o direito de parte significativa da categoria, que cumpre as mesmas funções mas recebem salários diferentes. Essa situação não deve ser secundarizada e deve ser uma luta conjunta por valorização do trabalho metroviário em consonância com remunerações igualitárias e justas.

Deliberações:

1. Criação de Comissão paritária com a direção da empresa que analisará o Plano de Carreira Unificado com equiparação salarial entre cargos e executará este pleito.

2. Conscientização e mobilização de toda a categoria sobre a pauta de equiparação e valorização dos trabalhadores.

*Assinam essa tese em grupo:
Alternativa Sindical de Base
+ Independentes*

Alex Silva ASMI L15, André Saraiva ASMI L1, Gustavo Viera ASMI L1, Inácio ASMI L3, Marcelo Soares (Cadeirudo) ASMI L3, Maria Clara ASMI L3, Marcelino de Paula ASMI L3, Messias Justino ASMI L3, Nelson Santos ASMI L3, Peretti ASMI L1, Raquel Amorim ASMI L2, Ricardo Lourenço (Che) ASMI L2, Wesley Bonfim ASMI L3

Luta da Categoria (Teletrabalho)

Com a pandemia, a reorganização dos edifícios deixou os trabalhadores da Administração mais afastados e desorganizados. Com grande parte em teletrabalho, ficou mais difícil alcançar os trabalhadores com informações do Sindicato, organizar a mobilização e ouvir as dificuldades específicas do nosso setor que surgiram com a nova modalidade de trabalho.

No teletrabalho a chefia desrespeita o horário da jornada, sem pagar hora extra. Além disso, o Metrô não fornece equipamento fazendo com que os metroviários arquem com os custos de energia e adaptação de suas casas como local de trabalho.

Propostas:

Critérios claros para o teletrabalho: O Sindicato deve solicitar reunião com o Metrô para verificar as reais condições de trabalho dos metroviários em teletrabalho, estabelecer métodos de controle do horário da jornada e justa compensação por horas extras trabalhadas. Bem como outras questões que possam surgir como saúde do trabalho, ergonomia, assédio moral etc.

Auxílio teletrabalho: Devemos lutar para que o Metrô arque com o fornecimento de equipamento adequado ao teletrabalho e custos de energia elétrica, insumos e adaptações necessárias para trabalhar em casa.

Campanha de sindicalização dos companheiros em teletrabalho: Entrar em contato com cada metroviário ainda não sindicalizado com material específico criado pelo Sindicato.

Calendário de setoriais virtuais para os trabalhadores em teletrabalho: Setoriais virtuais que devem acontecer não menos do que uma vez por mês, para manter os trabalhadores informados e levantar os problemas específicos do teletrabalho.

*Assinam essa tese em grupo:
Alternativa Sindical de Base
Fábio Bosco (Aposentado),
Isaac Souza PIT, Rafael (Biblioteca)*

Lutar pelo cargo do OTM1 é lutar por garantia de emprego e faz parte da nossa luta contra a privatização do Metrô

Os sucessivos governos do PSDB e direções do Metrô vêm tentando extinguir o cargo de OTMI nas estações, assim enxugando o quadro de funcionários para seguir o projeto de privatização da empresa. A terceirização das bilheterias foi parte desse processo ao eliminar postos de trabalho do OTMI.

Diversas vezes a empresa tentou desviar as funções do ASM, determinando assim, uma sobrecarga de trabalho, onde o segurança assumiria os postos do OTMI (SSO e Linha de Bloqueios). Após mobilizações nas bases da segurança, a categoria seguiu resistindo contra essa manobra do Metrô.

Não ter concurso público para OTMI acelera a degradação; prejudica o atendimento, uma vez que essa função é o “cartão de visitas”, garantindo acesso à população ao sistema metroviário. Por mais que os OTMs1 se desdobram para atender aos passageiros com segurança e destreza, o quadro defasado na área já dá sinais de queda na qualidade da prestação de serviço.

É necessário mudar essa lógica e, ela só mudará se houver organização, mobilização e disposição das trabalhadoras e trabalhadores em todas as áreas, pois precisamos unificar toda a

categoria sempre que houver ataques a algum setor; sabemos que o objetivo final é a privatização dos trilhos em São Paulo. O Sindicato tem um papel fundamental nesse momento. Se houver direção séria, comprometida e responsável a categoria corresponde à altura.

Podemos trilhar diversos caminhos e em todos eles requer aquela disciplina sindical e compromisso com a classe trabalhadora; nesse sentido as pautas dos OTMs1, bem como as pautas específicas das outras áreas, devem se confluir para mantermos viva nossa luta pelo Metrô público, estatal e de qualidade.

É importante manter a luta contra as terceirizações, não podemos facilitar o caminho para a entrega do patrimônio público. Trabalhadoras e trabalhadores das bilheterias na operação, como em algumas áreas da manutenção e administração em que ocorreu a terceirização, sabem o mal que é, além de degradar os serviços, há cortes de salários quando retiram os pagamentos dos adicionais condições (risco de vida, quebra de caixa, periculosidade etc.) e há demissões.

Portanto, para garantir permanência da função e garantir os empregos é funda-

mental exigir a equiparação para eliminar as diferenças salariais de trabalhadoras e trabalhadores que exercem a mesma função; conquistar um plano de carreira onde garanta movimentações internas através de critérios democráticos e objetivos; exigir contratação por concurso público; e impedir as terceirizações.

Combater a privatização do Metrô é combater o desemprego e garantir serviços públicos de boa qualidade, sendo assim esse Congresso aponta a necessidade da diretoria do Sindicato manter e intensificar as seguintes pautas:

Concurso Público

Fim da terceirização no Metrô

Equiparação Salarial já!

Plano de Carreira

Fim desse modelo de avaliação de desempenho

Concurso Interno

Assinam essa tese em grupo:

Alternativa Sindical de Base

*Ana Borguin OTMI L1,
Bruno Machion OTMI L3,
Diego Vitello OTMI L2*

Equiparação já! Salário igual para trabalho igual!

Desde 2016 o Metrô não faz equiparações, gerando desigualdade entre os metroviários. Essa “economia” foi para garantir os salários de ad nutum e fazer repasses à iniciativa privada. As progressões salariais (steps) de 2011 até 2018 foram na verdade uma política de ataque da direção da empresa para retardar ao máximo o processo de equiparação salarial e dividir a categoria. Hoje, seja na operação, manutenção ou na administração, há muitos metroviários não equiparados, com salários bem abaixo que de colegas que fazem a mesma função.

Já tivemos processos vitoriosos de mobilização na categoria, como de 2011 a 2015, em que nas campanhas salariais foram equiparadas cerca de 4.500 pessoas e que se combinaram com processos judiciais com resultados positivos de equiparações de outros mais de 1.000 metroviários de diversas áreas.

Nesse sentido, o Sindicato precisa voltar a priorizar a luta pela equiparação salarial, e essa deve ser encarada como uma luta do conjunto da categoria. No período em que houve bons avanços sobre o tema, as nossas assembleias tinham mais de 2 mil metro-

viários, quase fomos à greve, mas com tamanha força da categoria, não foi necessária. Temos que voltar a dar peso nas mobilizações por “Salário igual para trabalho igual”.

Combinar a luta pelo pagamento dos steps de 2018 a 2021 com a luta pela Equiparação

Para piorar a situação, o Metrô, a mando do governo Doria, decidiu não pagar o step de 2020, alegando “falta de recursos”. Esses recursos, nitidamente foram para a CCR, que recebeu R\$ 1 bi do Estado, em plena pandemia. Ou seja, para aumentar o lucro de grandes empresas privadas, Metrô e Governo deixaram a categoria sem step novamente.

O final de ano está chegando e, sem a luta da categoria, novamente a empresa não vai querer dar os steps. Precisamos combinar a luta pelo step de 2018 a 2021 com a luta pela equiparação salarial.

O Sindicato deve priorizar essa pauta

Após importante pressão da base da categoria, em novembro o Sindicato começou a fazer reuniões para organizar a luta pelos steps e equiparação salarial; somente com

organização e mobilização pela base poderemos garantir avanços nessa pauta.

Essa luta deve se somar com a defesa de nosso Acordo Coletivo que vem sendo atacado. Nesse sentido, o Congresso da categoria deve debater e deliberar um plano de luta em torno dessa pauta. Inclusive, demonstrando a relação com temas gerais da classe trabalhadora, como exemplo a reforma trabalhista, que sobre esse tema da equiparação, criou regras mais duras, dificultando a via judicial; outro ponto importante que está relacionado é a questão das privatizações; o Metrô deixou de contratar por longo período para evitar criar paradigmas e, fazer um rebaixamento geral nos salários da categoria, tentando se igualar ao setor privado, inclusive com tentativas de acumular funções. Por isso é de grande importância a organização de base para construirmos grandes mobilizações.

*Assinam essa tese em grupo:
Alternativa Sindical de Base*

*Alex Fernandes OTMI L3,
Arthur de Andrade OT L15,
Celso Borba (Carioca) OTM2
L3, Cicinho CCV,
Zé Carlos (aposentado),
Inaya OTM I L2*

Política de Inclusão para Entrada na Carreira da Cia.

A entrada na categoria não pode se dar apenas pela segurança e manutenção, pois além de

precarizar o serviço se dá aqui também um evidente recorte preconceituoso de gênero, classe e raça.

A empresa não aceita que haja cotas de no mínimo 50% de mulheres nas áreas, por isso a manutenção segue um

ambiente majoritariamente masculino, visto que por anos de divisão de gênero na sociedade e no mercado de trabalho é recente a inserção da mulher nos trabalhos de mecânica, elétrica e eletrônica. Uma pesquisa da revista científica *Espacios* mostra que apenas 20% das empresas de manutenção do país tem mulheres no seu quadro. Segundo o Ministério do Trabalho, nos últimos vinte anos, cresceu apenas 19,4% o número de mulheres em cursos técnicos de ocupações industriais e o incentivo a empregabilidade dessas mulheres é um fator que pode aumentar esse crescimento.

Na segurança, a Cia. também patina de 10 a 15% do seu quadro sendo de mulheres por não selecionar de forma igualitária entre gêneros. Além disso, vemos um viés racista, pois a altura mínima exigida exclui a maioria das mulheres brasileiras, já que segundo pesquisa da revista científica *eLife* que monitora a altura de 187 países desde 1914, a altura média da brasileira é de 1,60m, já o homem brasileiro tem altura

média de 1,73m, ainda assim além de boicotar a maioria das mulheres, dentro delas e dos homens boicota etnias que têm como característica menor estatura como indígenas e orientais. Quanto mais rico um país, mais alta tende a ser sua população, o que estende o preconceito visto que a alimentação durante os primeiros anos influencia na altura. No último concurso para esse cargo também houve mudança na prova, em que na prática de aptidão física foi mais rigorosa, sendo também um problema, pois enquanto as mulheres têm tripla jornada, os homens têm mais tempo para academias e treinos, dessa forma, esse quesito também exclui parte das mulheres na entrada.

No último período vimos um esvaziamento do cargo de Agente de Estação (OTMI), rumo à extinção deste; a Cia vem tirando atribuições, acumulando as funções em outros cargos como OTs e ASS e enquanto os OTMIs saem da empresa ou são promovidos, não se repõe o quadro de funcionários para estação.

Considerando que a principal entrada de mulheres, negras e negros e LGBTQIA+ são pelo cargo de OTMI, essa política de extinção do Agente de Estação tem que acabar ou veremos além de um estresse por acúmulo de funções em outros cargos, também uma categoria cada vez mais masculina e branca.

Por isso, defendemos que o Sindicato encampe campanha junto aos metroviários, exigindo mudanças nas formas de seleção de entrada; que a empresa mantenha o cargo de estação e abra concurso para OTMI, que todos os concursos da empresa tenham cotas de no mínimo 50% para mulheres, que não haja desvio de função entre cargos e famílias, que a segurança não fixe padrões físicos de altura para entrada no cargo e adote políticas de inclusão e combate aos diversos tipos de preconceitos.

*Assinam essa tese em grupo:
Alternativa Sindical de Base*

*Cesar Oshiro MTR POT,
Hasegava OT L1, Tiago Vico
(Barba) VPN L1*

A situação do tráfego nas lutas da categoria

Como nas demais áreas, no tráfego os ataques são constantes e precisamos unificar as lutas para mantermos as conquistas coletivamente.

Por anos a falta de quadro vem se acentuando; quando há concurso interno não cobre nem mesmo o que já saiu. Os intervalos estão escassos, a

rotina em diversos postos está estressante e consequentemente afeta saúde e segurança de todos, além de interferir na qualidade de alguns serviços.

A Cia não repõe a escala base (4x2x4), o que também interfere na vida dos OTs, assim como em outras áreas, pois à medida em que há essa defasagem, por outro

lado aumenta a quantidade de pessoal obrigado a fazer escala mais desgastante e jornada de 40h ao invés de 36h/sem. Somado a todos esses problemas vemos colegas lado a lado realizando as mesmas atividades e recebendo muito menos, gerando desânimo e muitas vezes até certa divisão.

No tráfego também existe

a apreensão sobre o futuro do cargo. Desde ao menos 2007 o governo do Estado e a direção da Cia. tentam implantar sistemas que visam ao esvaziamento do cargo rumo à extinção. Uma coisa é otimizar sistemas visando melhorias em processos, mas não é a intenção de fundo; o que ocorre é a tentativa permanente de acabar com Operador de Trem, inclusive o presidente da Cia. falou a público que o futuro do OT é a extinção, assim como vem fazendo com OTMI.

Nesse sentido, vemos que os ataques à categoria são muito parecidos nas diversas áreas; fazem parte do mesmo plano estratégico da empresa: redução de quadro, alteração de plano de cargos e salários com acúmulo de funções, retirada de direitos entre outros pontos que significam redução de custos nas costas dos trabalhadores e se equiparando à Linha 4, em que os trabalhadores fazem 3 ou 4

funções e recebem 1/3 do que recebemos.

Diante disso, precisamos organizar os trabalhadores, inclusive para que os metroviários das Linhas 4 e 5 alcancem os nossos direitos e não que nós tenhamos queda em nossas condições de trabalho.

Para defendermos o cargo de OT, assim como outros cargos, buscamos a equiparação salarial de todos, a reposição de quadro por concurso interno atrelado a concurso externo para OTMI e demais áreas, reposição da escala 4x2x4, manutenção e melhoria das escalas existentes e busca das 36h/sem para todos e lutarmos contra o acúmulo de funções, temos que:

1 – Retomar rotina mensal de setoriais noturnas e diurnas;

2 – Reativar as reuniões de representantes de escalas em ITT, com caráter de Comissão Sindical de Base,

independente das reuniões que são realizadas com a supervisão;

3 – Estabelecer representantes de todas as escalas também nos demais tráfegos, tendo reuniões mensais;

4 – Que o Sindicato convoque reunião trimestral com os representantes de todos os tráfegos;

5 – Discutir nossas pautas e reivindicações ao longo do ano, realizando atividades, deliberando planos de luta em conjunto com a categoria para não deixarmos todos os temas acumulados para o período da Campanha Salarial.

Assinam essa tese em Grupo: Alternativa Sindical de Base

*Alex Santana OT L3,
Maridalva OT L1,
Marisa OT L1, Ronaldo
Campos (Pezão) OT L3*

OPRESSÕES

Situação das Mulheres no país e o reflexo disso dentro da categoria

Algo que se intensifica com as negras e negros e LGBTQIA+

O Congresso dos Metroviários acontece num momento de crise econômica brutal, agravada pela pandemia,

crise política e, uma massa de trabalhadoras(es) lutando contra a fome, o desemprego, a miséria e a violência. As mulheres e sobretudo as mulheres negras são as principais vítimas. Vimos cenas estar-

recedoras como um grupo de mulheres vasculhando um caminhão de lixo em busca de sobras de comida ou formando fila em frente de um açougue, para pegar ossos doados. Uma verdadeira bar-

bárie para poder alimentar a si e a seus filhos.

Nós, metroviárias, nos solidarizamos e estamos juntas na luta para colocar para fora Bolsonaro e Mourão que juntos com a ministra Damares implementam essa política de entrega do país para o agronegócio, para grandes empresários, destruindo a natureza e deixando para nós desemprego, miséria, disseminação de ódio aos direitos das mulheres, das negras e negros e LGBTQIA+.

Todo esse quadro trouxe um aumento da violência e uma polarização cada vez maior sobre a manutenção de direitos básicos como fornecer absorvente para meninas para que não sejam obrigadas a faltarem na escola no período menstrual, ou o aumento da carga dos serviços de cuidados da casa e de pessoas durante a pandemia.

Essa realidade afeta todas as mulheres trabalhadoras. Aqui não é diferente, temos uma categoria 80% masculina; que 68% se consideram brancos e apenas 6,4% se consideram pretos, 20% pardos, 4,9% amarelos e 0,08%

indígenas; a proporção de mulheres em cargos de gestão se repete, sendo cerca de 21% de mulheres. Outro setor que temos mais mulheres é na limpeza, onde se encontram num trabalho bastante desvalorizado, terceirizado e precarizado, que a maioria é de mulheres negras. É preciso ter uma política de inclusão de mais mulheres, na segurança, no tráfego e na manutenção. É preciso incorporar as funcionárias da limpeza ao Metrô.

Com a política de privatização e precarização do serviço levado a cabo pelo governo Doria, as condições de trabalho estão cada dia pior, sem equiparação salarial, com o fim das bilheterias (setor que havia um grande número de mulheres), e a pressão sobre nós é cada vez maior, por isso as mulheres são as principais vítimas do assédio moral e sexual. Na contramão disso, a direção do Metrô esvaziou a Comissão de Ações Afirmativas, mesmo que precariamente era um espaço para expor os problemas que afetam as mulheres, negras e negros e LGBTQIA+.

A situação se intensifica

quando falamos de negras e negros e LGBTQIA+, onde vemos o preconceito, o racismo, a LGBTFobia nas áreas de trabalho, principalmente por parte da chefia, que acaba assediando moralmente, em muitos casos humilhando e dificultando o acesso a direitos básicos e considerando a aparência como fator até para avaliação de desempenho.

Temos que fazer uma campanha contra toda essa violência, assédio moral e sexual na categoria e com as passageiras.

*Assinam essa tese em grupo:
Alternativa Sindical de Base
+ Independentes*

*Alexandre Freitas OTM4,
André Martins (Alface)
PIT, Carlos Freitas OTMI
L3, Erick França OTM2 L3,
Fábio João OTM4, Fábio Silva
(Fabinho) Manut Linhas L3,
Leandro (Miserável) PIT,
Leo Santos OT L2, Raimundo
Cordeiro OTM2 L1, Ricardo
Cadol OTMI L3, Roberval
CIM, Sean OT L3, Thaysa
Rosal OT L1, Thiago Mathias
(Barba) OTMI L1*

No Brasil ocorre um genocídio contra o povo negro. Uma consequência do racismo que está enraizado na estrutura da sociedade brasileira

O racismo surge a serviço da escravidão e do lucro no século XVI. São usadas falsas teorias que desumanizam o povo negro justificando sua escravização, que no Brasil perdurou por

quase 400 anos.

Mesmo após a abolição da lei escravocrata, negros e negras continuaram resistindo e lutando pela vida, marginalizados e estigmatizados pela ideologia racista. Nunca hou-

ve políticas de reparações, ao contrário, o sistema capitalista domina a política e as regras econômicas implementando formas de escravização modernas, impondo aos negros e negras, as piores condições

de vida, de moradia, saúde, educação e de trabalho.

O povo negro representa 56% da população brasileira, entretanto é o que mais sofre com o desemprego; 76% das pessoas que passam fome no Brasil são negras. Os mais ricos se beneficiam com retiradas de direitos dos trabalhadores. Governos fascistas como o de Bolsonaro têm sido o grande aliado do capitalismo, que oprime a todos os trabalhadores e aprofunda as desigualdades sociais.

Para combater as opressões que mantêm o sistema de desigualdades é preciso que os trabalhadores lutem contra o

racismo e contra o sistema que oprime a todos. Nesse sentido o Coletivo Alternativa Sindical de Base propõe que:

O Sindicato dos Metroviários de SP, independente de governos e empresários, deve ter ações políticas de combate ao racismo.

- Promover debates, palestras junto aos trabalhadores e trabalhadoras sobre questões raciais;

- Dar suporte à Secretaria Racial do Sindicato, para que esteja sempre engajada e canalizada com os trabalhadores na luta antirracista;

- Defender as bandeiras históricas de luta dos movimentos negros classista;

- Cobrar do Metrô o combate às opressões racistas, o combate às ações de discriminações sociais e raciais e de gênero da classe trabalhadora, no ambiente de trabalho e em todo lugar.

Assinam essa tese em grupo: Alternativa Sindical de Base

*Carlão CCV, Maria Clara
ASMI L3, Messias Justino
ASMI L3, Vânia Maria
(aposentada)*

Tese sobre Opressões

A pandemia de Covid 19 aprofundou em todo o mundo a crise econômica, fazendo avançar a fome e a miséria. Essa crise afeta de forma ainda mais brutal a população LGBTQIA+. Estima-se que o desemprego possa chegar a 40% na comunidade LGBTQIA+ (70% na população trans). Percentuais muito acima dos já alarmantes 15% de desempregados na população geral.

Até mesmo na informalidade as pessoas transgênero sofrem com a transfobia e encontram mais dificuldade que as pessoas cisgênero. Por exemplo, muitos trabalhadores não conseguem se registrar para trabalhar nos aplicativos de entrega, pois as empresas não aceitam seus nomes sociais no cadastro.

A LGBTQIA+fobia está

presente nos locais de trabalho e se reflete em condições de trabalho mais precárias, menores salários e assédio. Em um momento de alta no desemprego, as LGBTQIA+ são as últimas a serem contratadas e as primeiras demitidas. Durante a pandemia as notificações de mortes e violência ligadas à homofobia foram subnotificadas e essas pessoas tiveram mais problemas ligados à perda financeira e saúde.

A população LGBTQIA+ está entre as mais vulneráveis quanto ao cumprimento de direitos humanos, incluindo o acesso aos serviços de saúde e respeito social. O Brasil é o país que mais nos mata também, a cada 19 horas, uma pessoa LGBT é morta no país. A cada 26 horas uma pessoa trans é assassinada no país. A expectativa de vida das

pessoas é de 35 anos!

Além disso, as pessoas LGBTQIA+ são largadas à própria sorte, muitas vezes abandonadas pela própria família e sem encontrar qualquer apoio dos governos. A opressão e exploração pelas quais passam é responsabilidade do sistema capitalista, que se aproveita dos preconceitos para dividir a classe trabalhadora e lucrar mais. Mas, hoje, a situação se agrava pelas políticas abertamente LGBTfóbicas do governo Jair Bolsonaro. Ele dissemina cotidianamente ideias que contribuem para que o Brasil lidere o nefasto ranking de assassinatos de travestis e transexuais. Enquanto gasta bilhões de reais por dia para pagar a dívida pública e encher o bolso dos banqueiros, o governo não destina verba para o acolhi-

mento e geração de empregos para pessoas LGBTQTs. Por isso, a tarefa primordial da população LGBTQIA+ neste momento é se unificar com o conjunto dos trabalhadores e se organizar para derrubar Bolsonaro e Mourão.

Com a política de privatização e precarização do serviço levado a cabo pelo governo Doria as condições de trabalho estão cada dia piores,

falta equiparação salarial, o fim das bilheterias e a pressão sobre nós é cada vez maior, por isso as mulheres e LGBTQTs são as principais vítimas do assédio moral e sexual. Na contramão disso, a direção do Metro esvaziou a Comissão de Ações Afirmativas, mesmo que precariamente era um espaço para expor os problemas que afetam as mulheres, negros e negras e LGBTQTI. Te-

mos que fazer uma campanha contra a violência e o assédio moral e sexual tanto na categoria como com as mulheres trabalhadoras que utilizam o transporte!

*Assinam essa tese em grupo:
Alternativa Sindical de Base*

*Alexandre Leme
(aposentado), Alisson
Kameya OTMI L1, Marisa OT
L1, Solange OTM2 L3*

ORGANIZAÇÃO

Construir pela base para conquistar no coletivo

Nossa pauta é extensa e complexa, passando por reivindicações locais, setorializadas, mas com temas estruturais de todo o coletivo da categoria. Uma pauta ampla como a nossa não se conquista aguardando ano a ano por reuniões de negociação limitadas. Precisamos utilizar ferramentas que conhecemos, mas que estão esquecidas na maioria das áreas, que são as Comissões Sindicais de Base, o Conselho Consultivo e os delegados de base.

As nossas lutas devem ser permanentes, discutindo cada item em cada local e com muita organização sanando diversos problemas ao longo do ano, assim desafogando a campanha salarial, permitindo o foco nas principais reivindicações da categoria.

Por bastante tempo houve muita dúvida por alguns

setores da categoria se seria o momento de voltar com os delegados e se seria possível reativar as Comissões de Base. Não podemos aguardar na crença de que haverá um cenário melhor; nós precisamos construir esse cenário melhor. Os metroviários, assim como toda a classe trabalhadora, estão passando por duras batalhas; são ataques que quem conhece a história da categoria sabe que nunca foram tão intensos, ou seja, precisamos reagir de forma contundente.

Essa reação passa por organizar a categoria. Precisamos colocar como pauta real o não fechamento das bilheterias, o retorno da bilhetagem pelo setor público com a volta do quebra de caixa, o adicional risco de vida, as necessárias contratações para todas as áreas com fim das terceirizações, assim

como a equiparação salarial de diversos metroviários que realizam os mesmos serviços, com mesma qualidade e recebem bem abaixo dos demais; um absurdo, pois já há diferenciação por tempo de função (anuênio), não cabe diferenciar no salário, jornada, escalas etc. Nem mesmo as progressões salariais estabelecidas num plano de cargos e salários unilateral da empresa estão sendo cumpridas.

Temos que ter essas discussões no cotidiano da categoria. Para isso, será fundamental o retorno dos delegados sindicais e que a diretoria do Sindicato não coloque amarras no funcionamento das comissões; que encaminhe as demandas apresentadas, assim como ajude estruturalmente com a realização periódica de reuniões das áreas. Essas ferramentas podem contribuir muito para

a inovação nas formas de luta, na construção das mobilizações e no atendimento rápido aos metroviários em cada local de trabalho.

Por isso defendemos que o mais rápido possível as Comissões e o Conselho sejam reativados, por enquanto com a participação de cipistas, diretores de base, conselheiros do Metrô e ativistas, mas que a próxima diretoria do Sindicato estabeleça um cronogra-

ma para que nos primeiros 6 meses de gestão sejam feitas as eleições de delegados sindicais em todas as áreas. Que tais ferramentas não estejam amarradas à formalidade em seu funcionamento, mas sim que os trabalhadores tenham autonomia de organização para contribuir com o coletivo da categoria e ajudem o Sindicato a construir as lutas.

*Assinam essa tese em grupo:
Alternativa Sindical de Base*

+ *Independentes*

*Alexandre Freitas OTM4,
André Martins (Alface)
PIT, Carlos Freitas OTMI
L3, Erick França OTM2 L3,
Fábio João OTM4, Fábio Silva
(Fabinho) Manut Linhas L3,
Leandro (Miserável) PIT,
Leo Santos OT L2, Raimundo
Cordeiro OTM2 L1, Ricardo
Cadol OTMI L3, Roberval
CIM, Sean OT L3, Thaysa
Rosal OT L1, Thiago Mathias
(Barba) OTMI L1*

Organização de Base – Administração

A pesar da baixa participação do setor no Sindicato nos últimos anos, a Administração tem uma rica história de mobilização nas lutas da categoria. Por exemplo, sair em conjunto dos prédios para ajudar a liberar os bloqueios, distribuir Cartas Abertas e orientar a população na greve de 84.

Hoje, a administração tem cerca de 800 trabalhadores sendo cerca de 40% sindicalizados.

A demissão de muitos metroviários e a escassez de concursos aumentou a carga de trabalho. A maioria dos contratados dos últimos concursos ainda não conseguiu promoção, mesmo desempenhando as mesmas funções de colegas com salário superior. O Metrô continua contratando adnutos, que não seguem os critérios de contratação pública, mas sim os interesses políticos da direção da empresa, recebendo Gratificação de Função, um instrumento para garantir a submissão à diretoria e que vai contra os

interesses do Metrô público e de qualidade.

Durante nossas greves, os metroviários da Administração sofrem assédio moral, desvio de função e são colocados em grave risco ao desempenhar funções nas estações para as quais não foram contratados e treinados.

A última setorial da Administração foi realizada antes da pandemia. Ou seja, durante esse período ficamos sem um dos mais importantes instrumentos de organização da categoria.

Propostas:

Campanha de sindicalização dos companheiros da Administração: Entrar em contato com cada metroviário ainda não sindicalizado com material específico criado pelo Sindicato.

Calendário de setoriais da Administração: Setoriais virtuais e presenciais que devam acontecer não menos do que uma vez por mês, para manter os trabalhadores informados e levantar

os problemas específicos de nossa área.

Eleição de Delegados de Base: O Sindicato deve promover eleições para delegados de base na administração. Esse instrumento vem sendo negligenciado e é crucial para reorganizar os trabalhadores.

Fim da contratação de adnutos: Deve ser uma bandeira permanente do Sindicato que o Metrô deva contratar por concurso e promover internamente.

Fim da Gratificação por Função: Visa garantir a submissão à diretoria e vai contra os interesses do Metrô público e de qualidade, pois não valoriza o metroviário pelo seu trabalho, o ameaça com perda financeira caso desobedeça.

Aumento do piso salarial: A inflação atinge desproporcionalmente aqueles que ganham os menores salários. Com os baixos reajustes e sem aumento real, os trabalhadores que ganham o piso

não conseguem sustentar suas famílias. O Sindicato deve lutar pelo aumento do piso salarial superior ao nosso reajuste e que permita uma vida digna a esses trabalhadores.

Planodecarreira: Constituir Comissão Paritária para discutir um Plano de Carreira para a Administração com o envolvimento dos trabalhadores que permita movimentação

vertical e lateral.

*Assinam essa tese em grupo:
Alternativa Sindical de Base
+ Independentes*

*Isaac Souza PIT, Rafael
(Biblioteca), Roberval CIM*

Valorização da Segurança do Metrô

A segurança do Metrô é uma área que construiu uma imagem, tradição e autoridade perante a população que deve ser mantida e respeitada. Mesmo com muitas contradições ainda presentes na segurança, essa construção de identidade durante décadas garantiu a qualidade de um serviço que preza pela segurança, proteção e conforto dos trabalhadores que utilizam o transporte.

No entanto, a visão e experiência da população com a segurança pública está centrada na relação com uma ideologia militarizada das forças policiais, o que não condiz com a essência do trabalho metroviário, focado na ação de presença, educação e medidas corretivas, quando necessárias. Este conflito de imagem reflete no papel tendencioso e oportunista de grandes setores da mídia, mas também da política do Metrô e do governo.

Em inúmeras ocasiões a segurança foi exposta e difamada por veículos da grande imprensa, que propagandeavam uma conduta parcial e não condizente com a realidade dos fatos. Essa exposição é prejudicial à categoria e distorce a verdadeira situação que os metroviários

enfrentam, muitas vezes devido à falta de valorização, investimento e motivação por parte da direção da empresa. A segurança metroviária está passível a erros, ainda mais quando a política do Metrô deixa exposta a altos níveis de estresse e desgaste físico e emocional.

Perante essa constante degradação da imagem do corpo de segurança do Metrô pela grande mídia, se faz necessário que o Sindicato se envolva e seja enfático na defesa da segurança, sem ignorar os debates sobre erros, mas sem deixar que a grande imprensa ataque os trabalhadores e livre a direção do Metrô.

O Sindicato, utilizando de sua influência social, deve encabeçar um processo de valorização, diálogo e debate sobre o papel da segurança metroviária com movimentos sociais, partidos e organizações que defendam os trabalhadores em distintas vertentes também no sentido de ouvir.

O trabalho cotidiano e conjunto da entidade junto a estes setores contribuirá para uma maior exposição positiva e clareza sobre o papel da segurança pública dentro e fora do Metrô.

O Congresso deve decidir:

- 1. Valorização da imagem da segurança metroviária perante a sociedade civil com campanhas, reuniões e ações conjuntas***
- 2. Suporte político, administrativo, jurídico e jornalístico perante ações difamatórias da grande imprensa burguesa***
- 3. Criação de Comissão Paritária com a direção da empresa, formada por ASSs, Sindicato e movimentos sociais que acompanhará situações de grande vulto e exposição da categoria e dará resposta, fiscalizará e analisará sobre os desdobramentos.***
- 4. Acompanhamento psicológico fornecido pela empresa, periodicamente, com os ASSs, como parte da segurança do trabalho. Que o Metrô, governo, Sindicato e movimentos sociais busquem medidas de legalização e fiscalização do comércio interno e também intensifiquem programas sociais de moradia, saúde e alimentação, para diminuir as pessoas nessas condições de mendicância.***

Assinam essa tese em grupo:

*Alternativa Sindical de Base
+ Independentes*

*Alex Silva ASMI L15, André
Saraiva ASMI L1, Gustavo
Viera ASMI L1, Inácio*

*ASMI L3, Marcelo Soares
(Cadeirado) ASMI L3, Maria
Clara ASMI L3, Marcelino
de Paula ASMI L3, Messias
Justino ASMI L3, Nelson*

*Santos ASMI L3, Peretti
ASMI L1, Raquel Amorim
ASMI L2, Ricardo Lourenço
(Che) ASMI L2, Wesley
Bonfim ASMI L3*

Assembleias democráticas onde a base possa falar!

Atravessamos a pandemia do novo coronavírus, onde desde o início de 2020 estamos lutando contra o vírus, contra o governo de Bolsonaro que ofereceu remédios ineficazes, dificultou a compra e até a produção de vacinas e, lutamos contra os ataques aos direitos por parte do governo Doria, degradando os serviços públicos rumo às privatizações.

Na pandemia morreram mais de meio milhão de pessoas, sobre tudo trabalhadoras e trabalhadores, ou seja, aquelas e aqueles que não puderam fazer o isolamento social se expondo nas ruas, nos transportes públicos e em seus locais de trabalho.

Muitas categorias tiveram que se organizar e lutar para evitar demissões e cortes de salários. Obviamente ficaram mais expostas às contaminações se aglomerando em assembleias, em reuniões, piquetes de greve etc.

Nesse período nós passamos por duas campanhas salariais, em ambas fizemos muitos esforços para manter nosso ACT e garantir a reposição das inflações.

A grande maioria das assembleias foi feita pelas lives da coordenação seguida de votação on-line com caráter

de assembleia.

Essa votação on-line garantiu a maior participação da categoria na tomada de decisões sobre as pautas das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Porém as lives da coordenação precisam ser mudadas. As assembleias devem ter intervenções políticas, apresentações de propostas e votação. Na maioria das “lives”, só puderam apresentar a diretoria da entidade sindical, o restante da categoria não teve como apresentar propostas diferentes.

Durante a pandemia vimos o quanto é necessário que se organize presencialmente, em 2020, no auge das contaminações, tivemos que organizar uma greve para resistir aos ataques em nosso ACT. Em 2021 não foi diferente.

Obviamente que a categoria participou das atividades presenciais com todos os protocolos de segurança, distanciamento social, higienização das mãos e máscaras.

Identificamos que é possível realizarmos assembleias presenciais e/ou híbridas, considerando os protocolos de segurança e as duas doses da vacina contra a Covid-19. Porém nessas assembleias tem que ser garantido à categoria

metroviária o direito de apresentar propostas, sendo assim é importante que se amplie o caráter democrático nas organizações de trabalhadoras e trabalhadores.

Partindo dessa introdução, propomos que esse Congresso aprove o seguinte formato de assembleia para o período de pandemia:

- ***Assembleia híbrida (presencial e virtual) com direito a voz, onde a categoria pode apresentar proposta para apreciação na votação;***
- ***Serão transmitidas on-line as discussões, propostas e defesas. E as propostas da parte presencial serão encaminhadas à votação;***
- ***As votações serão on-line para garantir o maior número possível de trabalhadoras e trabalhadores;***
- ***Tempo de duração das votações será definido na respectiva assembleia (na parte presencial).***

*Assinam essa tese em grupo:
Alternativa Sindical de Base
+ Independentes*

*Amarildo OTMI L3, Bueno
Manut Not L2,
Caio Dorsa OTMI L2,
Roldan VPN L1*

ESTATUTO

Um estatuto democrático

Formas de deliberações dos metroviários

Faz algum tempo que se discute formato eleitoral do Sindicato, assim como forma de composição da diretoria. É um tema que necessita de amplo debate na categoria e as experiências de alterações não podem ficar amarradas, dificultando novas alterações.

Nesse sentido, especificamente sobre esse tema, o Congresso delibera por inclusão no estatuto da entidade, que exclusivamente para essa finalidade, possa ser chamado um plebiscito com poder de deliberação para as devidas alterações. O plebiscito como ferramenta democrática poderá ser chamado sempre que uma assembleia aprovar sua realização para questões de formato eleitoral e composição de diretoria, definindo os rumos da gestão seguinte; assim como estabelece que outros tipos de plebiscitos terão apenas a finalidade de consulta, sendo necessário o referendo em assembleia ou congresso dos metroviários.

No entanto, tendo em vista o debate já existente sobre essa questão, este Congresso já delibera pela realização de um plebiscito para no máximo fevereiro de 2022, sendo o resultado de tal decisão já válido para a próxima gestão do Sindicato. Dessa forma, conforme

encaminhado na assembleia da categoria em 14 de outubro de 2021, para esse plebiscito em questão serão formuladas duas perguntas: a) você quer o retorno do plebiscito? Sim ou Não; b) você quer que a diretoria do Sindicato seja composta unicamente pela chapa que vencer a eleição, sem formação proporcional? Sim ou Não.

Outra questão importante a discutir é que legalmente falando não é permitido realização de assembleia virtual para determinadas deliberações, com exceção ao período de pandemia em que o legislador especificou essa possibilidade temporária. Nesse sentido, deve ser discutido quais deliberações podem ou não ser realizadas de forma virtual, sob risco de haver anulação de nossas assembleias, priorizando a mobilização presencial na quadra do Sindicato, ou seja, a ferramenta on-line não poderá suprimir as ações tradicionais e previstas no estatuto e na legislação, visando à luta de forma concreta, com demonstração de força em que uma assembleia tem efeito de um grande ato. Assim como, nas realizações de eventos on-line, não possa a diretoria cercear a participação ativa da base da categoria, formulando modelos em que a voz da categoria seja ouvida, propiciando o debate de ideias.

Questões não observadas no estatuto e na legislação, seja qual for o tema, inclusive de formato e composição eleitoral da diretoria, deverão ser debatidas na categoria e passar por deliberações em assembleia, preferencialmente de forma presencial.

As eleições relacionadas ao Sindicato, seja de diretoria, delegados ou outras que surgirem, deverão ser realizadas presencialmente a fim de prevalecer a participação efetiva nas áreas, com exceção em períodos de pandemia, para pessoas em home office ou aposentados.

*Assinam essa tese em grupo:
Alternativa Sindical de Base
+ Independentes*

*Alexandre Freitas OTM4,
André Martins (Alface)
PIT, Carlos Freitas OTMI
L3, Erick França OTM2 L3,
Fábio João OTM4, Fábio Silva
(Fabinho) Manut Linhas L3,
Leandro (Miserável) PIT,
Leo Santos OT L2, Raimundo
Cordeiro OTM2 L1, Ricardo
Cadol OTMI L3, Roberval
CIM, Sean OT L3, Thaysa
Rosal OT L1, Thiago Mathias
(Barba) OTMI L1*

Tese sobre Estatuto

Nosso estatuto deve passar por constantes ajustes a fim de torná-lo mais democrático, corrigir eventuais equívocos jurídicos e políticos e aproximar a categoria do Sindicato.

Dessa forma, essa propõe inclusão ao nosso estatuto que um ano antes do início do processo eleitoral dos delegados ao Congresso seja eleita uma comissão na categoria para que possa estudar, analisar eventuais inconsistências, debater com os metroviários as melhores formas de funcionamento de nossa entidade e das instâncias da categoria, para que a comissão aponte tais correções e propostas e estas estejam mais afinadas possível para quando chegarmos ao congresso dos metroviários, termos uma tese abrangente sobre o tema, a qual, será assinada por essa comissão por meio de maioria simples e, o congresso avalie quais alterações deverão de fato ser implantadas. Isso não exclui de maneira nenhuma eventuais outras teses estatutárias vindas de quaisquer metroviários, que também deverão ser apreciadas no congresso que é nossa instância máxima.

Além dessa inclusão, esta tese propõe os seguintes ajustes:

1 – Estabelecer ferramenta que monitore o cumpri-

mento do estatuto a fim de fazer valer, por exemplo, o artigo 5º alíneas D, E e F sobre convocações de assembleia, direito a Voz e voto e exigência de cumprimento das resoluções, assim como artigos 22, alínea B, 71 alínea A e artigos 72, 73 e 74. Inclusive, se ao menos dois coordenadores gerais convocarem, estes poderão assinar o edital de convocação de assembleia como já é possível pelos artigos mencionados;

2 – Que no artigo 7º seja acrescentado o parágrafo segundo com o seguinte teor: se tal denúncia de falta/desrespeito/descumprimento ao estatuto, devidamente protocolada na secretaria geral do Sindicato, a diretoria não convocar assembleia, o denunciante, após 20 dias corridos do protocolo, se não obtiver retorno satisfatório por parte da diretoria, poderá convocar assembleia para deliberar sobre o tema;

3 – Ajustar o artigo 87 para que 3 meses antes do início do processo eleitoral do sindical, será levantada a informação oficial sobre a proporção de mulheres na categoria, sendo que

a composição do sistema diretivo e todas as suas instâncias devem conter no mínimo 20% de mulheres. No entanto, se a proporção de mulheres na categoria for maior que 20%, a composição da diretoria do Sindicato deve, necessariamente acompanhar no mínimo a mesma proporção da categoria;

4 – No artigo 95, tendo em vista que tudo está sendo digitalizado, inclusive documentos oficiais, no parágrafo 3 quando requer carteira de trabalho, ajustar para que possa ser aceita a versão digital da carteira ou outro documento oficial que comprove o vínculo profissional;

5 – No artigo 142 menciona Título III no Capítulo II deste estatuto, porém, este título não existe. Portanto, analisar estatutos anteriores a fim de avaliar se houve alguma supressão equivocada ou se o texto atual precisa de correção.

*Assinam essa tese em grupo:
Alternativa Sindical de Base*

*Alex Fernandes OTMI L3,
Guilherme Sena OT L3,
Narciso OT L2*

Teses do coletivo Chega de Sufoco

CONJUNTURA

Juntos somos mais fortes!

Unificar a categoria para a resistência e para virar o jogo!

1) #BolsonaroNuncaMais

Do último Congresso (março de 2018) para cá muita coisa aconteceu. Um presidente neofascista foi eleito no Brasil com um projeto autoritário, neoliberal, contra o povo trabalhador, misógino, racista e LGBTfóbico. Diversos projetos que atacam o conjunto da classe trabalhadora foram aprovados, com destaque para a reforma da Previdência e para os cortes na educação. Porém, sua face mais cruel foi demonstrada com a chegada de uma pandemia inédita, que abriu uma situação de verdadeira catástrofe nas condições sanitárias, econômicas e sociais do povo brasileiro. Mais de 600 mil mortos por Covid-19, desemprego, miséria e fome são parte da atual realidade dramática de todo o povo brasileiro.

Apesar de ter havido

muitas lutas contra o governo Bolsonaro desde seu 1º dia, a verdade é que os índices de popularidade de Bolsonaro só começaram a cair quando ele revela sua face genocida, apostando nas mortes e na contaminação em massa para conduzir a pandemia do coronavírus. Foi genocídio. Desde “é uma gripezinha”, passando pela imitação infeliz de uma pessoa com falta de ar, chegando aos 600 mil mortos, o povo brasileiro teve que lutar para não morrer por causa do vírus ou de fome.

Em São Paulo não vimos um discurso negacionista, mas vimos uma prática irresponsável por parte do governo Doria, que não abriu mão de preservar o lucro dos empresários. As medidas de isolamento foram insuficientes e o tratamento dos trabalhadores dos serviços essenciais foi de extremo desrespeito. Sentimos isso na pele. Apesar de um discurso de oposição ao governo Bolsonaro, Doria e o

PSDB ficaram extremamente alinhados ao genocida no ataque aos direitos dos trabalhadores.

Houve resistência. As manifestações unificadas pelo Fora Bolsonaro foram fundamentais para o enfraquecimento do governo genocida. E as lutas concretas dos trabalhadores, como as duas greves que realizamos durante a pandemia, foram determinantes para enxergarmos luz no fim do túnel. Apostar na resistência e na luta foram as melhores opções dos movimentos sociais e de nossa categoria neste momento tão duro e dramático.

A necessidade de parar o projeto de morte de Bolsonaro e derrotar o projeto antipovo de Doria ainda estão na ordem no dia. Não basta esperar as eleições do ano que vem pois até lá muitos ataques podem ocorrer. Precisamos seguir apostando nas mobilizações, guiados pela luta em defesa dos direitos.

Esta aposta não pode nos tirar, porém, do debate eleitoral. Precisamos acompanhar o movimento democrático, forte e real que vê na principal liderança da esquerda a forma de impedir mais 4 anos de autoritarismo, miséria, fome e ataques aos trabalhadores. Este movimento pede mudanças reais e profundas, que não podem permitir alianças com quem odeia o povo trabalhador, com quem

demitiu metroviário grevista e massacrou o povo pobre do Pinheirinho. Por isso, para as eleições, defendemos uma frente de todos os partidos de esquerda com Lula à frente, sem alianças com golpistas, sem tucanos e sem centrão.

Assinam esta tese:

Coletivo Chega de Sufoco

Assinaturas individuais:

1) Camila Lisboa,

2) Sergio Carioca,
3) Dagnaldo Gonçalves,
4) Edgar Balestro,
5) Duarte,
6) Josiane Bezerra,
7) Thaysa Rosal,
8) Bernardo Lima,
9) André Cabelo,
10) André Araújo,
11) Paulo Carioca,
12) Willian Pitoco,
13) Raquel Amorim,
14) Luan Amorin,
15) Flávio Santos

MOVIMENTO SINDICAL

Aprofundar as relações do movimento sindical com os movimentos sociais

Nos últimos 30 anos o movimento sindical brasileiro perdeu força. Um dos fatores que explica isso é a ampliação das relações de trabalho precárias, que consolidaram postos de trabalho carentes de direitos econômicos, sociais e democráticos, impedindo ou dificultando a organização sindical. As privatizações e terceirizações têm como marca a precarização do trabalho.

Outro fator que explica a perda de força do sindicalismo é a própria estrutura de organização sindical no Brasil. A estrutura corporativa, atrelada e dependente do Estado, consolidou a existência de uma maioria de entidades distantes da realidade do

conjunto dos trabalhadores. A tendência de enfraquecimento ganhou novos desafios a partir da aprovação da Reforma Trabalhista (em 2017 pelo governo Temer), pois por um lado permitiu maior precarização do trabalho e, por outro, desestruturou a grande maioria das entidades que dependiam do imposto sindical.

Apesar dessa tendência de enfraquecimento, é nítida a capacidade de mobilização que os sindicatos ainda têm. Em 2017 uma poderosa greve geral, encabeçada pelas entidades sindicais, conseguiu impedir, naquele momento, a aprovação da reforma da Previdência. Nossas lutas e greves também demonstram o poder

de mobilização de nosso Sindicato, impondo derrotas às tentativas de destruição de nosso Acordo Coletivo.

Entretanto, há muitas batalhas que o movimento sindical em geral – e o nosso Sindicato em particular – vem perdendo em função da dificuldade de unificação de nossas lutas com o conjunto da classe trabalhadora. Por exemplo, entendemos ser impossível derrotar o processo de privatização do Metrô sem uma unidade com o conjunto dos movimentos sociais, sem uma mobilização que passa também por sensibilizar os usuários sobre as consequências da privatização.

Por isso, entendemos que o movimento sindical deve

rever a estrutura corporativa do sindicalismo brasileiro, que tenciona para uma separação dos trabalhadores. Mais do que metroviários, somos parte da classe trabalhadora. Os temas políticos gerais interessam a toda a classe trabalhadora como classe, não apenas como categoria.

Neste sentido, a experiência que tivemos de luta em defesa da nossa sede, que contou com o apoio fundamental dos movimentos sociais, é uma experiência que precisamos aprofundar. Somos uma categoria que se relaciona com toda a população de SP. Precisamos agir de modo que nossa

luta faça sentido para a população que transportamos, porque os usuários são parte da mesma classe trabalhadora a qual pertencemos.

Nós construímos a Frente Povo Sem Medo na perspectiva de unificar as relações do movimento sindical com todas as formas de luta dos trabalhadores: a luta sindical, por terra, moradia e contra as opressões. Propomos que nosso Sindicato avance nesse sentido, participando de espaços como o fórum das Centrais e se relacionando com movimentos como a Coalizão Negra por Direitos e demais articulações.

Assinatura Coletiva:

Coletivo Chega de Sufoco

Assinaturas individuais:

- 1) Ricardo Vala,
- 2) PC,
- 3) Alexandre GLG,
- 4) Bernard,
- 5) Baby,
- 6) Eduardo Alvarez,
- 7) Adelson Garcia
- 8) Petrauskas
- 9) Paulo Pasin
- 10) Wilson Clemente
- 11) Laércio
- 12) Agnaldo Batatinha
- 13) Athos
- 14) Estevan (professor)
- 15) Tiago Pereira CCO

LUTAS DA CATEGORIA

Campanha permanente de Luta contra todas as formas de privatização

A privatização do Metrô é um processo que articula um conjunto de iniciativas políticas, econômicas, jurídicas e ideológicas. Os sucessivos governos do PSDB (Covas, Alckmin, Serra e Doria) adotaram as privatizações como prioridade dos seus mandatos. Existe um “script” dos processos de privatização que vem sendo vivido pelos trabalhadores e usuários do transporte sobre trilhos em São Paulo, pois os governos do PSDB vêm cumprindo a risca todas as etapas deste processo.

O “script” da privatização é: 1) apostar no sucateamento do serviço público, com o fim do subsídio estatal para o Metrô público; 2) fortalecer uma campanha política e ideológica de que as empresas estatais geram “custos desnecessários ao Estado”; 3) terceirizar e precarizar a oferta de etapas do serviço metroviário, como a venda eletrônica de bilhetes ou a manutenção precária do serviço, gerando mais acidentes, falhas, etc.; 4) atacar direitos dos trabalhadores da empresa estatal para que ela

se torne atrativa para a privatização; 5) campanha política e ideológica contra o direito de greve, associando greve ao metrô estatal; 6) promover concessões que dão melhores condições para empresas privadas do serviço metroviário.

Considerando que a privatização é um processo, entendemos que a luta de resistência é cotidiana, permanente e deve se dar em todas as etapas do processo de privatização, não apenas nos momentos próximos aos leilões.

Além do ataque direto a

seus trabalhadores, a privatização do Metrô é parte fundamental de uma política de privatização da mobilidade. É parte da estratégia de construção de um espaço urbano desigual, de uma cidade segregada, pois as ampliações do transporte sobre trilhos não são pensadas para favorecer os bairros periféricos, mas sim para atender a classe média alta de regiões mais nobres. O resultado disso é uma periferia isolada que não tem acesso ao centro. A privatização da mobilidade é a construção de um “muro invisível”. O exemplo do QR Code é gritante: ataca os trabalhadores de Estação, rebaixa a qualidade do serviço e a população mais pobre fica totalmente excluída.

Por isso, é necessário articular todos os movimentos sociais em uma grande campanha contra a privatização: o movimento dos sem teto e dos bairros pelo acesso ao metrô e pela tarifa social rumo à tarifa zero, o movimento feminista contra o assédio nos transportes, o movimento negro contra o racismo e o isolamento da periferia e dos movimentos ambientalistas contra o aquecimento global por mais metrôs e menos carros.

Compartilhamos algumas iniciativas que podem concretizar a campanha permanente contra a privatização: 1) Criar uma secretaria do Sindicato contra a privatização; 2) Participar do Comitê Nacional em Defesa

das Empresas Públicas; 3) Articular um seminário com os movimentos sociais para fortalecer a campanha contra a privatização do Metrô e da mobilidade; 4) questionar no MP o fim das bilheterias e a imposição do QR Code.

Assinatura Coletiva:

Coletivo Chega de Sufoco

Assinaturas individuais:

1) Sergio Carioca,

2) Esmael PAT

3) Neto PAT

4) Duarte CCO

5) Dudu PIT

6) Paulinho da Pintura

7) Daniela Lima

8) Josiane Bezerra

9) Raquel Amorim

10) Thiago Pereira CCO

11) Rangel

Periculosidade: uma luta de todos

Os companheiros(as) da Pintura, Escada Rolante e CCO travam uma luta muito dura contra o ataque ao adicional de Periculosidade. Os adicionais, entre eles a Periculosidade, foram utilizados pela direção da Cia. como depreciadores salariais, reduzindo a pressão por aumento nas Campanhas Salariais.

Desta forma os adicionais passaram a ser orçamento cotidiano do trabalhador e sua retirada representa uma quebra irreparável no padrão do metroviário.

Por outro lado, a direção da Cia. procura nos dividir, atacando áreas isoladas,

tentando criar a ilusão de que os “outros estão seguros pela NR10”. Mas, na verdade, o ataque à Periculosidade atinge a todos num processo de esvaziamento permanente das funções com direito ao adicional. O problema é que na estratégia da Cia., ao final, os poucos que sobram com Periculosidade serão terceirizados, por isso luta é de todos.

Resolução:

Campanha permanente contra o ataque à Periculosidade.

Assinatura Coletiva:

Coletivo Chega de Sufoco.

Assinaturas individuais:

16) Paulinho da Pintura,

17) Renato (Pintura),

18) Batatão (Pintura),

19) Baby (escada rolante)

20) Duarte CCO,

21) Tiago Pereira CCO,

22) Luciano CCO,

23) Cristina Ogata CCO,

24) Diego CIM,

25) Flávio Santos (Escada Rolante)

26) Dudu PIT

27) Eduardo Alvarez (Man linha),

28) Wilhan (Man Linhas),

29) Estevam (Man Linhas)

TRANSPORTES

Bilhete de serviço em todo sistema metroferroviário

Como absurdo preço dos combustíveis, os(as) metroferroviários(as) estão usando o sistema para trabalhar. Porém, diferente do sistema ônibus, onde os trabalhadores têm acesso gratuito independente da empresa, no sistema metroferroviário, os funcionários

arcam com essa despesa, além de ter o desconforto de perder horas nas filas.

O Congresso dos Metroviários decide travar uma luta unificada de todos os metroferroviários, em todos os âmbitos: político, jurídico e de ação direta para que todos os trabalhadores tenham

acesso gratuito ao sistema.

Assinatura coletiva:

Coletivo Chega de Sufoco

Assinaturas individuais:

*Araújo, Petraukas,
Adelson Garcia*

TESE SOBRE OPRESSÕES

A luta contra o machismo, o racismo e a LGBTfobia fortalece toda a classe trabalhadora

As lutas contra o machismo, o racismo e a LGBTfobia têm ganhado novos patamares em todo o mundo. Mulheres contra a violência e em defesa dos direitos reprodutivos, negros e negras indignados com a violência policial racista e a população LGBTQIA+ na luta pela vida, contra todo tipo de preconceito, têm ocupado as ruas, as redes e imposto novos padrões de abordagem desses temas.

Isso não acontece sem reação. O fortalecimento da extrema-direita no mundo

inteiro, inclusive no Brasil, surgiu também como forma de uma reação conservadora ao aumento da indignação com essas formas de preconceito. Não é à toa o fato de as mulheres, negros e negras e a população LGBTQIA+ serem parte importante da resistência a esses governos, pois são os principais alvos da violência e do discurso misógino, racista e LGBTfóbico.

Essa luta não é uma luta externa à classe trabalhadora e à nossa categoria. Entre os metroviários existem

diversas mulheres, negros e negras e pessoas LGBTs. O preconceito, discriminação, assédio moral e sexual dessas pessoas na categoria têm como principal alvo as práticas que atingem particularmente esses setores, mas que ao continuarem existindo promovem o rebaixamento de condições dignas para toda a categoria.

Nesse sentido, fortalecer a luta contra toda forma de preconceito é uma forma de fortalecer o conjunto da luta de nossa categoria e de toda a classe trabalhadora. Uma das

formas de fortalecer essa luta é batalhar para que esses tipos de preconceito não existam entre nós, trabalhadores e trabalhadoras, que precisamos lutar todos os dias contra as injustiças da direção do Metrô, do governo do estado e desse sistema exploração.

A direção da Cia. tem feito uma propaganda externa de que se preocupa com diversidade. No dia 25 de julho, dia de luta das mulheres negras, expôs uma foto de Teresa Benghela na estação Sé. No entanto, é esta mesma empresa, que utiliza a luta contra os preconceitos como marketing, e que não pagou as empresas contratadas, ocasionando em demissões das trabalhadoras da limpeza, em sua maior

parte são mulheres negras.

A mesma empresa que fala em diversidade para fora não é séria na condução de denúncias de assédio moral e sexual, desmontou o Grupo de Trabalho de Diversidade, não aceita a construção das subcomissões de mulheres nas CIPAs, não atende a reivindicação das mulheres pelas salas de ordenha e se recusa a rever suas orientações para os trabalhadores da Segurança, promovendo o racismo institucional.

No dia 27/11, o 11º Encontro de Mulheres metroviárias encaminhou importantes resoluções para o nosso Congresso, que ajudam no fortalecimento da luta contra o machismo e injustiças do

Metrô com natureza discriminatória. Propomos que o Congresso acate todas as propostas apresentadas. Propomos também que o Sindicato promova debates sobre o racismo institucional, junto com entidades e organizações do movimento negro.

Assinatura Coletiva:

Coletivo Chega de Sufoco

Assinaturas individuais:

1) Josiane Bezerra

2) Camila Lisboa

3) Raquel Amorim

4) Luan Amorim

5) Thaysa Rosal

6) Wilson Clemente

7) Edgar Balestro

8) Cadol OTM 1 L3

9) Baby Pintura

ORGANIZAÇÃO

Fortalecer, renovar e inovar a organização de base

As últimas Campanhas Salarias, em meio à pandemia e o processo de renovação geracional, imposto pelas contínuas demissões, nos impõem a necessidade de renovar e inovar nossa organização de base. Nenhuma fórmula burocrática resolverá os problemas do Sindicato se não houver renovação.

Durante a pandemia soubemos inovar e incorporar

as novas tecnologias a nossa luta. As reuniões, setoriais e assembleias virtuais foram fundamentais. Esta tecnologia deve continuar, mas devemos mostrar claro que as formas de organização presenciais são muito mais efetivas para a formação da nova vanguarda do Sindicato, e que devemos, com os pés no chão e com segurança, sempre procurar organizar do chão das áreas de trabalho.

Valorizar as reivindicações dos(as) companheiros(as) mais novos de empresa, como a luta por equiparação salarial, organizando-os desde seu local de trabalho seja nas Comissões de Base ou em reuniões específicas, é decisivo pra que se sintam representados. Temos que falar para os novos metroviários que tudo que temos foi conquista da luta e que o mais importante é a organização

coletiva concreta para luta.

Neste contexto a formação política sindical se faz mais importante e deve ser uma obrigatoriedade de cada gestão ter no mínimo um curso de formação.

Diante disso, propomos:

- ***Avançar na organização das Comissões de Base em todas as áreas;***
- ***Lutar pela retomada das setoriais presenciais;***

- ***Realizar assembleias híbridas, com realização da assembleia de forma presencial, transmitida on-line e com votação virtual;***

- ***Realização de, pelo menos, um curso de formação sindical a cada gestão do Sindicato, com obrigatoriedade para os diretores e diretoras.***

*Assinam esta tese:
Assinatura Coletiva:*

Coletivo Chega de Sufoco

Assinaturas individuais:

- 1) Sergio carioca
- 2) Joãozinho
- 3) Ricardo usinagem
- 4) Esmael
- 5) Neto
- 6) Bernardo Lima
- 7) Cabelo
- 8) Eduardo Alvarez
- 9) Wilian (Man. Linhas)
- 10) Thiago Pereira CCO
- 11) Rangel

ESTATUTO

Estrutura do Sindicato: que a base decida em plebiscito

Diante do questionamento de parte da categoria no sentido de mudar a atual concepção da direção do Sindicato, em que alguns defendem que a mesma seja em forma de presidencialismo sem proporcionalidade, outros que

seja presidencialista com proporcionalidade, e outros defendem que se mantenha o colegiado proporcional, será realizado um plebiscito, precedido de uma ampla discussão na base para decidir a forma de organizar o Sindicato já para a próxima gestão.

Assinam:

Assinatura Coletiva:

Coletivo Chega de Sufoco

Assinaturas individuais:

- 1) Dagnaldo Gonçalves
- 2) Sergio carioca
- 3) Camila Lisboa

Teses do coletivo

Atitude Metroviária

CONJUNTURA

O Brasil atravessa um dos piores momentos de sua história com um conjunto de crises, seja ela provocada por uma política econômica desastrosa ou por uma pandemia, no caso da Covid-19; mas todas elas com um mesmo DNA: o governo Bolsonaro.

Não podemos deixar de lado que esse momento que atravessamos teve sua origem no golpe em 2016 com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. A burguesia, inconformada após 4 derrotas eleitorais seguidas e um modelo político-econômico centrado na distribuição de renda e inclusão social, articulou um conjunto de atores jurídicos com a Lava Jato, políticos recompondo partidos oligárquicos e mesmo sociais aglutinando setores evangélicos e movimentos fascistas que defendem a volta da ditadura militar, inclusive com segmentos da sociedade que se beneficiaram de programas sociais e dos eternos “apolíticos”, que nem em eleição votam, o chamado lumpesinato.

Com farta distribuição de verbas e com promessas de emendas no governo Temer, partidos e seus parlamentares aprovaram um processo inexistente de “pedalada fiscal” e depuseram uma presidenta democraticamente eleita. Com isso decretavam o fim de políticas tendo o Estado como elemento-chave do processo econômico e retomando a forma mais nefasta e cruel do neoliberalismo.

O ápice desse processo se produziu com a absurda prisão de Lula e sua cassação para disputar as eleições de 2018, deixando pavimentada a eleição de Bolsonaro-Guedes num processo de farsas e trapaças jamais vistas em nossa história, aprofundando a retirada de direitos sociais e de políticas públicas voltada para população de baixa renda.

Os resultados dessa tragédia podem ser vistos em todos os indicadores econômicos e sociais: a explosão do desemprego, que atinge mais de 14 milhões de brasileiros, a destruição do parque produtivo nacional, principal-

mente no setor petrolífero e indústria naval, a entrega de patrimônio público a empresas privadas nacionais e internacionais, como na nova política de concessão dos poços de petróleo incluindo o pré-sal e o retorno da fome e da miséria, que hoje atinge um em cada quatro jovens.

É preciso deixar claro que todo esse desarranjo não foi culpa da Covid-19, mesmo que ela tenha causado grandes estragos, mas de uma política econômica desde o governo Temer, centrada no rentismo dos bancos e no mercado, política essa praticamente abandonada em todos os países centrais, mesmo os capitalistas.

Nesse cenário, reconstruir o Brasil não será tarefa das mais fáceis. Passa pela articulação dos partidos políticos de esquerda em candidaturas fortes para o governo federal e estados, a eleição de uma grande bancada para sustentação política no Congresso Nacional e por uma ampla organização social para sustentar políticas públicas a serem

encaminhadas em novos governos. Mais ainda será necessária uma verdadeira guerra para desconstruir o bolsonarismo, que envolve grande parte da população. Somente um trabalho de base

forte e organizado poderá reverter esse quadro.

Assinam esta tese:

Atitude Metroviária — CUT

Marcos Freire, Eduardo

*Pacheco, Marlene,
Ivania, Amaral, Nailton
(Bucheche), Vinicius
Morgado, Tania Machado,
Pedro Alessandro, Manoel
Viturino, Valdir Granito*

MOVIMENTO SINDICAL

HISTÓRIA E MEMÓRIA

Toda história de lutas tem um passado e este legado traz a memória viva e a reflexão pelas lutas passadas, força e acúmulo para as lutas que virão. Sem passado, não temos história.

Nossa categoria tem uma história de lutas muito forte e encantadora, neste sentido, é preciso que tenhamos à mão sempre que possível a memória para reflexão sobre nossas conquistas e para que possamos nos inspirar e encantar aos que não tiveram o privilégio de estar conosco, no

passado, mas que constroem diariamente nosso presente e futuro, sendo também parte deste legado.

Nossa sugestão é de que se construa um painel em formato de linha do tempo com as principais conquistas da categoria metroviária ao longo do tempo, e que este painel esteja sempre sendo atualizado e presente como informativo, apresentação e memória viva de nossas lutas em nosso site, com acesso visível e imediato em nossos documentos como cartilhas, caderno de teses, em

nossas publicações, emitidas na maioria das vezes hoje de forma digital, para que a categoria tenha acesso, orgulho e se inspire em nossa história e memória de lutas.

Assinam esta tese:

Atitude Metroviária — CUT

*Amaral, Marlene Furino,
Eduardo Pacheco, Nailton,
Marcos Freire, Morgado,
Pedro Lourenço, Tania,
Machado Candia,
Gilbenita, Valdir Granito,
Ivânia, Mané Viturino*

ESTATUTO

SENSIBILIZAR E APROXIMAR

Nosso Estatuto, em seu Capítulo II – Dos Associados – Direitos e De-

veres, traz a seguinte redação:
ARTIGO 4º - A categoria profissional representada

pelo Sindicato é constituída por todos os trabalhadores em empresas de transportes

metroviários e por todos os trabalhadores em empresas operadoras de veículos leves sobre trilhos, bem como por aqueles que prestam serviços a essas empresas, ainda que não mantenham com elas vínculo empregatício.

Parágrafo único — O direito de associar-se ao Sindicato é assegurado a todos os trabalhadores que integram a categoria profissional identificada no caput deste artigo, incluídos os aposentados, desde que continuem contribuindo financeiramente com a entidade sindical.

Neste sentido, e observando que o Sindicato representa um grupo extremamente diverso de trabalhadoras e trabalhadores,

nossa proposta é de que a entidade faça campanhas de sensibilização e aproximação para todos os representados mas, principalmente para as “tribos” — grupos da categoria mais afastados da entidade — como, por exemplo, o contratados e os aposentados que não estão mais na ativa, trazendo tanto nosso histórico de lutas como também as possibilidades de acesso a apoio e cuidado que podem ser propiciados pela entidade, também para aqueles que muitas vezes mais precisam, e que às vezes eventualmente nem sabem que podem contar com o Sindicato num mundo do trabalho tão precarizado e desolado do ponto de vista de

direitos, e que sem acesso ou perspectivas e informações fica muito pior.

Assinam esta tese:

Atitude Metroviária — CUT

*Amaral,
Marlene Furino,
Eduardo Pacheco,
Nailton,
Marcos Freire,
Morgado,
Pedro Lourenço,
Tania Machado Candia,
Gilbenita,
Valdir Granito,
Ivânia,
Mané Viturino*

Teses do coletivo

Movimento Nossa Classe

Chapa 4

CONJUNTURA

Por uma saída de independência de classe para o país!

No governo de extrema-direita de Bolsonaro e Mourão, vimos ataques aos trabalhadores, fila do osso, desemprego, privatizações, inflação, aumento da violência contra as mulheres, negros e LGBTs e a revoltante marca de 615 mil mortos por Covid.

A direita tradicional e instituições desse regime como STF, Congresso, o juiz golpista da Lava Jato Moro, Doria e Globo buscam uma “terceira via” eleitoral. Cinicamente escondem seu apoio ao golpe institucional e ataques aos trabalhadores.

As grandes Centrais Sindicais, como CUT/PT e CTB/PCdoB, seguem em trégua com os que nos atacam, sem organizar um plano de lutas, mantendo isolados os focos de resistência. Suas estratégias são de canalizar todo descontentamento apenas para 2022, apostando eleger Lula, que

mais uma vez vem buscando se aliar com a direita, como com Alckmin, responsável pelas demissões dos metroviários em 2014, perdoando os golpistas para governar aos empresários e capitalistas.

Em contrapartida, o Brasil não está isolado da tendência internacional à irrupção de processos da luta de classes, como desenvolvemos na tese “A conjuntura internacional e a necessidade da independência de classe”.

Por isso, é tarefa urgente de toda a esquerda que aposta na mobilização para derrubar Bolsonaro e Mourão, sem conciliação com a direita e de forma independente do PT, se unificar em torno de uma política de independência de classe. Nesse sentido, apresentamos e convidamos a ler a “Tese unificada do Alternativa Sindical e de Base, Luta Metroviária e Movimento Nossa Classe Metroviários”, com

nossas propostas e pontos de acordo para fortalecer nossa categoria.

Ao mesmo tempo, há pontos que não há acordos comuns e que achamos importante debater. ***Por isso, apresentamos também como propostas de resolução:***

– Na luta contra Bolsonaro e Mourão, Doria não é nosso aliado, nem podemos confiar no STF, no Congresso e sua CPI, ou em qualquer “Frente Ampla”. Os partidos burgueses de direita vêm participando das mobilizações pelo Fora Bolsonaro só para se fortalecer eleitoralmente e separar a luta contra Bolsonaro da resistência aos ataques que estão aplicando juntos. Por isso, não apostamos na “unidade de ação” com a direita burguesa, e sim na unidade da nossa classe na mobilização independente;

– Os trabalhadores precisam de uma resposta política de independência de classe para derrubar Bolsonaro e Mourão, sem confiar em saídas como o Congresso aprovar o impeachment, que só levaria Mourão ao poder e fortaleceria também a direita tradicional, preservando o regime do golpe dos ataques. Por uma Assembleia Constituinte Livre e Soberana, que vote a anulação das reformas antioperárias, por direitos dos povos originários às suas

terras e saídas para todos os problemas mais sentidos da população. Medidas que só poderiam ser aplicadas e mantidas com a mobilização dos trabalhadores auto-organizados, abrindo caminho para a luta por um governo de trabalhadores em ruptura com o capitalismo.

*Assinam essa tese:
Movimento Nossa Classe
Metroviários – Chapa 4*

Almeida, OTM I – L1,

*Claudio Miro Pontani,
Oficial Manutenção – MTS/
POT, Fabrício Barros, OTM
I – L1, Felipe Guarnieri,
OT – L1, Fernando Salles,
OT – L15, Filipe Amorim,
OT – L15, Francielton
(França), Manutenção –
PAT, Francisca Barros,
OTM I – L1, Juliano, OTM
I – L2, Larissa, OTM I – L2,
Liduína Fernandes, OTM
II – Estação L2, Marília, OT
– L1, Shigueko, OTM I – L1,
Tamiris, OTM I – L1, Tufão,
OTM I – L15*

A conjuntura internacional e a necessidade da independência de classe – Movimento Nossa Classe

1 – O movimento Black Lives Matter (BLM), que estourou nos EUA em meio à pandemia contra o racismo, a violência policial e o governo de extrema-direita de Trump, recolocou a luta de classes no centro do teatro político mundial e reverberou em diversos países.

Joe Biden venceu Trump nas eleições de 2020 nos EUA, mas não derrotou as forças de extrema-direita que permanecem organizadas socialmente. E está claro que é um erro dar qualquer apoio, como fez parte da esquerda, a este governo do Partido Democrata que tem o objetivo de desviar a indignação expressa no movimento BLM, e sustentar o modelo de exploração e opressão do imperialismo estadunidense: já nesses meses fez novos bombardeios no Oriente Médio e segue apoiando

os ataques de Israel ao povo palestino; impõe novas medidas contra imigrantes; e, frente à maior onda de greves operárias das últimas décadas nos EUA, no mês de outubro, sustenta a legislação antissindical americana e disse que não hesitaria em mandar as Forças Nacionais contra piquetes de greve.

2 – A China, polo oposto nas tensões geopolíticas, também não é um ponto de apoio para os trabalhadores contra o imperialismo. Longe de ser um país socialista, como afirmam as correntes stalinistas, é um dos países onde o capital consegue impor níveis mais brutais de exploração. É dirigida por um partido autocrático com peso de bilionários e burocratas, enquanto os trabalhadores não têm direito a organização sindical e política.

3 – Internacionalmente se expressa uma tendência à irrupção de importantes processos de luta de classes. Antes da pandemia uma onda atravessava diversos países, como a revolta no Chile e as greves na França. Durante a pandemia vimos, além do Black Lives Matter, a revolta das massas no Paraguai, Equador e Colômbia. E recentemente, com a retomada das atividades econômicas, uma série de lutas reivindicatórias diante da penúria das massas ao longo da pandemia, como as diversas greves nos EUA, a greve geral na Coreia do Sul e a de metalúrgicos na África do Sul. E no Brasil as mesmas contradições se aprofundaram e não estamos isolados dessas tendências e da possibilidade de explosões da luta de classes.

4 – Destacamos a experiência da Frente de Esquerda

dos Trabalhadores – Unidade (FIT-U) na Argentina, que batalha por um programa de independência de classe e por um governo de trabalhadores em ruptura com o capitalismo. Conquistaram nas últimas eleições o posto de terceira força nacionalmente, e elegeram Alejandro Vilca, primeiro indígena kolla, gari e socia-

lista ao Congresso Nacional. Essa frente é integrada pelo Partido dos Trabalhadores Socialistas, cujos parlamentares usam seus cargos para impulsionar a organização dos trabalhadores e as greves, se colocando na linha de frente das lutas e denunciando a farsa da democracia burguesa. Esse é um exemplo

de um polo de independência de classe para nós no Brasil.

*Assinam essa tese:
Movimento Nossa Classe
Metroviários*

Fernanda Peluci, OTMI – L3

Filipe Amorim, OT – L15

Larissa, OTMI – L2

MOVIMENTO SINDICAL

Precisamos da unidade da nossa classe! As Centrais Sindicais precisam coordenar e apoiar as lutas!

Nossa categoria ocupa uma posição estratégica, ou seja, por prestar um serviço essencial podemos atingir outros setores da economia, impactando a circulação na cidade de São Paulo. O que o governo e os patrões mais temem é justamente que usemos essa potência para nos colocarmos em defesa de outros setores explorados e oprimidos, das mulheres, dos negros, das LGBTs. Por isso, querem fortalecer nos metroviários uma visão corporativista, de que nossa luta não tem a ver com a luta de toda a nossa classe, que não temos que nos unificar com outras categorias, muito menos lutar por pautas políticas.

Buscam dividir nossa classe entre os trabalhadores que ocupam posições estraté-

gicas, como nós, e a maioria dos trabalhadores que, com menor poder de barganha, sofrem mais com a precarização. A burocracia sindical, como a Chapa 1, alimenta o corporativismo. Depois os patrões usam essa divisão para dizer que somos privilegiados e retirar também os nossos direitos, aumentando a exploração sobre toda a nossa classe.

Ao contrário disso, precisamos aproveitar a posição que ocupamos, estratégica, para batalhar pela unidade da nossa classe e para denunciar e combater todos os sofrimentos dos setores mais oprimidos da população e mais atingidos pela crise que estamos vivendo. Essa unidade é estratégica e deve ser um objetivo fundamental da nossa organização!

Dentro do Metrô é fundamental que nosso Sindicato busque organizar o conjunto dos trabalhadores, efetivos ou precários, contra a divisão que a empresa impõe, defendendo iguais direitos e salários e a efetivação de todos os terceirizados.

E precisamos batalhar também, como nós do Nossa Classe buscamos fazer durante a greve deste ano, pela aliança com a população, que sofre com a precarização do transporte e paga cada vez mais caro na tarifa, e em geral para viver, fruto dos mesmos planos de ataques que os governos e patrões fazem contra nós. Ficou evidente a importância do apoio da população à nossa greve, apesar das mentiras que a Globo e a Data repetiam, o que foi decisivo

para derrotarmos os ataques de Doria e do Metrô.

E nessa greve também vimos a falta que fez as grandes Centrais Sindicais, como CUT e CTB, que integram a Chapa 1 no nosso Sindicato, construísem nas demais categorias medidas de solidariedade ativa à nossa greve. Precisamos ter sempre medidas para dar apoio a outras categorias em luta. E, neste momento, exigir das grandes Centrais que rompam com sua política de acordos e conciliação com a direita tradicional que pre-

serva Bolsonaro atualmente no poder, deixando as várias lutas de resistência da nossa classe isoladas, e busque construir a solidariedade a essas lutas no conjunto da classe, preparando um plano de luta nacional aprovado nas assembleias de base das categorias mais mobilizadas, rumo a uma paralisação nacional que unifique a luta contra todos os ataques.

*Assinam essa tese:
Movimento Nossa Classe
Metroviários – Chapa 4*

*Almeida, OTM I – L1,
Claudomiro Pontani,
Oficial Manutenção – MTS/
POT, Fabrício Barros, OTM
I – L1, Felipe Guarnieri,
OT – L1, Fernando Salles,
OT – L15, Filipe Amorim,
OT – L15, Francielton
(França), Manutenção –
PAT, Francisca Barros,
OTM I – L1, Juliano, OTM
I – L2, Larissa, OTM I – L2,
Liduína Fernandes, OTM
II – Estação L2, Marília, OT
– L1, Shigueko, OTM I – L1,
Tamiris, OTM I – L1,
Tufão, OTM I – L15*

TRANSPORTES

Fortalecer a luta dos trabalhadores dos transportes

Após atravessarmos a pandemia trabalhando sem parar, com milhares de colegas contaminados e dezenas de mortos, o Metrô e Doria atacam com o fechamento das bilheterias jogando milhares de terceirizados no desemprego, com tentativas de cortes ao ACT e de despejo da sede do Sindicato, demissões, calote na equiparação e nos Steps. Todas essas medidas para enxugar e privatizar a companhia, utilizando o assédio moral e punições a ativistas. Doria também atacou os servidores estaduais com as reformas administrativa e previdenciária, retirando direitos de

professores e precarizando mais a educação. Mas manteve sua benevolência aos seus amigos empresários ao entregar 2 linhas da CPTM ao grupo CCR, que já administra as linhas 4 e 5 do metrô, e dando mais de R\$1 bi em subsídio.

Nossa categoria fez uma greve forte em 2021, impondo ao TRT o reajuste salarial e a manutenção de todos os direitos do ACT. E isso passando por cima da burocracia da Chapa 1, que depois defendeu aceitar os ataques da empresa. No momento da greve, nós do Nossa Classe defendemos a sua continuidade. Havia forte adesão e apoio da po-

pulação para impor, com a nossa força, a garantia dos direitos, e evitar ficar nas mãos do TST poder atender ao pedido do Metrô para retirar nosso reajuste e o ACT. Também defendemos ao longo do ano que o Sindicato não deveria separar a defesa da sede da mobilização por nossos direitos.

Os transportes são setores estratégicos e a aliança entre rodoviários, ferroviários e metroviários em iniciativas unificadas teria uma grande força. Por isso quando esses setores estavam mobilizados defendemos um comando unificado de mobilização e greve dos

trabalhadores dos transportes, com delegados eleitos na base destas categorias.

No mesmo sentido, é preciso fortalecer a aliança da nossa categoria com os setores mais precarizados, como os terceirizados, contra as demissões e pela efetivação sem necessidade de concurso público. E também unificando nossas lutas, como defendemos em 2020, chamando a unidade com os entregadores de aplicativo na greve.

Resoluções:

- **Defesa do nosso Acordo Coletivo e da sede do Sindicato!**
- **Não ao fechamento das bilheterias e à demissão em massa! Pela efetivação das trabalhadoras terceirizadas e retorno dos adicionais de quebra de caixa e risco de vida!**

– **Contra as concessões, privatizações e terceirizações; pela reestatização das linhas privadas, pelo metrô 100% estatal, sob controle dos trabalhadores em aliança com os usuários! Não aos subsídios bilionários à CCR: subsídio público somente para o Metrô estatal!**

– **Pagamento dos Steps atrasados e equiparação salarial já! PR igualitária! Em defesa da Periculosidade! Fim da avaliação de desempenho e por critérios democráticos de carreira!**

– **Contratação imediata para melhor atender a população!**

– **Abaixo às punições! Reintegração dos demitidos!**

– **Pelo fim dos cargos Ad Nutum e dos supersalários**

da direção do Metrô!

- **Pela efetivação sem concurso público de todos os terceirizados!**

Assinam essa tese:

*Movimento Nossa Classe
Metroviários – Chapa 4*

*Almeida, OTM I – L1,
Claudomiro Pontani,
Oficial Manutenção – MTS/
POT, Fabrício Barros, OTM
I – L1, Felipe Guarnieri,
OT – L1, Fernando Salles,
OT – L15, Filipe Amorim,
OT – L15, Francielton
(França), Manutenção –
PAT, Francisca Barros,
OTM I – L1, Juliano, OTM
I – L2, Larissa, OTM I – L2,
Liduína Fernandes, OTM
II – Estação L2, Marília, OT
– L1, Shigueko, OTM I – L1,
Tamiris, OTM I – L1,
Tufão, OTM I – L15*

OPRESSÕES

Unir nossa classe na luta contra todas as opressões!

O governo de extrema-direita de Bolsonaro e Mourão significou um salto no fortalecimento do machismo, do racismo e da LGBTQIfobia no país.

A relação opressão/exploração, base material do discurso de ódio, está a favor de aumentar os níveis de ex-

ploração da nossa classe de conjunto ao justificar a opressão a esses setores sociais, rebaixando seus salários e direitos, pressionam para que a classe seja golpeada de conjunto.

Não é à toa que setores oprimidos são os que mais sofrem com o desemprego,

baixos salários (mulheres negras recebem menos da metade do salário de um homem branco), menos direitos, assédio e violência.

O racismo, o machismo e a LGBTQIfobia também cumprem o papel de dividir nossa classe, impondo barreiras entre homens e mulheres,

negros e brancos, LGBTQI+ e héteros, enfraquecendo nossas lutas.

Na busca por submeter as mulheres cada vez mais a ordem patriarcal, Bolsonaro e setores fundamentalistas religiosos têm empreendido uma cruzada contra o direito ao aborto moralizando a discussão a respeito do direito das mulheres à autodeterminação sobre seus corpos, enquanto milhares, na maioria negras e pobres, morrem por abortos clandestinos.

Os ataques de Bolsonaro aos povos indígenas e quilombolas servem aos objetivos do agronegócio, mineradoras e exploradores dos recursos naturais para avançarem sobre suas terras e dão espaço a assassinatos, ataques e invasões às terras indígenas e quilombolas. O desmonte de órgãos de proteção ambiental e os ataques aos direitos desses povos, com destaque ao PL do Marco Temporal têm cumprido o objetivo de alimentar a

investida do agronegócio e das mineradoras sobre esses povos e o meio ambiente.

Por isso defendemos que as lutas contra as opressões devem ser encampadas pelo conjunto dos trabalhadores no sentido de unificar nossa classe e combater a influência entre os trabalhadores dessas ideologias que só servem à exploração e aos interesses da classe dominante.

Nesse sentido propomos como resoluções:

- **Fortalecer as Secretarias de Mulheres, de Negras e Negros e LGBTQI+ do nosso Sindicato na perspectiva de fortalecer a luta contra a opressão e a exploração!**
- **Defesa da igualdade salarial entre negros e brancos;**
- **Contra a violência policial: júri popular contra autos de resistência, policial não pode julgar policial;**

– **Contra o PL do Marco Temporal, em defesa a demarcação de terras para indígenas e quilombolas**

– **Contra a violência de gênero: por um plano emergencial de combate a violência às mulheres e LGBTQI+**

*Assinam essa tese:
Movimento Nossa Classe
Metroviários – Chapa 4*

*Almeida, OTM I – L1,
Claudomiro Pontani,
Oficial Manutenção – MTS/
POT, Fabrício Barros, OTM
I – L1, Felipe Guarnieri,
OT – L1, Fernando Salles,
OT – L15, Filipe Amorim,
OT – L15, Francielton
(França), Manutenção –
PAT, Francisca Barros,
OTM I – L1, Juliano, OTM
I – L2, Larissa, OTM I – L2,
Liduína Fernandes, OTM
II – Estação L2, Marília, OT
– L1, Shigueko, OTM I – L1,
Tamiris, OTM I – L1,
Tufão, OTM I – L15*

ORGANIZAÇÃO

Democracia operária e independência do Estado: o papel dos sindicatos na luta contra a exploração

No capitalismo a burguesia sempre busca aumentar sua fonte de lucros com a maior exploração da nossa classe. E mesmo quando conseguimos vencer uma batalha, logo os

capitalistas buscam arrancar o que tinha acabado de ser conquistado. E para isso buscam minar nossa capacidade de organização, assim como fazem Doria e a empresa, tentando tirar a sede histó-

rica de nosso Sindicato para preparar maiores ataques e enfraquecer nossa classe de conjunto.

A burguesia usa as leis, a Justiça, o governo, a polícia e a imprensa para manter seu

controle, e nós trabalhadores também devemos usar tudo o que estiver à nossa disposição para lutar contra toda a exploração. Por isso defendemos que os sindicatos sejam ferramentas da luta revolucionária pelo fim de toda exploração e opressão, e escolas para os trabalhadores aprenderem a tomar decisões e dirigirem uma nova sociedade desse tipo.

Por isso é tão importante que os sindicatos sejam controlados pela mais profunda democracia direta dos trabalhadores. É fundamental garantir assembleias democráticas, onde todos possam falar e fazer propostas, como nós do Nossa Classe defendemos com toda força na greve deste ano. As assembleias que são “lives” seguidas de enquete, onde a participação dos trabalhadores está limitada a dizer “sim ou não” para o que a maioria da diretoria quer, tal como a burocracia da Chapa 1 defendeu, não permitem que a base defina os rumos da nossa organização. Atualmente a Chapa 1 está barrando na própria diretoria que os trabalhadores possam conhecer e decidir sobre qual-

quer proposta da qual eles discordem, como vimos com a proposta das bancadas de cipistas contra a punição do companheiro Alex Fernandes, que sequer foi levada à assembleia.

Mesmo diante de situações difíceis, como na pandemia, defendemos comitês de representantes eleitos na base de cada área que pudessem se reunir virtualmente e assim organizarem suas propostas para serem levadas à assembleia. Assim como é necessário fortalecer as setoriais e comissões de base por área, garantindo uma maior participação e poder de decisão da base.

Lutamos para que haja a mais ampla liberdade de tendências políticas, sendo a proporcionalidade em nosso Sindicato a melhor forma para que os trabalhadores possam fazer experiências com cada posição e tirar lições.

Além disso, lutamos para que não haja nenhum tipo de privilégio para os dirigentes sindicais; pela total independência política e financeira dos sindicatos em relação ao Estado e instituições burguesas; pela solidariedade

às lutas dos trabalhadores independentemente da sua nacionalidade. Pois todos esses são princípios necessários, tanto para a luta revolucionária por uma sociedade sem exploração, quanto para que os trabalhadores se preparem para governar essa sociedade, buscando construir um futuro sem classes e sem nenhuma forma de opressão.

*Assina esta tese: Movimento
Nossa Classe Metroviários –
Chapa 4*

*Almeida, OTM I – L1,
Claudomiro Pontani,
Oficial Manutenção – MTS/
POT, Fabrício Barros, OTM
I – L1, Felipe Guarnieri,
OT – L1, Fernando Salles,
OT – L15, Filipe Amorim,
OT – L15, Francielton
(França), Manutenção –
PAT, Francisca Barros,
OTM I – L1, Juliano, OTM
I – L2, Larissa, OTM I – L2,
Liduína Fernandes, OTM
II – Estação L2, Marília, OT
– L1, Shigueko, OTM I – L1,
Tamiris, OTM I – L1,
Tufão, OTM I – L15*

ESTATUTO

Nossas posições sobre o estatuto do nosso Sindicato

– Pela manutenção da proporcionalidade na composição da diretoria do Sin-

dicato, com a participação de todas as chapas inscritas, com peso proporcional ao número

de votos dos trabalhadores em cada chapa nas eleições. Essa é a forma mais democrática

de composição da diretoria, permitindo a expressão das diferentes posições dos trabalhadores, e dificultando que uma burocracia sindical controle sozinha o Sindicato. Além disso, por permitir que na própria diretoria se expressem as diferentes posições, ajuda a que os trabalhadores conheçam as diferentes posições, saibam o que cada chapa defende, possam ter experiências com essas posições, e verificar, na prática, quais são as posições que mais contribuem para o avanço da luta da categoria e da nossa classe. Dessa forma, se amplia o espaço para combater a burocracia sindical não só nas eleições e no seu peso no aparato, mas na sua influência entre os trabalhadores, com posições que enfraquecem a unidade da nossa classe, a nossa luta e levariam a derrotas.

– Por assembleias democráticas. Que em todas as assembleias haja abertura de inscrição para falas da base, onde todos os trabalhadores possam se inscrever e fazer propostas que sejam encaminhadas para votação.

– Que a diretoria do Sindicato cumpra o Estatuto do Sindicato e organize as eleições de delegados sindicais de base conforme previsto,

e as Comissões Cindicais de Base e o Conselho Consultivo voltem a funcionar.

– Que, para as greves, seja formado um Comando de Greve, composto por representantes eleitos em cada área. O papel desse comando deve ser o de permitir que a base conduza a preparação e a direção da greve. Os representantes são responsáveis por levar as discussões, opiniões, propostas e deliberações das áreas para o Comando de Greve, e podem ser revogados e votados novamente pela base conforme os trabalhadores considerem adequado. Os diretores do Sindicato podem participar do Comando de Greve na medida em que sejam eleitos como representantes pela base na sua área, e dessa forma durante a greve a diretoria do Sindicato se dissolve no Comando de Greve, atuando como membros do Comando, assim como os demais representantes eleitos. O Comando de Greve fica subordinado à Assembleia Geral, que é soberana.

– Pela rotatividade dos diretores sindicais liberados. Nenhum diretor sindical pode ficar liberado do trabalho por mais de 18 meses consecutivos. Após um período de liberação, o diretor sindical deve ficar trabalhando

pelo menos por um período igual, antes de voltar a ser liberado.

– Que os diretores liberados tenham igualdade financeira com a base da categoria. Com acesso aos mesmos direitos que sua função original dispõe, ao mesmo tempo que não tenha nenhum tipo de privilégio perante a base.

*Assina esta tese: Movimento
Nossa Classe Metroviários –
Chapa 4*

*Almeida, OTM I – L1,
Claudomiro Pontani, Oficial
Manutenção – MTS/POT,
Fabrício Barros, OTM I – L1,
Felipe Guarnieri, OT – L1,
Fernando Salles, OT – L15,
Filipe Amorim, OT – L15,
Francielton (França),
Manutenção – PAT, Francisca
Barros, OTM I – L1, Juliano,
OTM I – L2, Larissa, OTM I –
L2, Liduina Fernandes, OTM
II – Estação L2, Marília, OT
– L1, Shigueko, OTM I – L1,
Tamiris, OTM I – L1,
Tufão, OTM I – L15*

Teses do coletivo Movimento Luta de Classes (MLC)

CONJUNTURA

POVO NA RUA FORA BOLSONARO

Desde que Bolsonaro foi eleito, seu objetivo é impor uma ditadura e aumentar a exploração dos trabalhadores, o controle da burguesia e do imperialismo sobre o nosso país. Esse processo teve início com o impeachment de Dilma, levando o corrupto e golpista Temer ao poder. Em 2018, o golpe se aprofundou nas eleições após um processo manipulado pelo judiciário e pela grande mídia. Assim, vivemos sob um governo resultado de um golpe. A burguesia, sempre que seu domínio está em risco, não vacila em lançar medidas e impõe seu controle sobre o Estado.

Bolsonaro, portanto, entrega tudo ao capital financeiro e é responsável por uma profunda crise: mais de 600 mil mortos por COVID-19; 29,5% dos domicílios não têm renda proveniente do trabalho; o auxílio emergencial foi reduzido e retirado; a inflação corrói o orçamento das famílias brasileiras; os desempregados e os que desistem de procurar emprego são mais de

20 milhões; as escolas, universidades e postos de saúde correm risco de fechar; o preço da gasolina, da energia elétrica, dos alimentos e do botijão de gás não para de subir.

Com o apoio do governo, os grandes empresários achataram o salário do povo, demitiram e precarizaram o trabalho. Além disso, a Reforma Administrativa tem como objetivo entregar a administração pública à iniciativa privada, flexibilizando a estabilidade dos servidores e enxugando gastos sociais.

Em São Paulo, João Doria é mais do mesmo. Ele foi o responsável pela entrega das Linhas 8 e 9 da CPTM à iniciativa privada. Foi também o responsável por levar, à Assembleia Legislativa, o PL 529/2020, na tentativa de realizar mais um ataque. O PL incluía a retirada de mais de R\$1 bilhão das universidades e da Fundação de Amparo à Pesquisa. Sua proposta era “enxugar a máquina do Estado”, acabando com fundações ligadas ao SUS, como a Fundação para o Remédio Popular.

Assim sendo, é necessário colocar Bolsonaro e Doria no mesmo lugar.

Hoje o governo perde apoio popular como o aprofundamento da crise. São principalmente as grandes manifestações de rua que fizeram com que Bolsonaro caísse nas pesquisas. Apesar disso, setores ligados à social-democracia pediram que o povo não saísse às ruas, indicando que, para eles, a disputa contra Bolsonaro deve ser apenas eleitoral. Consideramos tal posição um erro, pois se as lutas tivessem sido impulsionadas coletivamente por amplos setores populares, a correlação de forças seria alterada.

Se seguirmos o caminho do pagamento dos títulos da dívida pública, entregando empresas e recursos estratégicos a preço de banana e cortando salários, chegaremos ao colapso. É necessário derrubar Bolsonaro e seu governo de generais, banqueiros e mafiosos. Esperar mais é condenar o povo a seguir se alimentando de osso, morando nas ruas e padecendo de fome,

COVID e desemprego.

Diante ao exposto, o sindicato deve construir a articulação POVO NA RUA que é a articulação mais combativa e

disposta a derrubar Bolsonaro antes das eleições.

Assinam esta tese:

Deusa, Carlos Correia, Diego Brianezi, Clayton, Felipe

Guaré, Thiago Honorato, Geraldo Barbosa, Renato

Mello, Marcos Gugoni, Ricardo Senese, Gustavo Matos e Maurício Meira

LUTAS DA CATEGORIA

Proposta de pauta com prazo para o Metrô cumprir até 31 de Janeiro: Step, PR Igualitária e Manutenção da sede. Caso não cumpram é greve em 01 de Fevereiro.

João Dória continuou os ataques de Geraldo Alckmin e têm sido extremamente radical contra a categoria. Vamos lembrar alguns de seus ataques:

- **Demissão do companheiro Joaquim José (JAT)**
- **Implantou a 4x1x4x3 noturna sem acordo com o sindicato**
- **Atacou a periculosidade na manutenção e CCO**
- **Precarização causou choque de trens no monotrilho**
- **Leilou a Linha 5**
- **Demissão do companheiro Valtinho (PIT)**
- **Demissões imotivadas de dezenas contratados antes de 1988**
- **Fim da escala base para uma parte da categoria**
- **Constituição de escala fixa noturna. Ruim para saúde no longo prazo.**
- **Fim do Vale Peru**
- **Redução dramática de funcionários nas estações**
- **Terceirização completa das bilheterias e cortes**

- **salariais para OTM I**
- **Terceirização de setores da manutenção**
- **Mudança compulsória da manutenção noturna para diurna**
- **Desvio de função dos ASM para assumirem linha de bloqueios**
- **Pagamento de metade da PR 2019**
- **Atacou a vida da categoria e não implementou plano de emergência em toda pandemia**
- **Algumas medidas de prevenção à Covid19 são implementadas com atraso e após muita luta do sindicato**
- **Luto. Morremos tanto na linha frente quanto afastados por comorbidade**
- **Demissão de companheiros com aposentadoria especial**
- **Redução da CIPA diminuindo a prevenção de acidentes**
- **Instrumento normativo ilegal reduz direitos folgas**
- **Fim da equiparação e negativa de steps**
- **Leilou a sede do sindicato**
- **Vendeu o nome das estações**
- **Atrasou o plano de vacinação da categoria expondo a mais mortes metroviárias.**

- Vice governador diz uma coisa e faz outra. Ataca a sede novamente.

De fato, nos atacam em qualquer mês e até mesmo no período de festas, servem aos interesses dos cartéis internacionais e, de quebra, ganham milhões em contratos de privatização, terceirização e em cargos comissionados.

Mesmo diante a dura conjuntura em que vivemos, a categoria obteve vitórias como, por exemplo, a manutenção do acordo coletivo, vacinação antecipada e seguimos como forte oposição política ao tucanato que chegará aos 30 anos.

Em nossa visão os mais atacados são os mais novos de Metrô, pois, cumprem alta exigência e trabalham igual, entretanto, recebem menos com diferenças salariais que passam de R\$ 2000,00.

Neste sentido, nós do Movimento Luta Classes – MLC, diante à radicalidade do governo e suas humilhações permanentes, vemos que é necessário passarmos a ofensiva com uma pauta de exigências mínimas, pois, são vitais, imprescindíveis e inadiáveis e devem conter: a manutenção da sede, PR igualitária e o pagamento de step. Como negociação na prática não

existe e o que fazem é mentir de forma pública e notória, devemos informar o Metrô através de carta que eles têm até 31 de Janeiro para cumprir nossas exigências mínimas.

Caso não cumpram é greve em 01 de fevereiro!

Assinam esta tese: Deusa, Carlos Correia, Diego Brianezi, Clayton, Felipe

Guaré, Thiago Honorato, Geraldo Barbosa, Renato Mello, Marcos Gugoni, Ricardo Senese, Gustavo Matos e Maurício Meira

ORGANIZAÇÃO

Proposta de formação de comissão da categoria para organizar a campanha permanente por equiparação

Equiparação salarial é urgente e prioritária.

A política salarial adotada pelo Metrô, que impõe pagamento diferenciado a trabalhadores e trabalhadoras que ocupam o mesmo cargo e exercem as mesmas funções, está pautada na exploração do trabalho, na desvalorização do serviço público de qualidade e no projeto de privatização dos governos tucanos.

Estabelecendo “piso” e “teto” salarial e condicionando a progressão dos salários [conhecida por “steps”] ao cumprimento de metas arbitrárias e subjetivas - como a obtenção de nota na avaliação de desempenho -, o Metrô mantém parte significativa da categoria em constante insatisfação e revolta, recebendo menos, e se desgastando física e mentalmente, isso tudo levando em consideração a diminuição do quadro de funcionários e, conseqüentemente, o aumento das demandas operativas ou de manutenção.

Tais desgastes são profun-

damente sentidos pelos OTMI do concurso de 2016, submetidos, desde sua admissão, a uma brutal diferenciação em relação aos demais funcionários, posto que foram impedidos de assumir plenamente a sua função e que não recebem “steps” desde 2018.

Devido as enormes discrepâncias nos salários [que chegam a ultrapassar os R\$ 2000 mensais, dependendo do cargo], o Metrô acumula verdadeiras fortunas, que são utilizadas para atender os interesses do governo, que aparelha a empresa com centenas de altos cargos comissionados, ocupados por afilhados políticos; e da iniciativa privada, que recebe volumosos contratos para prestar serviços que deveriam ser realizados pela empresa pública, avançando os processos de terceirização e privatização às custas do trabalho e sacrifício dos trabalhadores e trabalhadoras metroviários.

É preciso encarar o processo de valorização da categoria metroviária não somente

como uma reparação aos prejuízos financeiros, mas também como um enfrentamento às políticas de carestia, de desmonte da empresa pública e da privatização.

Portanto, o Movimento Luta de Classes - MLC defende que a pauta da EQUIPARAÇÃO SALARIAL deve se tornar a prioridade de luta da categoria para o próximo período, por isso, propomos ao congresso que aprovemos a formação de uma comissão de campanha permanente por equiparação salarial.

Está comissão deve trabalhar em conjunto com a diretoria do sindicato e sua implementação, composição e quantidade de membros ser aprovada em assembleia a ser realizada até fevereiro.

Assinam: Deusa, Carlos Correia, Diego Brianezi, Clayton, Felipe Guaré, Thiago Honorato, Geraldo Barbosa, Renato Mello, Marcos Gugoni, Ricardo Senese, Gustavo Matos e Maurício Meira.

Teses do coletivo Luta Metroviária

CONJUNTURA

Derrubar Bolsonaro, Mourão, o neoliberalismo e o autoritarismo

A pandemia de Covid e suas mais de 5 milhões de vítimas no mundo, 610 mil delas no Brasil, serão uma marca deste período por anos. Apesar de ter acelerado a presente crise, não é sua causa. O credo no livre mercado dos grandes empresários e governos capitalistas é a explicação. Por décadas, implementaram políticas de austeridade, destruindo serviços públicos e direitos da classe trabalhadora, dos oprimidos e da juventude. Isto estava presente antes do surgimento do novo vírus.

Um de seus resultados é uma guerra comercial entre grandes potências, especialmente EUA e China, que nada pode oferecer a não ser mais exploração e desigualdade. Enquanto se preocupam em salvar os seus bilionários, hoje nos aproximamos perigosamente de níveis irreversíveis de destruição ambiental pon-do em risco a humanidade.

Esta destruição econômica, social e ambiental criou

um clima de medo do futuro, terreno fértil para a extrema direita. Conservadores e neofascistas como Trump e Bolsonaro encantaram milhões. No entanto, se demonstrou que buscavam conservar o establishment que diziam combater e passaram a sofrer reveses políticos, embora não se possa subestimá-los. Além disso, revoltas de massas se levantaram contra o neoliberalismo e a violência estatal ao redor do globo. Hoje, governos são forçados a mitigar a austeridade e injetar dinheiro na economia. Basta ver o desespero de Paulo Guedes em aprovar um “Bolsa Família turbinado”.

No Brasil, podemos derrotar Bolsonaro, o bolsonarismo e enterrar o neoliberalismo e o autoritarismo. Não estamos numa ilha de estabilidade reacionária em um mundo de revoltas e polarização. As recentes manifestações contra o governo federal, as greves de categorias da linha de frente

do combate à pandemia (como nós, metroviários), demonstram que há uma via de luta a ser seguida.

A justa recuperação dos direitos políticos de Lula não pode servir para nos desviar da mobilização e esperar as eleições de 2022. Menos ainda, confiar em alianças com forças políticas que, além de protagonizarem o golpe de 2016, têm como projeto o aprofundamento das políticas neoliberais que nos trouxeram até aqui.

Com as ameaças golpistas e seu plano de destruição, Bolsonaro é um risco a cada minuto no poder. A destruição ambiental que nos põe hoje na pior seca do século, o ultraliberalismo, a corrupção, o negacionismo, a misoginia, racismo e LGBTfobia não serão inofensivos até o fim do próximo ano.

Para derrubá-lo não basta defender a democracia de 88. Devemos exigir mais. Além da revogação das reformas

neoliberais e privatizações, rumar para uma economia democraticamente planejada. Somente um caminho de inde-

pendência de classe pode resgatar o país e atacar as raízes do bolsonarismo. Precisamos dos métodos dos trabalhado-

res para derrubar Bolsonaro antes das eleições: unificar as lutas em curso para construir uma greve geral!

MOVIMENTO SINDICAL

Um movimento sindical que resgate nossos métodos de luta

A situação em que vivemos apresenta diversos desafios. Para enfrentá-los, precisamos de um movimento sindical ligado às suas bases e que seja capaz de mobilizá-las. Assim, construindo uma via de unidade e solidariedade de classe.

Para enfrentar ataques gerais, o instrumento da greve geral foi retomado pela classe trabalhadora brasileira. Em 2017, derrotamos o projeto de Reforma da Previdência de Temer dessa forma. O mesmo poderia ter sido feito com a Reforma Trabalhista.

Contudo, as principais Centrais Sindicais recuaram. CUT, CTB, Força Sindical, UGT etc., preferiram salvar seu imposto sindical em reuniões fechadas com o governo, ao invés de enfrentá-lo nas ruas em prol dos direitos trabalhistas. Isto demonstra o acerto do movimento sindical combativo em ser contra a existência deste imposto. No fim, ele serviu de moeda de troca por nossos direitos. Assim, estas Centrais nem garantiram a CLT e ainda foram traídas por Temer, perdendo o imposto sindical de qualquer forma.

Por mais que seja um caminho árduo, a mobilização é a única maneira real de garantir direitos e conquistas para nossa classe. Para tanto, é necessária organização contínua, presença constante nas bases e diálogo com o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras. Tanto para os desafios gerais, quanto para as nossas lutas locais, como em nossas campanhas salariais.

As recentes lutas de nossa categoria demonstraram também a importância de nos organizarmos enquanto classe trabalhadora de conjunto. Especialmente a batalha por nossa sede se tornou mais forte na medida em que diversos movimentos e outras entidades sindicais, estudantis e políticas prestaram sua solidariedade. Superar o corporativismo, que muitas vezes nos coloca de costas para o conjunto do movimento é também uma tarefa que precisamos encarar.

Infelizmente, como dito acima, a maioria das Centrais Sindicais e correntes políticas do movimento de trabalhadores escolheu o caminho da burocratização. Preferem

negociações por fora das mobilizações. Na maioria das vezes, isto leva a derrotas e defesa de interesses diversos daqueles das bases.

Com estas preocupações que nós, do Coletivo Luta Metroviária nos dedicamos à construção de fóruns que buscam romper com isto. Por isso, somos parte da Central Sindical e Popular - Conlutas e do Fórum Sindical, Popular e de Juventude por Liberdade e Direitos Democráticos. Temos importantes diferenças com as correntes políticas que dirigem ambas entidades. No entanto, reconhecemos os esforços que são feitos para superar dificuldades antigas do movimento sindical brasileiro.

Independente de filiação a uma Central neste momento, queremos ajudar com o processo de debate e amadurecimento da categoria a respeito da necessidade de nos organizarmos com o conjunto de nossa classe. Para, como dito acima, superar o corporativismo, a burocratização e seguir no caminho da luta em defesa de nossos direitos e condições dignas de vida.

LUTAS DA CATEGORIA

Enfrentar os privatistas na defesa da empresa pública

Além do neoliberalismo, corrupção e autoritarismo de Bolsonaro, enfrentamos em SP também os privatistas da direita tradicional. Nos últimos anos, representados por Doria e Rodrigo Garcia. Apesar de já estarem chegando ao fim de seu mandato, reforçaram seus planos de ataque ao patrimônio público do estado. No comando da política de privatizações ficará Rodrigo Maia, que já foi apoiado para presidência da Câmara até por parte da esquerda, como pelo PCdoB.

Doria intensificou os ataques às empresas e serviços públicos. A exemplo do PL 529, que permitiu a extinção de fundações e empresas públicas. Previa, originalmente, também redução de verbas para pesquisas. Isto poderia ter colocado em risco o desenvolvimento de vacinas que hoje salvam vidas no País inteiro. Demonstrando que não difere em nada de Bolsonaro, quando o assunto é atacar trabalhadores e preservar lucros.

A categoria metroviária manteve grande parte de seus direitos históricos. Isto só se deu pela mobilização e

a greve, ao contrário do que a parte da diretoria, ligada à Chapa 1, propaga hoje. Nas duas campanhas salariais durante a pandemia fomos à greve!

Mas houve derrotas que precisam ser revertidas. Como a terceirização das bilheterias, demissões, fim das movimentações para a escala base etc. A força que tivemos para manter nossos empregos e Acordo Coletivo nos últimos anos é a base de onde devemos partir para reconquistar estes direitos. Também é necessário construir campanhas em torno de temas que dizem respeito aos setores da categoria que sofreram mais com a precarização: lutar pela equiparação salarial, por periculosidade para o OTM1, mais contratações, PR igualitária etc.

Estas pautas se completam e se fortalecem se conseguirmos levar à frente um plano de luta geral contra as privatizações. Hoje, na situação de crise, retirar mais patrimônio do Estado só pode piorar a vida da população. Por um lado, com o encarecimento dos serviços e piora na sua qualidade. Por outro, porque estas empresas deve-

riam funcionar justamente como impulsionadoras da recuperação econômica.

Temos de levantar a bandeira de um transporte público, estatal, gerido democraticamente, de qualidade e gratuito para a população. Expandir a malha, gerando empregos diretos e indiretos. Reverter as privatizações e os subsídios às concessionárias. E, definitivamente, nosso sindicato deve se inserir no debate sobre o combate à devastação ecológica do planeta, demonstrando que, no que toca aos transportes, os trilhos são a melhor alternativa que temos para reduzir emissões de CO2.

Por fim, devemos buscar nos aliarmos às lutas das demais empresas e serviços públicos do estado, como CPTM, Sabesp etc., formando uma frente contra as privatizações. Denunciar o crime de tentar privatizar a água em meio a uma crise hídrica! Além de nos somarmos às lutas nacionais, como contra a Reforma Administrativa, que abrirá espaço para ainda mais ataques a nível estadual.

OPRESSÕES

Unir nossa classe no combate às opressões

A conjuntura marcada por um governo de extrema direita em nível federal e da direita tradicional no estado recai com mais força nos setores oprimidos. Bolsonaro usa pautas conservadoras para mobilizar sua base radical. Da mesma forma, as políticas de destruição dos serviços públicos atingem intensamente mulheres, LGBTs e a população negra, na medida em que estão entre as parcelas mais pobres. O veto do governo federal à distribuição de absorventes a mulheres vulneráveis por razões orçamentárias ilustra este tipo de crueldade.

Mesmo sob ataque, estes setores não se renderam e protagonizaram grandes lutas. As mulheres foram vanguarda na resistência ao bolsonarismo desde 2018, à frente do “Ele Não!”. Em muitos países, como Argentina, tiveram conquistas como o direito ao aborto seguro. LGBTs alcançaram a criminalização da LGBTfobia no Brasil, via STF. E assistimos a histórica mobilização dos povos indígenas contra o Marco Temporal e por seu direito a existir de acordo com suas

tradições e territórios.

As mobilizações foram palco para exemplos de unidade entre setores oprimidos e o movimento sindical. O assassinato de George Floyd por um policial foi a gota d'água para o início de uma revolta internacional contra o racismo. Em Minneapolis, cidade do ocorrido, motoristas de ônibus se recusaram a transportar manifestantes presos pela polícia. Assim, participaram da luta antirracista ao mesmo tempo que reivindicavam melhores condições de trabalho durante a pandemia. No Brasil, o movimento negro liderou manifestações contra o bolsonarismo, como na ocasião do assassinato de João Alberto por seguranças do Carrefour e na luta por justiça para Marielle e Anderson.

Esta unidade é o caminho para ampliarmos direitos e lutarmos por igualdade. Em nossos locais de trabalho, temos o desafio de construir ambientes livres da misoginia, racismo, LGBTfobia etc. Isto vale para o próprio ambiente sindical, que muitas vezes acaba por afastar pessoas que sofrem com estas

opressões. É necessário dar liberdade para as secretarias do sindicato que tratam do tema. Mas o movimento sindical de conjunto deve tomar esta luta, não apenas se lembrando delas próximo às datas consagradas. No acordo de CIPA, devemos nos esforçar para vencer a resistência da empresa à criação das Subcomissões de Mulheres. Em nosso projeto de transporte público, precisamos nos debruçar sobre a necessidade de se combater o assédio sexual, assim como as agressões de todo tipo que estes setores sofrem.

Por fim, é preciso combater de frente os efeitos da terceirização. A maior parte das pessoas que trabalham nesta condição provêm de setores oprimidos como mulheres e negros. Parte da defesa de nossos empregos é fazer com que esta superexploração pare de ser vantajosa aos empresários. Devemos lutar por melhoria nas condições de trabalho destes setores, como via para o fim das terceirizações, com garantia de seus postos na empresa e abertura de novos concursos.

ORGANIZAÇÃO DE BASE

Por um sindicato organizado para ação

A forma de organização do Sindicato deve ser ditada pela própria luta da categoria. Não existe uma forma ideal. O importante é a orientação política que deve nortear nossa ação. A democracia da classe trabalhadora não se resume ao livre debate e representação. Ela é, antes, um regime para a mobilização.

Para esta discussão, devemos iniciar percebendo que a categoria passou por importante renovação. Colegas mais jovens passaram a integrar a empresa e podem ser forte fonte de ativismo sindical. No entanto, esta renovação na base não tem se refletido no ativismo. É necessário se preocupar seriamente com a integração destes companheiros e companheiras em nossas lutas. Reconhecer que, hoje, são quem mais sofre com a precarização de nossas condições de trabalho. A maioria está em setores fortemente atingidos pelas políticas de privatização como estação e segurança: enfrentando problemas como falta de quadro e fim de postos de trabalho, como a bilheteria.

Para atrair estes setores para o ativismo é preciso levar a sério suas demandas imediatas, dar destaque a elas durante as campanhas salariais, na medida em que melhorariam a situação de toda a categoria. Mas além

disso, o Sindicato não pode se resumir a uma “agência de negociação salarial”. Campanhas políticas que sejam condizentes com a importância e maturidade da categoria podem também ser vetores de renovação. Isto aumenta o peso de temas como o combate ao machismo, racismo e lgbt-fobia, a crise ambiental, um projeto de transporte público, o posicionamento em temas políticos gerais e atividades culturais.

Tudo isto impulsionaria também a proximidade da diretoria do Sindicato com a base em todas as áreas. Assim, gera a oportunidade de que sejam reorganizados os delegados sindicais cotidianamente e a retomada de uma relação direta entre a diretoria do Sindicato e as CIPA's.

Assim, a orientação política de nossa diretoria é o fundamental. No entanto, isto não diminui a importância do debate organizativo em si. Há muita insatisfação na base da categoria sobre a forma como se elege a diretoria do Sindicato. Nós nos somamos a esta insatisfação e achamos que a base deve decidir coletiva e diretamente sobre este tema. Por isso, somos favoráveis a realização de um plebiscito que decida se o sindicato deve ser: presidencialista ou colegiado; majoritário ou proporcional.

Nossa avaliação é de que o formato proporcional para a diretoria do sindicato reforçou o afastamento da base. Na medida em que aumenta a energia para dar coesão na direção, diminui o tempo dedicado à presença nas áreas. O problema não é o colegiado, que torna as decisões mais coletivas do que a concentração em um presidente. Mas para nossa categoria, numericamente pequena e geograficamente concentrada, a proporcionalidade não é uma necessidade de representação da diversidade da base e gera distorções na decisão de quem vai representá-la. Por isto, este debate precisa ser aprofundado por todos nós.

Assinam esta tese:

André Fernando - ASM1 - L3

Daniel Bocallini - OTM2 - ANT

Eduardo Loeck - OTM2 - ITT

Eli Moraes - OTM2 - JAT

Fernando Meira - OTM1 - L3

Jéssica Souza - ASM1 - L3

Lee Flores - OTM1 L3

Letícia Freitas - OTM2 - JAT

Luiz Moura - OTM1- L1

Maira Ramalho - OTM1- L3

Victor Rodrigues - OTM1- L3

TESES EM GRUPO

TEMAS do 13º CONGRESSO:

Conjuntura, Movimento
Sindical, Lutas da Categoria
(transportes, privatizações
e desafios), Opressões,
Organização de Base e
Estatuto do Sindicato

Teses em Grupo 1

Tese de unidade das candidatas e
candidatos que são parte da Alternativa Sindical e de Base,
Movimento Nossa Classe Metroviários e Luta Metroviária

CONJUNTURA

Fora Bolsonaro e Mourão! Por uma saída de independência de classe para derrotar todos os ataques!

Diante do governo de extrema direita de Bolsonaro e Mourão, o que vimos foram ataques atrás de ataques à classe trabalhadora, às mulheres, negros, LGBTQs, indígenas e ao meio ambiente. Fruto de sua política na pandemia, o Brasil é um dos países com mais mortes por Covid 19, tendo ultrapassado a marca dos 615 mil mortos.

Bolsonaro contou com apoio do Congresso, do STF e dos governadores para implementar ataques como a Reforma da Previdência e os ataques trabalhistas e privatizações, continuando a obra de Temer, como a Reforma Trabalhista e a Lei do Teto de Gastos, aprovada para garantir o pagamento da dívida

pública aos bancos imperialistas, enquanto a população passa fome na fila do osso.

Por isso, não nos enganam saídas de “terceira via”, do tipo Doria e Moro, que buscam igualmente nos fazer continuar pagando pela crise.

Esse ano, vimos que os trabalhadores de diversas categorias se colocaram em luta. Porém, as principais Centrais Sindicais do país, como CUT/PT e CTB/PCdoB (que compõem a Chapa 1 na diretoria do nosso Sindicato), trataram de deixar todas as lutas isoladas. Ao mesmo tempo, frente às manifestações contra Bolsonaro, desviaram um potencial que poderia ter se demonstrado, com a classe trabalhadora organizada a

partir de assembleias de base, rumo a uma greve geral para derrubar Bolsonaro, Mourão e derrotar todos os ataques.

Essas Centrais atuam assim porque apostam numa saída eleitoral de conciliação de classe, buscando canalizar todo descontentamento dos trabalhadores e jovens para 2022 e eleger Lula, que vem buscando constituir alianças com partidos burgueses e a velha direita, buscando para ser seu vice até mesmo Alckmin, responsável por tantos ataques aos metroviários, como as demissões de 2014. É o mesmo tipo de alianças que já fortaleceu a direita e a burguesia.

É preciso que as grandes Centrais Sindicais saiam des-

saparelisiam e organizem desde a base os trabalhadores em cada local de trabalho. Por isso construímos a CSP-Conlutas, na busca por fortalecer essa saída independente da classe trabalhadora.

Uma resposta de fundo ao desemprego, à inflação e todos os ataques que estamos sofrendo, só pode se dar pela mobilização da classe trabalhadora, junto aos setores oprimidos e ao povo pobre

que mais sofrem com a crise, de forma independente de governos, patrões e partidos burgueses.

- Fora Bolsonaro e Mourão, já! Não podemos esperar até 2022! CUT, CTB e demais centrais, assim como a CSP-Conlutas vem fazendo, precisam construir a mobilização e unificar as lutas em curso rumo a uma greve geral!

- Nenhuma confiança em Doria, Moro e na direita da “terceira via”! Nem na conciliação de classes e alianças com a direita, como querem PT, PCdoB e PSB!

- Por uma saída independente da classe trabalhadora para a crise! Revogar as reformas neoliberais para defender empregos, direitos e enfrentar a inflação!

TRANSPORTES

O Metrô e Doria tentam avançar contra os direitos dos metroviários com a tentativa de fechamento das bilheterias, jogando milhares de terceirizados no desemprego, com tentativas de cortes ao ACT e de despejo da sede do Sindicato, demissões, calote na equiparação e nos steps e privatizações/concessões. Querendo se colocar como alternativa presidencial da chamada terceira via em 2022, que fará ataques nacionalmente, Doria foi o primeiro a implementar a Reforma Trabalhista de Bolsonaro na pandemia e atacou também os servidores estaduais com as Reformas Administrativas e da Previdência. Aos seus amigos empresários, como a CCR que administra as Linhas 4 e 5 do Metrô, deu mais de R\$ 1 bi em subsídio e entregou 2 linhas da CPTM.

Esse ano, Doria também

escalou em seu time, Rodrigo Maia, ex-presidente da Câmara dos Deputados e grande articulador da Reforma da Previdência. Com o cargo de Secretário de Projetos e Ações Estratégicas, veio para avançar nas privatizações de tudo e aprofundar ataques.

Por isso, foi tão importante que nossa categoria tenha feito uma forte greve por nossos direitos, sem confiar no papo furado desses senhores. Infelizmente não foi a postura da ala majoritária de nosso Sindicato, a Chapa 1, composta por CTB/PCdoB e CUT/PT. Justamente porque confiam na dita Frente Ampla, e inclusive apoiaram Rodrigo Maia para a presidência da Câmara no passado, quiseram aceitar um acordo rebaixado, que retirava vários direitos de nosso Acordo Coletivo. Felizmente, a nossa categoria não aceitou essa proposta e atropelou a

burocracia de nosso Sindicato, depois de realizar uma forte greve que forçou o TRT a nos conceder nossos direitos.

E mais uma vez, fica claro como não se pode confiar nas palavras de Rodrigo Maia e do vice-governador Rodrigo Garcia, cujo compromisso de manter a sede do nosso Sindicato e renovar nosso ACT e reajuste por dois anos, desistindo do recurso no TST, foi rompido pelo Metrô. Por isso, é preciso confiar apenas nas nossas próprias forças, com nossa mobilização independente para garantir nossos direitos. É preciso que a Chapa 1 pare de dificultar a nossa organização desde a base, convocando setoriais e assembleias democráticas, para organizar a nossa luta.

- Em defesa do nosso Acordo Coletivo e da sede do nosso Sindicato! Pagamento dos steps atrasados e

equiparação salarial já! Fim da avaliação de desempenho! Por critérios democráticos na carreira!

- Não ao fechamento das bilheterias e às demissões! Pela efetivação dos terceirizados, com iguais direitos e salários, e retorno

do adicional de quebra de caixa! Periculosidade para o OTM1!

- Contratação imediata para melhor atender a população!

- Abaixo as punições! Não à suspensão arbitrária do vice-presidente da CIPA

L3 Alex Fernandes! Reintegração dos demitidos!

- Contra as concessões, privatizações e terceirizações! Pela reestatização das linhas privadas. Por um Metrô 100% estatal, controlado pela categoria e passageiros e com subsídio público!

OPRESSÕES

O governo de extrema direita de Bolsonaro e Mourão, que destila seu discurso abertamente racista, machista e LGBTfóbico como resposta reacionária à luta dos setores oprimidos, veio para servir aos empresários e ao capital estrangeiro para fazer com que sejam os trabalhadores e os mais oprimidos que paguem a crise criada pelos capitalistas. Aplicando reformas e ataques que recaem com ainda mais força sobre as mulheres, negros e LGBT+.

O Brasil é o país com a maior população negra fora da África, onde o racismo se expressa com toda força, sendo os negros a esmagadora maioria das vítimas das chacinas policiais, os que ocupam os postos de trabalho precários, com menores salários e direitos, a maioria entre os desempregados e analfabetos.

As mulheres recebem salários menores e enfrentam a dupla jornada, com o trabalho doméstico e cuidado dos filhos. A exploração capi-

talista e a opressão machista resultam em precarização, violência contra as mulheres e feminicídios. Bolsonaro e Damares legitimam milhares de mortes de mulheres por abortos clandestinos, que querem proibir até mesmo em situações previstas por lei, como no caso de estupro.

As LGBT+ são também as que ocupam os postos mais precários de trabalho, que sofrem nas mãos da polícia, e que são assassinadas sistematicamente. O Brasil é campeão no ranking de violência contra pessoas LGBT+, onde os homicídios e violência aumentaram em mais de 20% na pandemia.

Os ataques aos povos indígenas e quilombolas, como o PL do Marco Temporal, servem aos objetivos do agronegócio, mineradoras e exploradores dos recursos naturais para avançarem sobre suas terras, invadindo e assassinando brutalmente cada vez mais esses povos.

O Metrô reflete essa realidade. E nessa pandemia isso

se escancarou, no peso sobre mulheres metroviárias de ter que cuidar dos filhos, ao mesmo tempo que precisaram continuar prestando um serviço essencial enfrentando os ataques de Doria e da empresa. Foram também as trabalhadoras terceirizadas, maioria de mulheres negras, as que foram vítimas de centenas de demissões nesse período, recebendo salários muito mais baixos e que agora são milhares que correm o risco de perderem seus sustento com o fechamento das bilheterias.

Por isso, é importante que as demandas de todos os oprimidos sejam debatidas e defendidas pelo conjunto da nossa categoria e pelo nosso Sindicato. Pois somos parte da mesma classe, que os patrões e governo querem dividir, e que nós precisamos unir.

- Fortalecer as Secretarias de Mulheres, de Negras e Negros e LGBT+ do nosso Sindicato, na perspectiva de fortalecer a luta contra a opressão e a exploração!

- **Defesa da igualdade salarial entre negros e brancos;**
- **Contra a violência policial.**
- **Contra a PL do Marco Temporal, em defesa a demarcação de terras para indígenas e quilombolas;**
- **Contra a violência de gênero: por um plano emergencial de combate a violência às mulheres e LGBT+;**

ORGANIZAÇÕES

Para que possamos lutar com a maior força pelas necessidades da nossa classe, é muito importante o maior envolvimento da base da nossa categoria nas discussões, e decisões sobre a nossa organização e luta. E garantir isso é tarefa fundamental de nosso Sindicato e sua direção.

Por isso, achamos fundamental que se faça valer na prática o que já existe previsto em nosso estatuto, como as Comissões Sindicais de Base, o Conselho Consultivo e os delegados de base. Ampliar a democracia de base é fundamental para fortalecer nossa categoria e organizar nossa luta. Que os debates sejam vivos, com elaboração de materiais a partir das reuniões de base de cada área que expressem as posições alitiradas e que sejam de conhecimento do restante da categoria.

Parte fundamental da democracia de base são as assembleias democráticas, onde a categoria tenha direito a voz, com abertura de inscrições e direito a todos de fazer propostas que sejam encaminhadas para a votação. A diretoria de nosso Sindicato, suas diferentes chapas, correntes e diretores, podem

e devem emitir suas opiniões e fazer propostas, assim como tem o dever de permitir que as opiniões e propostas da base da categoria também sejam ouvidas e levadas à votação. A pandemia nos coloca desafios, mas de maneira nenhuma deve ser impeditivo para a garantia desse direito elementar da democracia operária.

Também acreditamos que não deve haver nenhum tipo de privilégios por parte de nenhum trabalhador e, mais ainda, por parte de algum dirigente sindical. É preciso garantir os mesmos direitos e condições financeiras entre diretores sindicais e a base da categoria. Nenhum direito a menos em relação à sua função original e nenhum privilégio nem nada a mais do que os trabalhadores que seguem na base trabalhando estiverem recebendo.

Que haja a rotatividade entre os diretores sindicais liberados, estabelecendo um limite de tempo máximo para sua liberação, depois do qual deve voltar ao trabalho pelo menos pelo mesmo período. Isso é fundamental para que não haja diretores que já há muitos anos não estão na base trabalhando, e assim tenham

uma condição diferente e privilegiada em relação aos demais trabalhadores.

Acreditamos que sejam pontos fundamentais para contribuir com a nossa organização de base, aprofundando cada vez a democracia operária em nossa categoria, o que só irá fazer avançar nossas lutas

- **Por assembleias democráticas, onde a base possa expressar suas opiniões e propostas para votação!**
- **Rodízio dos diretores sindicais liberados do trabalho e igualdade com a condição financeira da base! (como já é a regra da diretoria e que os casos que essa regra não foi observada se corrija)**
- **Ativar as comissões de base com delegados eleitos!**
- **Transformar o Conselho Consultivo em deliberativo.**

Assinam:

Alternativa Sindical de Base
Luta Metroviária
Nossa Classe Metroviários
Fernanda Peluci, OTM I - L3
Mariana, OT - L15
Narciso, OT - L2

Teses em Grupo 2

LUTAS DA CATEGORIA

Teletrabalho e a ausência de proteção aos empregados

Apandemia e isolamento social afetaram as relações de trabalho, obrigando o mercado a se reinventar e a colocar muitos de seus empregados trabalhando em casa.

A legislação trata o trabalho à distância como teletrabalho, home office (trabalho de casa), etc no entanto, normas jurídicas ainda não atendem a essa realidade.

Em 2011, a Lei 12.551, alterou o artigo 6º da CLT prevenindo não haver diferença entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, no domicílio do empregado ou à distância, desde que presentes elementos caracterizadores da relação de emprego. E persistem divergências sobre definição e abrangência do teletrabalho: sem o uso da informática seria teletrabalho? Ou radical “tele” significa longe ou à distância e abarcaria qualquer trabalho realizado à distância? Caracterizar é algo a ser tratado por cada país.

No Brasil, com o trabalho à distância sendo realizado fora das vistas do empregador, foram equiparados meios telemáticos e informatizados

de comando aos pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho para fins de subordinação jurídica - dever do empregado de seguir regras/diretrizes estabelecidas pelo empregador - e com a tecnologia avançando e relações trabalhistas sofrendo mudanças e evoluções, as normas jurídicas precisam acompanhar as realidades para que não haja violação de direitos conquistados.

Até a Reforma Trabalhista, Lei 13.467/2017, trabalhadores à distância tinham proteção celetista na jornada de trabalho, horas extras, entre outros direitos. Com a Reforma, incluído o capítulo “Do Teletrabalho”, artigos 75-A a 75-E, na CLT, regulamentaram o teletrabalho, então conceituado como “prestação de serviços fora das dependências do empregador, utilizando tecnologias de informação e comunicação”. Aqui a divergência sobre o uso ou não da informática no teletrabalho fica mais clara, pois houve determinação expressa na CLT. O artigo 75-C diz que a prestação de serviços de teletrabalho deve constar expressamente em contrato individual de

trabalho, especificando atividades a serem realizadas. Já o artigo 75-D traz que a responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e infraestrutura necessária/adequada ao trabalho remoto, e o reembolso despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito. Por fim, o artigo 75-E diz que o empregador tem obrigação de instruir seus empregados sobre como prevenir doenças e acidentes de trabalho.

A “cereja do bolo” foi o inciso III, no artigo 62, da CLT, excluindo teletrabalhadores do capítulo “Da Jornada de Trabalho”, que na prática, lesa inúmeros trabalhadores, pois, não havendo o controle da jornada, não haverá o pagamento de horas extras.

A carência da legislação trabalhista de proteção quanto à responsabilidade no fornecimento de equipamentos, mobília adequada, energia elétrica, internet, manutenção do sistema, entre outros, gera o aumento de custos individuais, sendo a legislação sobre o teletrabalho no Brasil insuficiente na regulação e proteção dos teletrabalhadores, one-

rando os empregados ao prever somente que obrigações assumidas no teletrabalho serão negociadas e previstas em contrato escrito. Não há empregadores e empregados em “pé de igualdade”, pois o

empregado é a parte hipossuficiente da relação e, principalmente pela necessidade de trabalhar e prover seu sustento e de sua família, acaba aceitando condições impostas pelo empregador.

Assinam:

Tania Machado Candia

Silvia Eneida

Rosa Anacleto

Marlene Furino

Elaine Damasio

Luciana Benute

Teses em Grupo 3

ORGANIZAÇÃO

Participação da base no projeto de estratégias operacionais

A execução de estratégias operacionais é bastante corriqueira nas rotinas de funcionários da estação, segurança e tráfego (e muitas vezes se estende aos funcionários da manutenção). Entretanto, assim como foi visto na recente estratégia “Embarque com Gentileza”, os empregados diretamente envolvidos geralmente não são consultados previamente sobre a necessidade, forma, ações, locais e duração destas estratégias, ocorrendo em diversas insatisfações entre os empregados operativos.

Esta tese tem como objetivo propor ao Sindicato, como entidade, que cobre ativamente que o Metrô permita a participação da base durante a concepção das estratégias operacionais programadas da companhia, de forma a se refletir na execução segura

e eficiente das mesmas. É de suma importância ressaltar que os empregados operativos são altamente qualificados para assumir esta posição, tendo em vista que os mesmos possuem o conhecimento das particularidades de seus postos, assim como de suas funções.

A participação da base pode ser realizada através de comissões dos trabalhadores em cada linha, cuja a presença de empregados de diversos cargos (exemplo: OTM1, OTM2, OTM3, ASM1 e ASM2) se mostra importante devido ao know-how trazido por estes. Essas comissões podem ser permanentes ou criadas a cada estratégia operacional e podem ser compostas por empregados eleitos ou então por empregados indicados pela empresa/sindicato. A posição do Sindicato dos Metroviários

em relação ao modelo dessas comissões pode ser discutida pelos trabalhadores durante o Congresso, assembleias, lives, entre outros canais.

Nesta tese, de forma alguma propõe-se a exclusão das áreas técnicas do Metrô em relação à criação de estratégias operacionais, somente a maior participação das áreas operativas durante o processo supracitado. Enquanto isto, a economia de verba pública, a mitigação dos embates entre os trabalhadores e a empresa e a melhoria do ambiente de trabalho são benefícios da aplicação desta tese.

Assinam:

Caique Lima (OTM I – Linha 2 Verde), Geraldo Ribeiro

(ASM I - Linha 2 Verde),

Leonardo Dantas (ASM I - Linha 2 Verde)

Teses em Grupo 4

OPRESSÕES

Questão racial – Bolsonaro Governo da tragédia

1. Vivemos um período de recrudescimento do racismo no Brasil. Igualmente ao movimento negro, os metroviários consideram que o atual governo tem um caráter nazifascista. O fascismo e o nazismo são as faces mais odientas do racismo, pois atuam radicalmente para eliminação do outro. Bolsonaro assim faz, pois atuou para a pandemia vitimar mais de 600 mil pessoas; está criando meios para armar suas milícias no campo e nas cidades; tentou ampliar o conceito de excludente de ilicitude para liberar a matança e/ou estimular os profissionais de segurança pública e privada à violência.

2. Há outras formas de brutalidade voltadas a ceifas de vidas humanas, como a corrupção, ingerência, contingenciamento nas áreas de saúde, educação, direitos humanos; hiper encarecimento dos produtos das cestas básicas, retirada de direitos, desemprego e empobrecimento do povo. Mais 19 milhões de brasileiras e brasileiros passam fome e 120 milhões são impactados por alguma inse-

gurança alimentar. Números que escancara a tragédia do governo Bolsonaro ao Brasil.

3. Além das tragédias social e econômica, o atual governo é uma tragédia política. Manifesta na aversão a democracia, boicote as instituições, terrorismo de Estado e política de medo. Bolsonaro aposta no caos, é uma permanente ameaça a normalidade democrática, tentou o golpe no dia 7 de setembro, falhou, recuou, mas a máquina de fake news ainda está acionada, o orçamento secreto vergonhosamente continua cooptando deputados, governadores e prefeitos, o negacionismo ainda está em voga.

4. O caráter do racismo no Brasil é estrutural, herança dos 388 anos de escravidão e 133 anos de incompletude da abolição, está entre os campeões mundiais de desigualdade e violência, por isso, em pleno século 21 é possível a ascensão de um governo ultrarreacionário, que adota uma política econômica selvagemmente ultraliberal e violenta. Bom lembrar que em São Paulo temos um governador que se elegeu sob

a bandeira tremulada pelo bolsonarismo. Bolsodoria tem se mostrado algo além de uma tática eleitoral, há similaridades efetiva, especialmente no campo econômico.

5. O racismo é um mal que afeta a nação, todos pagam um preço pela sua forte incidência, exceto uma minúscula elite que se locupleta com o sofrimento do povo. Os metroviários estão engajados na luta contra o racismo dentro e fora da empresa, temos convicção de se tratar de uma luta permanente. Envidaremos esforços para combater o racismo institucional ainda impregnado no Metrô, apoiaremos capacitação continuada dos metroviários, campanhas e ações afirmativas que valorize a diversidade na empresa, ampliaremos e reforçaremos nosso diálogo com os movimentos negros e antidiscriminatórios.

Assinam:

Rosa Anacleto

Cesar Amaral

Elaine

Teses em Grupo 5

LUTAS DA CATEGORIA

Tese sobre a Manutenção

A Manutenção teve um papel fundamental na construção da luta e mobilização na Campanha Salarial de 2021, com diversos barulhaços e cafés com vizinho, setorial noturna na Sé, atos na frente do Pátio Jabaquara, estação Itaquera e em frente da sede do Sindicato, em defesa dela.

Diante de toda essa forte mobilização, o Metrô puniu a Manutenção com descontos de horas e DSR's que para a manutenção diurna estão mantidos e não foram devolvidos.

Os ataques à Manutenção não se resumem a isso. Os planos de "reestruturação" tiveram o objetivo de terceirizar várias atividades, como observamos nas equipes de Via Permanente e retirada de direitos como a Periculosidade das oficinas de pintura e degrau de escada rolante.

A falta de um Plano de Carreira na Manutenção desvaloriza os funcionários que se mantém no cargo de oficial de manutenção sem expectativa de crescimento na carreira.

Soma-se isso a falta de equiparação salarial e não

pagamento de steps.

É necessário também aproximar o corpo técnico nas lutas, visto que nas últimas greves a adesão da Corretiva e do Restabelecimento foram baixas.

As ações solidárias como a Cozinha Solidária e o acolhimento de moradores de ruas na sede do Sindicato nos dias mais frios do ano mostraram que a solidariedade não deve ser esquecida mesmo em momentos de resistência e luta. A manutenção mostrou muita solidariedade em doar alimentos e agasalhos nas atividades de setoriais, café com vizinho e barulhaços.

Diante disso, propomos:

- **Luta por plano de carreira na Manutenção já, sem esperar pela Campanha Salarial;**
- **Luta pela devolução dos descontos da manutenção diurna;**
- **Luta contra o avanço das terceirizações;**
- **Continuidade da luta em defesa da Periculosidade;**
- **Equiparação salarial e pagamento dos steps atrasados;**
- **Garantir setorial de uma**

hora mensal para todas as áreas;

- **As setoriais deverão ser presenciais em todas as áreas da manutenção;**
- **Setoriais para Corretiva de Trens e Restabelecimento organizadas de acordo com escalas;**
- **No chamado à setorial (Bilhete do Sindicato, Plataforma, memes) convidar os companheiros da Manutenção a doar alimentos e agasalhos para ações solidárias como as já praticadas.**

Assinam:

Alternativa Sindical de Base
Chega de Sufoco
Nossa Classe Metroviária
Flávio Almeida MTR L15
Andre Valadão MTR L15
Vitor Varella MTR L15
Bernardo Carioca MTR L15
Vanderlei Vitorino MTR L15
Murilo Macambira MTR L15
Luiz Henrique MTR L15
Nicolas MTR L15
Andre Padula MTR L15
Olivio Paião MTR L15
Andre Araújo MTV L1
Flávio PIT
Tiago Vico (Barba) VPN L1
Puff VPL L3
Roldan VPN L1

Teses em Grupo 6

LUTAS DA CATEGORIA

Salário igual para trabalho igual!

1. Conceitos/Legislação

A equiparação salarial é um termo bastante comum no direito trabalhista. Este Instituto serve para garantir que o trabalhador não sofra qualquer tipo de discriminação e que haja dignidade nas relações trabalhistas e a promoção do trabalho como valor social. Estas premissas são descritas na CF/88; no Art. 7º, XXX, incisos XXXI e XXXII:

Art. 461 sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade

Com a reforma trabalhista aprovada em 2017, a luta por esse direito foi bastante prejudicada. A lei 13.467/17 (reforma trabalhista) traz novidades quanto à equiparação salarial, vejamos a seguir os detalhes:

I – O paragonado não

poderá ter tempo superior à 2 (dois) anos na mesma função em relação ao paradigma;

II – O paragonado não poderá ter tempo superior à 4 (quatro) anos trabalhando para mesmo empregador;

III – O paragonado deverá obrigatoriamente trabalhar no mesmo estabelecimento comercial do paradigma;

IV – O paradigma deverá ser obrigatoriamente contemporâneo do paragonado, ficando expressamente vedado a indicação de paradigma remoto.

2. Plano de Luta e Trabalho

– Solicitar a mediação do Ministério Público do Trabalho (MPT) para que o Metrô forneça o Plano de Cargos e Salário (com os respectivos Steps) de todos os cargos do Metrô.

– Solicitar a mediação do MPT para que o Metrô forneça o nome completo, registro funcional, cargo (Step enquadrado), data de

admissão e data no cargo, salário básico, relação de todos os(as) funcionários(as) da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô).

– Com base nos dados fornecidos pelo Metrô ao MPT, elaborar a relação de funcionários(as) desenquadrados e solicitar equiparação salarial junto à Companhia do Metropolitano de São Paulo.

– Caso não seja atendido, promover Ação Judicial e/ou continuar na mobilização da categoria.

– Deliberar no Congresso que a equiparação salarial seja um eixo da Campanha Salarial 2022/2023

Assinam esta tese:

*Antônio Takahashi –
Manutenção PAT, diretor do
Sindicato.*

Luan Amorin – OTM IL3

Rafaela – AS L15

Teses em Grupo 7

LUTAS DA CATEGORIA

A introdução e consolidação do teletrabalho no Metrô de São Paulo

A pandemia da COVID-19 e a consequente necessidade das pessoas permanecerem em casa precipitaram a adoção pelo Metrô de São Paulo, para funções técnicas e administrativas, da estratégia de redução de custos conhecida como teletrabalho (ou home office).

Definido como sendo o trabalho que utiliza recursos tecnológicos que possibilitem sua realização em lugares distantes do escritório ou de outras áreas, o teletrabalho possibilitou a desocupação do Edifício Metrô I e a devolução dos andares alugados no Edifício Conde de Prates, mas exigiu a readequação, com a implantação de novos layouts, do Edifício Cidade II e de áreas dos blocos L e H do Pátio Jabaquara.

Os novos layouts adotados são constituídos por sala de reuniões, espaço de convivência, armários para uso corporativo e espaço de coworking que, por sua vez, consolidam a ideia de trabalho semipresencial ou híbrido, pois coworking é um espaço compartilhado de trabalho que não comporta a presença de todos os funcionários ao mesmo tempo, isto

é, o funcionário aparece duas ou três vezes por semana no espaço de coworking (conforme aditivo contratual), guarda seus pertences em armário, utiliza algum microcomputador que esteja disponível para realizar seu serviço e fica liberado para se dedicar ao teletrabalho nos outros dias da semana.

Constata-se que a adesão ao teletrabalho foi maciça em algumas áreas porque em alguns edifícios não existia mais a possibilidade de trabalho presencial, portadores de comorbidades tiveram que ficar em casa devido aos riscos ou ainda como é o caso de vários metroviários que se entusiasmaram com a possibilidade de trabalhar em casa, mesmo com a sobreposição do trabalho com atividades domésticas, a falta do salutar convívio entre colegas de serviço e a realização de atividades que prolongam a jornada de trabalho sem a devida remuneração.

Através da aceitação de aditivos contratuais e termo de responsabilidade, o Metrô instituiu normas de saúde e segurança para a condição de teletrabalho que estabelecem

as responsabilidades dos empregados sobre o cuidado com a sua saúde, mas não trazem regras claras para, por exemplo, o caso de acidentes de trabalho que não mais acontecem nas dependências da empresa.

Sendo uma realidade na categoria, é importante que o 13º Congresso delibere algumas ações no sentido de inserir na pauta de negociação dos próximos acordos coletivos aspectos que contemplem o teletrabalho, como negociação e fiscalização de aditivos contratuais, caracterização de acidente de trabalho, adicionais de consumo de energia elétrica e internet, cessão de mobiliário para trabalhar em casa, cumprimento de jornada de trabalho e pagamento de horas extras ou existe o risco de ser criada uma categoria de metroviários que trabalhe sem direitos trabalhistas adequados e, por vezes, até ganhando menos.

Assinam esta tese:

Edson L. Fogo – Ass. Adm.

IV, Elaine Damásio – OTM I,

Luciana Benute –

Ass. Adm. IV,

Rosa Anacleto – Ass. Adm. IV

Teses em Grupo 8

CONJUNTURA E OPRESSÕES

Conjuntura, caos e a vida das mulheres

Na conjuntura de pandemia e caos que vivemos já a quase dois anos, as mulheres, a cada dia que passa, têm mais desafios, preocupações e sobrecargas no trabalho remunerado, no trabalho doméstico e de cuidados e para reinventar a vida para dar conta dos desafios e mudanças impostos. A ofensiva conservadora, heteronormativa, patriarcal, racista e misógina segue pregando o controle do corpo, da sexualidade e a retirada de direitos e da autonomia das mulheres, que aqui no Brasil é patrocinada com empolgação e dedicação diárias pelo governo golpista.

A política do desgoverno tucano que se instalou há décadas não é diferente, pois fecha os olhos para a violência contra as mulheres, para o racismo estrutural que nos assola e mata, criminaliza os movimentos sociais, não avança em políticas públicas de saúde e educação e cuidado onde, pelo contrário, existe um desmonte dos serviços públicos tão fundamentais para a garantia diária da sustentabilidade da vida, impactando principalmente na vida das mulheres e de maneira mais agressiva e desoladora na vida das mulhe-

res negras e periféricas.

As metroviárias têm tido reflexos perversos e diferentes impactos em suas vidas, onde desde os momentos mais severos de pandemia até hoje a maioria das mulheres metroviárias e contratadas não tiveram a opção de se preservar do vírus e seguiram saindo de suas casas, trabalhando, somando à sobrecarga de trabalho acarretada pela higienização frequente, pelo pavor diário de ficar doente ou ter um ente querido adoentado, pelos trabalhos de cuidados acumulados com doentes e crianças em casa para se tratar, proteger do vírus e estudar, pelo aumento da violência doméstica que infelizmente já era presente antes da pandemia e que aumentou de forma lastimável como convívio restrito de todos à casa e suas nuances de transtornos psicológicos e sociais.

Já para algumas outras metroviárias, os impactos foram relacionados à mudança do trabalho presencial para a forma remota onde, de repente, passaram a sobrepor os ambientes da casa ao ambiente de trabalho, misturado também ao ambiente de estudo dos filhos, de cuidados e aos desafios da tecnologia em um ambiente

obrigatório para preservar o trabalho e a vida.

Enfim, nossa categoria, vista do ponto de vista das mulheres, é um excelente exemplo de como toda vez que existem mudanças na sociedade, principalmente quando as mudanças geram conflitos e perdas, são as mulheres que mais perdem, que mais têm que se reinventar para sobreviver e que mais sofrem e são penalizadas com a sobrecarga de trabalho para garantir, como de costume e na maioria das vezes sem apoio, a sustentabilidade da vida, em um mundo que precisa urgentemente repensar e redistribuir o trabalho doméstico e de cuidados, para o equilíbrio e bem viver da vida de todas, todos e todes.

As metroviárias sempre foram vanguarda e entre os movimentos sociais, na busca por direitos e melhores condições de vida para as mulheres e, com certeza, já vêm se reinventando e somando para o mundo que se apresenta e, como sempre, com muita crítica, luta e determinação.

Assinam esta tese:

01) Marlene Furino. 02) Ivânia.

03) Tania Machado Candia.

04) Rosa Anacleto. 05) Elaine

Damásio. 06) Luciana Benute

Teses em Grupo 9

OPRESSÕES

Assédios, diversidades e nosso caminhar

Os “assédios” não se confundem. Enquanto o assédio moral é um processo sistemático, intencional e repetitivo de hostilização, direcionado a um indivíduo ou a um grupo, que dificilmente consegue se defender dessa situação, já o assédio sexual é caracterizado pela conduta que objetiva o prazer sexual de várias formas, causando constrangimento e afetando a dignidade da vítima. Entretanto, o que os “assédios” têm em comum no mundo do trabalho é a exposição constante de trabalhadoras e trabalhadores a situações constrangedoras e humilhantes, muitas das quais ocultas, abalando a saúde física e mental das vítimas e tendo como consequência sofrimento, depressão, dor, ansiedade e outros tantos danos psicológicos e sociais.

Os processos de assédio sexual tiveram um crescimento em 2021. Dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST) mostram que entre janeiro de 2015 e junho de 2021 o país registrou mais de 27.390 ações sobre o tema nas varas do trabalho e que

apenas no primeiro semestre de 2021 houve um aumento de 21% na abertura de processos, com maior incidência nos setores de comércio, serviços e indústria.

De maneira geral os “assédios” vêm crescendo e nem a situação provável de trabalho remoto tem sido capaz de alguma forma reduzir este crescimento, onde os desvios de conduta no ambiente corporativo não foram superados pois os ofensores vêm se adaptando ao chamado “novo normal” e têm se reinventado absurdamente nas práticas abusivas de constrangimento e humilhação. A maioria dos casos de denúncia de assédio e violência é feita e sofrida por mulheres.

Neste cenário tão perverso e que só piora, é de fundamental importância que ferramentas como a “Comissão da Diversidade” estabelecida pelo Metrô tenham papel fundamental e permanente de conscientização, divulgação e denúncia tanto na busca pela equidade de tratamento e direitos como também na prevenção e combate aos assédios e violências

diárias, que em muitos casos com ações permanentes e contundentes poderiam ser reprimidos, punidos e/ou evitados. É preciso cobrar do Metrô o funcionamento de fato e com a participação da categoria da “Comissão da Diversidade”.

Casos de assédio e violência principalmente contra a mulher metroviária infelizmente também não são exceções mas, com certeza, com um plano de ação consistente e sistemático também podem ser enfrentados por todas e todos.

Assinam esta tese:

Marlene Furino,

Silvia Eneida,

Rosa Anacleto,

Tania Machado Candia,

Elaine Damásio,

Luciana Benute,

Ivânia

Teses em Grupo 10

OPRESSÕES

Nossa entidade representativa deve ser exemplo

Não podemos aceitar que práticas opressoras, condenadas quando se passam dentro do local de trabalho, possam ser reproduzidas no ambiente sindical. Assim, denúncias de assédio, machismo, racismo e homofobia contra diretores do Sindicato deverão ser tratadas pelo Núcleo de Combate a Assédio e Opressões (NCAO), o qual solicitará a suspensão do diretor até a apuração, que deverá ter prazo estabelecido. Caso se confirme, o tratamento deve ser dado pelo Código de Ética do Sindicato.

Para a implantação desse núcleo, trabalhadoras e trabalhadores da base da categoria deverão ser eleitos formando uma comissão que, junto às secretarias raciais, de mulheres e LGBT, formarão o NCAO. Esse núcleo também será responsável por criar um código de conduta que foque no combate às opressões e assédios, sendo que após elaborado deverá ser referendado em assembleia, se tornando documento oficial

de política antiopressões do Sindicato.

Além das apurações realizadas por tal núcleo, o NCAO deverá anualmente fazer revisões a fim de melhorar o código.

A comissão das trabalhadoras e trabalhadores, eleita para compor o Núcleo de Combate a Assédio e Opressões, deverá ter mandato de 2 anos e deverá contar com cota mínima de mulheres estabelecida no Estatuto do Sindicato, assim como ter em sua composição maioria de mulheres, LGBTQIA+, negras e negros no conjunto.

Denúncias que envolvam metroviários em geral na categoria, ou seja, que não sejam contra diretores do Sindicato, poderão ser tratadas por este núcleo desde que a vítima concorde com esse encaminhamento.

Assinam esta tese:

*Alex Santana OT L3,
Annie Alves OTMI L2,*

*Briane OT L2,
Caio Dorsa OTMI L2,
Carla OT L2,
Cátia Gouveia OT L2,
Daniela Possebon OTMI L2,
Diego Vitello OTMI L2,
Fernanda Barbosa OT L1,
Lucas Andrade OTMI L2,
Liduína Fernandes
OTM2 L15,
Rebeca OTMI L2,
Roldan VPN L1,
Ronaldo Campos (Pezão)
OT L3,
Stella OTM4*

Teses em Grupo 11

LUTAS DA CATEGORIA

Em defesa da saúde preventiva – abono de ausências

Sub-repticiamente a direção da Cia. do Metrô mudou o Instrumento Normativo NOR-02-252 – Revisão 07 – item 3.4.4.7, Ausência para Atendimento de Saúde – Código J0018, sobre ausências não abonadas decorrentes de consulta médicas, odontológicas, fisioterapia, exames complementares, atendimento psicológico, visando ou não agravamento da doença com afastamento médico, caracterizando um retrocesso à prevenção e retirada de direito fundamental à saúde dos trabalhadores(as), terem as horas de exames, fisioterapias e tratamentos abonados.

Esta ação demonstra a faceta cruel de raciocínio dos

gestores atuais, além de ser uma “economia burra”, na medida em que, economiza” umas horas hoje, para perder dias e meses com tratamentos futuros.

Resolução:

- 1. Articular com todas as CIPAs, bem como os(as) funcionários(as) uma campanha na base contra esta medida que dificulta o tratamento preventivo.**
- 2. Que o médico do Metrô, quando do periódico, assine os pedidos de exames preventivos, tais como mamografia e próstata (PSA).**

Assinam esta tese:

Assinatura coletiva:

Coletivo Chega de Sufoco

Assinaturas individuais:

1) Pitoco,

2) Takahashi,

3) PC,

4) Ricardo Vala,

5) Ricardo Usinagem,

6) Joãozinho,

7) Esmael,

8) Paulo Carioca,

9) Neto,

10) Luiz VPN,

11) Wilsão,

12) Alexandre,

13) Bernard bloco H,

14) Ricardo Cadol

Teses em Grupo 12

LUTAS DA CATEGORIA

Em um momento decisivo, escolher lutar foi a melhor opção

As Campanhas Salariais ocorridas durante a pandemia foram marcadas por forte ofensiva da direção do Metrô e do governo do estado sobre os direitos da categoria. Doria, Baldy e Silvani decidiram que se aproveitariam da pandemia para “passar a boiada” sobre os direitos dos trabalhadores. Uma decisão covarde e injusta sobre trabalhadores que realizam um serviço essencial e contribuíram no salvamento de vidas, junto com os profissionais da saúde.

Em 2020 realizamos uma greve poderosa em que rapidamente o governo do estado recuou. Em 2021, diante de nova ofensiva sobre nosso Acordo Coletivo e com acúmulo de perdas significativas – não reajuste de 2020, calotes da PR e dos Steps –, a categoria decidiu corretamente enfrentar a tentativa covarde de se aproveitarem da pandemia para destruir direitos.

No ano de 2021 entendemos que a categoria tomou todas as decisões corretas. Realizamos uma das greves mais fortes de nossa história, soubemos dialogar com a população e tivemos capacidade de negociação quando aceitamos a proposta do TRT-SP. Foi correto apostar em todas as iniciativas de mobilização,

como os Cafés com Vizininho, atos nas estações, dias de luto e luta, a utilização dos coletes e a greve do dia 19/5.

Ao longo de toda a Campanha, a empresa fez um verdadeiro terrorismo sobre a categoria, dizendo que se não aceitássemos a proposta da empresa – que atacava direitos como o adicional noturno e um reajuste rebaixado – poderíamos perder todo nosso Acordo Coletivo. Como parte deste terrorismo, a empresa chegou a cortar adicionais como o auxílio-creche e o adicional motorista.

No dia 1º/6, um dia antes do julgamento da greve e do dissídio, tentamos nova negociação com a empresa. A proposta de ataques e o terrorismo continuaram. A única mudança na proposta da empresa foi apresentar o valor da PR. Em assembleia do dia 2/6, a diretoria do Sindicato apresentou-se dividida. Dos três coordenadores gerais, dois deles defenderam não aceitar a proposta, pois isso significava se render para o terrorismo e os ataques do Metrô. Entendemos que a categoria decidiu pela melhor opção, a de não se render.

Diante de um cenário de tantos ataques, que combinou a ofensiva sobre nosso Acordo

e sobre a sede do Sindicato, a escolha pela resistência foi fundamental. A prova disso foi que a vitória jurídica que tivemos no TRT-SP se mantém. O terrorismo feito pelo Metrô e por parte da diretoria do Sindicato não se comprovou na realidade. Defender uma proposta que se mostrou equivocada não significa que não possa rever sua posição, afinal a prática é o critério da verdade. O maior problema é não reconhecer o erro, pois dificulta a unidade da categoria nos enfrentamentos com os ataques da empresa.

O principal aprendizado que precisamos ter disso é que a opção pela luta, por um sindicato que aposte na mobilização, não nos dá certeza da vitória, mas a escolha do caminho inverso, da rendição, é certeza de derrota.

Assinam esta tese:

*Alternativa Sindical de Base
Coletivo Chega de Sufoco*

*Altino Prazeres – OT L1,
coordenador geral do
Sindicato*

*Camila Lisboa – OTM I
L3, coordenadora geral do
Sindicato*

*Edgar Balestro – OT L1,
diretor do Sindicato*

*Alessandro Rinaldi –
OTM I L2*

Teses em Grupo 13

LUTAS DA CATEGORIA

Pelo resgate das condições de trabalho do Restabelecimento REL e REN

1- A razão dos fatos:

Seguidas transformações implantadas pela GMT nos últimos anos sobre suas vertentes, sempre sob a meta de REDUÇÃO DE CUSTOS, vêm conduzindo as condições de trabalho de suas equipes a inéditos níveis de precarização. Como resultado da evidente prática de redução de quadro e de alteração de métodos e objetivos, assistimos ao progressivo comprometimento da SEGURANÇA do sistema, tendo como consequências dessas escolhas a lamentável ocorrência de diversos eventos de elevada gravidade e que têm significado prejuízos para a cidade, além de riscos para passageiros e os empregados envolvidos. Haja vista, por exemplo, a inusitada ocorrência de incêndios em diversas instalações elétricas ocorridas no ano de 2021.

Note-se que, apesar de o programa de redução de cus-

tosser anterior ao surgimento da Covid-19, este evento tem sido usado para justificar as reformas, todas em prejuízo de nossas condições de trabalho. Porém, mesmo com o progresso da vacinação e a retomada das atividades comerciais e sociais e o consequente incremento na ocupação e arrecadação do sistema metroviário, nenhuma sinalização por parte da companhia indica ajustes em sua determinação de cortes de tendência privatista.

2- Nossa questão:

O Restabelecimento sempre contou com bases técnicas completas e devidamente equipadas para cada uma de suas duas especialidades: a Eletromecânica e a Eletrônica. Assim, havia ao menos uma viatura totalmente equipada por instrumentos, materiais e documentação técnica, além de pelo menos um par de técnicos de cada especialidade,

a serviço de cada base.

Desse modo, atuações cotidianas eram atendidas sob plenas disponibilidades de materiais e outros recursos, evitando adaptações ou atrasos. Já as atuações excepcionais, sobre falhas de relevada importância, além de contarem com os implementos necessários, ainda eram conduzida por dois ou mais técnicos de mesma especialidade, capazes de complementarem ações e discutirem estratégias, de modo a alcançarem a solução da maneira mais segura e no menor tempo possível.

Esse modelo foi substituído a partir de novembro de 2018 por um sistema de Equipes Mistas, onde cada equipe seria formada por dois técnicos, sendo um técnico eletromecânico e o outro eletrônico, ambos agora contando com viaturas ainda muito menores que as originais, dispondo

assim de espaço insuficiente para materiais e equipamentos completos sequer para uma das especialidades.

Como consequência, esses profissionais desde então trabalham sozinhos em suas especialidades, acompanhados por um técnico de outra formação, tendo de lidar muitas vezes com falhas gravíssimas que comprometem toda a circulação de uma linha e tendo de tomar decisões urgentes e decisivas sem o apoio de um parceiro de especialidade.

Essa situação foi refutada pelos técnicos envolvidos em um ofício do Sindicato e, acompanhado de abaixo-assinado, foi encaminhado ao GRH em 29 de julho de 2019, pedindo o cancelamento da reforma imposta com bases no comprometimento da segurança e no descumprimento do proposto pelo Edital de Concurso Público; pois as funções passaram

a ser desviadas da descrição de cargos original. Também a CIPA Manutenção Linhas, em sua gestão 2019/2020, incluiu o item “RTNº 04_2019_2020–INSEGURANÇA NA FORMAÇÃO DE EQUIPES MISTAS (MULTIDISCIPLINARES) PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE RESTABELECIMENTO”, onde cobra a suspensão da prática e a retomada da normalidade das funções, pelo bem da segurança dos técnicos envolvidos.

Some-se a esse cenário a constante evolução técnica dos sistemas instalados no Metrô sem a suficiente disponibilização dos devidos treinamentos e reciclagens, o fato de técnicos em meio de carreira não virem recebendo as movimentações a que fazem jus (nem por isso deixando de serem cobrados por seus superiores quanto a aprimoramentos em seus desenvolvimentos), o não pa-

gamento de PPRs, entre outras pendências, e chegaremos ao atual momento acumulando dúvidas quanto ao nosso futuro.

3- Propomos:

Ofimdo sistemadeEquipes Mistas no Restabelecimento.

A retomada de uma agenda consistente e atualizada de treinamentos e reciclagens.

O pagamento das movimentações devidas e a normalização desse procedimento.

A normalização do pagamentos da PRs e sua equalização entre todos os empregados da CMSP.

Assinam esta tese:

*Coletivo Unidade
Metroviária*

- Deigo Pereira

- Serginho

- Kobori

Teses INDIVIDUAIS

TEMAS do 13º Congresso:
Conjuntura, Movimento
Sindical, Lutas da Categoria
(transportes, privatizações
e desafios), Opressões,
Organização de Base e
Estatuto do Sindicato

CONJUNTURA

Conjuntura internacional – Declínio relativo de hegemonia do imperialismo estadunidense e ascensão chinesa

O principal aspecto conjuntural a ser observado no âmbito internacional é a perda relativa de hegemonia do bloco comandado pelos Estados Unidos, composto centralmente por países subalternos da Europa ocidental, além de outros como Japão, Austrália e Canadá.

Contudo, é necessário insistirmos tanto que este declínio é relativo, quanto que esta é uma tendência possivelmente reversível. A super-potência do norte da América segue sendo a maior economia global, liderando a maior parte das fronteiras do desenvolvimento tecnológico, o maior polo de fabricação

e disseminação de ideologias e narrativas (tanto através de suas instituições de Estado, quanto por meio de sua gigantesca indústria cultural) e, não menos importante, segue isolado como a maior potência militar, dispondo de mais de uma centena de bases militares espalhadas por todos os continentes e

subcontinentes do mundo e, simultaneamente, operando de maneira indireta e/ou direta na maioria dos conflitos armados.

De qualquer maneira, a atual conformação de poder global é qualitativamente diferente do período posterior à derrota e dissolução do bloco socialista soviético em 1991. Desastre este que colocou, temporariamente, o imperialismo estadunidense como polo único e praticamente inquestionável de todo globo. Alguns dos fatores que, especialmente a partir da primeira década do século XXI, contribuíram para esta mudança – de hegemonia absoluta para declínio relativo de hegemonia – são: a) a ascensão econômica, política, tecnológica, cultural e militar da construção socialista chinesa; b) a reorganização do projeto soberano nacional russo e de outros países periféricos; c) a grande crise econômica de 2008 e seus incessantes e recorrentes repiques e impactos. Um último fator, que é tanto causa como consequência da tendência de relativa perda de hegemonia, é a intensificação das instabilidades políticas e sociais dentro das fronteiras do próprio Estados Unidos. Fator que é bem exemplificado tanto pela ascensão do trumpismo, quanto pelos massivos protestos antirracistas.

Dessa maneira, atualmente o imperialismo estadunidense e seus aliados europeus têm tanto acumulado derrotas quanto vitórias no

palco internacional. Por um lado, seus interesses foram exitosos na propagação de destruição e caos em países árabes soberanos como Líbia, Egito, Iraque; na derrota de governos mais ou menos independentes em países diversos da América Latina (entre eles o nosso Brasil) e no leste europeu (em especial na Ucrânia, após o levante com traços neofascistas de 2013-2014), e na fragmentação da importante articulação periférica dos BRICS. Por outro lado, fracassou ou não teve total êxito na derrubada da soberania síria, iraniana, cubana, venezuelana, bielorrussa, nicaraguense, no levante reacionário na ilha chinesa de Hong Kong e, mais recentemente, em manter um governo fantoche no Afeganistão. Governo que fora rapidamente derrotado após a retirada das tropas após duas décadas de invasão militar – período marcado por incontáveis crimes hediondos cometidos pelas forças estadunidenses e seus aliados contra o povo afegão.

Consequência direta deste relativo declínio tem sido o “apertar a coleira” nos países do subcontinente latino-americano. Ao perder espaço, em especial na Ásia, os Estados Unidos têm reforçado sua política de controle e submissão de países latinos – região pelo império considerada como uma área de influência natural – a fim de garantir uma espécie de reserva estratégica para seus interesses geopolíticos. Para tal, têm incentivado direta e

indiretamente (através das elites locais que, via de regra, se identificam ideologicamente mais com o império do que com suas próprias pátrias e povos) movimentos conservadores e reacionários visando derrotar ou impedir a ascensão de governos que ousem buscar independência e soberania. Na nova realidade global de perda relativa de hegemonia, não é mais tolerável para o poder imperial estadunidense a existência de governos insubmissos na parte sul do continente americano.

Impõe-se como tarefa central para os trabalhadores e para o povo brasileiro, tarefa na qual nós metroviários podemos e devemos contribuir, a derrota do entreguista bloco conservador e reacionário (atualmente liderado pelo bolsonarismo, movimento com evidentes traços neofascistas) a fim de retomar a soberania de nossa pátria e construirmos um projeto popular de desenvolvimento nacional. Projeto que, no plano internacional, deva incluir uma política diplomática que retome o foco nas alianças da América Latina, África e Ásia, visando a construção de uma frente ampla de países periféricos para combater o imperialismo estadunidense e europeu e defender a paz, a soberania e o desenvolvimento.

Obrigado!

Assina esta tese:

Hugo

CONJUNTURA

30 anos de PSDB e a destruição do Metrô público

Com a proximidade das eleições, somos obrigados a lembrar de uma série de eventos passados que trouxeram perdas enormes aos metroviários como categoria e ao Metrô enquanto empresa pública.

Desde 1994 o processo é inequívoco: Covas iniciou com o corte do subsídio. A Operação, a contratação externa de serviços de Manutenção e a limitação da área de engenharia ao projeto básico (o projeto executivo ficou para as empreiteiras) e também a propalada “eficiência da iniciativa privada” começou a ser entoada como mantra.

Com Alckmin, chegou um modelo inédito para a contratação da construção da Linha 4. Isso levou a um também inédito acidente fatal com 7 mortes na estação Pinheiros. A seguir, Serra teve novidades: modal monotrilho e o Bilhete Único, com o início da venda de bilhetes por terceiros dentro das estações. Também foi desta época a primeira leva de ‘ad nutum’ e a adoção do ‘Plano de Contingência’, uma ação para furar a greve de 2007 e quebrar o Sindicato. Por fim, Serra preparou a inauguração da L4 por uma empresa privada, iniciando a drenagem da receita tarifária.

Na volta de Alckmin em 2010, foi surpresa a incorporação dos ad nutum de Serra, sendo que eles aqui permaneceram enquanto a idade permitiu. Daquele mandato seria injusto não citar o acidente com o trem da frota K, que só não foi um imenso desastre devido à atuação do OTM. Já o projeto de reforma dos trens envolveu somas astronômicas que eram comparáveis à aquisição de trens novos, sendo que a má qualidade desta reforma participou diretamente das causas daquele acidente.

Porém Alckmin é mais lembrado pela falta de tato como a que tratou as manifestações de 2013 e da derrota que sofreu por 20 centavos. A derrota de Alckmin representou a derrota dos empresários de transporte urbano em São Paulo. Infelizmente, nessa hora o prefeito da capital, Fernando Haddad, esteve junto a Alckmin desde o início até o momento de anunciar ao público a redução da tarifa. Na eleição presidencial de 2018, Alckmin teve chance de retribuir essa solidariedade, mas preferiu declarar que escolher entre Haddad e Bolsonaro era muito difícil.

Mostrando que aprendeu a lição de 2013, no ano seguinte, Alckmin aumentou

a truculência e passou o rolo compressor na greve de 2014. Com o Sindicato na defensiva, ampliou as terceirizações nas bilheterias, Manutenção e inspeção de vias e concedeu para CCR a operação das Linhas 5 e 17, para quem já havia concedido a L4.

A gestão Doria iniciou com uma enxurrada de ad nutum que, a um só tempo, reduziu as possibilidades de ascensão, desprestigiou as chefias imediatas (com exonerações e demissões) e mostrou que chefias podem ser terceirizadas e já vêm com a missão de entregar tudo.

Que conclusão podemos obter do breve histórico dos últimos 27 anos da Cia.? Para os governos do PSDB, dinheiro pago como salário de metroviário é dinheiro mal gasto, dinheiro ruim; dinheiro bom é aquele que paga os contratos de terceirização ou remunera as concessões.

Assina esta tese:

Paulo Pasin

TRANSPORTES

Significância de conteúdos e inclusão nas provas para OTM II no processo de movimentação na carreira da Cia. do Metropolitano de São Paulo

Esta tese objetiva fazer um recorte dentro do processo de movimentação de carreira, salientando que os concursos foram uma grande conquista da categoria pois através deles buscamos isonomia por promoções na carreira.

Apesar dos processos demonstrarem eficiência ao longo dos anos, foram ocorrendo distorções que devem ser corrigidas. A primeira delas é o prazo dos processos de movimentação interna, que até meados de 2012 eram de um ano prorrogáveis por mais um ano, e que agora são de apenas 6 meses prorrogáveis por mais 6 meses. O novo prazo traz prejuízos aos candidatos e à própria Cia.

Apenas os candidatos que conseguiram notas muito elevadas têm chances de chamada para treinamento, enquanto os candidatos que conseguiram notas satisfatórias não têm a chance de serem chamados pois a empresa não tem recursos físicos e humanos para treinar uma elevada quantidade de candidatos em um espaço reduzido de tempo. O Metrô tem prejuízo, pois quando precisa de reposição de quadro não tem pessoas

aptas a serem chamadas pois o processo já teve seu prazo esgotado.

Após entrevistas com colegas metroviários, constatei que a insatisfação é geral: todos têm algo a protestar. As principais queixas são de má elaboração das questões, com enunciados ambíguos e, pasmem, até erros de ortografia. Com relação ao conteúdo, a principal reclamação é com a falta de relevância de conhecimentos metroviários na composição da prova. É quase inédita no Brasil uma prova onde temos mais questões gerais do que específicas, ou seja, quase a totalidade do conteúdo da prova não é aproveitada nos treinamentos.

Para conhecimento de todos, hoje a prova é composta por 50 questões sendo 10 de raciocínio lógico, apenas questões 10 sobre conhecimentos metroviários e por 30 questões de física.

Vamos às propostas desta tese:

1ª – Os processos de movimentação na carreira devem ter a duração de um ano prorrogáveis por um ano.

2ª – As provas para OTM II

devem ser constituídas por 10 questões de raciocínio lógico, 30 questões de conhecimentos metroviários, 10 questões sobre procedimentos operacionais – tendo as questões de conhecimentos metroviários e procedimentos operacionais peso dois por serem específicas – e 10 questões de elétrica, totalizando 60 questões.

3ª – Seja formada comissão de delegados sindicais e empregados das linhas para dialogar entre a categoria e a Gerência de Recursos Humanos e Gerência de Operações, que solicitem e promovam os processos de movimentação na carreira.

Assina esta tese:

Carlos A. de Freitas Jr./

Grupo de estudos

*Elaine Damásio**

COMUNICAÇÃO

Por uma Imprensa livre e moderna no Sindicato dos Metroviários

A Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Metroviários tem enorme potencial de atingir mais pessoas do público direto (metroviários) e indireto (prestadores de serviços terceirizados e público geral). Entretanto, desperdiça esta oportunidade.

O Metrô aprendeu e agora se comunica de maneira ágil e veloz com os metroviários. WhatsApp, SharePoint e Linha de Frente são exemplos da absorção dessa necessidade de falar para muitos e em pouco tempo.

Ele também tem o aparato da imprensa tradicional ao seu favor, porém esse ponto não é desculpa para continuarmos estáticos.

Nosso tempo de resposta aos fatos é muito vagaroso, perdemos o “timing” diversas vezes.

Em muitas reuniões da diretoria um tempo precioso se esvai, com discussões infrutíferas. Em momentos cruciais nossos jornalistas não conseguem fazer uma assessoria de imprensa adequada, por causa desses atrasos.

A direção desta pasta, que em tese é tripartite, proporcional, na prática é unilateral.

Abaixo mencionarei alguns erros que cometemos e como podemos corrigi-los. Se persistirem, podem custar a nossa capacidade organizativa e nos tornar obsoletos!

1. Na greve que ocorreu neste ano, no SPTV 2, numa entrada ao vivo na estação Tatuapé, a repórter erroneamente (ou não) informou que o TRT fez uma proposta de negociação para não haver a greve. E que ela foi recusada pelos Metroviários, sendo que esta recusa foi do Metrô.

Não houve pronunciação da nossa entidade, reivindicando uma errata, sequer esclarecendo a verdade para a população.

Não obstante não sermos detentores dos meios tradicionais da imprensa, entretanto, nosso alcance através das redes sociais não pode ser subestimado.

Neste caso, ficou dito pelo não dito, como se fossemos nós os intransigentes!

2. Dar o mínimo de autonomia para os jornalistas criarem materiais básicos, sem passar pela custosa e burocrática censura prévia dos diretores da pasta.

Na última Campanha Salarial eles fizeram uma

imagem em apoio à nossa luta, para dispararmos nas redes. Houve uma reação desproporcional de setores da diretoria a esta imagem, que em nada desabona a nossa luta. Pelo contrário! Lamentavelmente, foi preciso explicar detalhadamente o objetivo dela.

Esse tipo de postura é inadmissível em nosso Sindicato!

Tolhe a criatividade, a liberdade de expressão, pensamento e proatividade destes trabalhadores.

É preciso conversar com eles: para traçar planos de trabalho, fluxos, o que eles têm autonomia para fazer e o que precisa encaminhar para aprovação prévia. Fazer escuta ativa, laboratório de ideias.

Também criar grupos de trabalho com metroviários ativistas dispostos a contribuir com seus conhecimentos, em prol da luta (exemplo: diagramação, edição de vídeos etc.)

Essa forma de mobilização aproxima os trabalhadores da entidade e é muito útil, principalmente na Campanha Salarial, quando o fluxo de informações é intenso e sobrecarregado.

Delegar atribuições e ampliar o quadro de jornalistas, diagramadores e editores, seja por assessoria externa ou pela contratação de mais funcionários.

3. Investir mais em materiais audiovisuais.

O mundo mudou e tudo é em tempo real. A despeito da minha discordância com a economia de caracteres típica deste século, é assim que as coisas estão. Se pararmos no meio dessa via, o código A será inevitável.

Nossos materiais podem ser mais atraentes, há um vício em manter apenas Bilhete/Plataforma como materiais oficiais e definitivos, impressos ou em PDF.

Podemos fazer versões desses materiais em vídeo. Também podemos fazer vídeos direcionados à popula-

ção, além de nos aproximar dos outros trabalhadores, desmistifica a imagem de “privilegiados” que algumas pessoas ainda têm dos metroviários.

Isso passa pela criação da escuta ativa, do grupo de trabalho e do laboratório de ideias.

4. Manter o site e redes sociais sempre atualizados.

Essa atribuição é tão importante quanto as outras. Manter as lives do YouTube, mesmo quando a pandemia acabar. Essa forma de comunicação com o público pode e deve permanecer.

5. Investir em equipamentos de qualidade.

Não há como tocar projetos inovadores, se os equipamentos do Sindicato estiverem desatualizados.

Não se trata de gastar

desordenadamente, é preciso investir em equipamentos de qualidade, para que em médio e longo prazo eles continuem atendendo às necessidades dos trabalhadores e da entidade.

Neste sentido é preciso utilizar o orçamento de maneira racional, não de maneira simplória pois nos igualaria à diretoria do Metrô, que enxuga custos em detrimento da qualidade do serviço oferecido.

Tudo isto exposto, é importante que esses temas sejam deliberados com deferência neste 13º Congresso Metroviário. A Imprensa do Sindicato dos Metroviários é fundamental na estratégia e na tática da luta metroviária.

Assina:

Daniela Lima

ARTE E CULTURA

Arte e cultura transformam a luta sindical

Metroviários são entusiastas de manifestações culturais. Temos centenas de artistas nas diversas áreas da empresa.

Os metroviários participam ativamente, como artistas e espectadores dos eventos sediados no Sindicato. Haja visto os que ocorreram antes da pandemia: Festival Metroviário de Videokê, Rock Nos

Trilhos, Sarau Metroviário, as festas de aniversário da entidade etc. Passando pelos grafites nas paredes da sede, na artes manuais expostas em feiras temáticas e nas manifestações musicais e literárias.

O Metrô é um celeiro de talentos e o Sindicato dos Metroviários pode e deve ser a referência para abrigar a arte metroviária, quicá a

operária. Somos referência de luta para as outras categorias, podemos assumir a dianteira ao fomentar essa iniciativa.

Com a pandemia ficou evidente que há uma demanda reprimida, ávida por eventos culturais em todos os segmentos. No Sindicato não é diferente, mesmo com todas as restrições impostas pelo contexto pandêmico os

eventos culturais presenciais tiveram bastante público.

Proposições:

É preciso investir em equipamentos de primeira linha para o estúdio Toca nos Trilhos, com entrada franca aos sindicalizados e com preços populares para sindicalizados de outras categorias e público geral. Ao mesmo tempo que é uma opção de fácil acesso para as pessoas ensaiarem, é um modo de incrementar a arrecadação da entidade, não dependendo exclusivamente das mensalidades.

É um chamariz. Traz para conhecer nossa sede e nossa luta a população em geral, em concordância com as outras teses que defendem a importância de nos conectarmos aos movimentos sociais e à população em geral. “Furar a bolha metroviária.”

Para que os eventos políticos tenham mais audiência é possível inserir uma

programação cultural no ato político e isso funciona, como foi experimentado no ato em defesa da sede e no Encontro de Mulheres Metroviárias.

É preciso que haja cooperação entre as secretarias, por exemplo, eventos da semana da Consciência Negra podem ser organizados em conjunto, pela secretaria de assuntos raciais, com a Secretaria de Esporte, Lazer e Cultura e a Secretaria de Imprensa, que impulsiona a divulgação.

Investindo em equipamentos de som e luz, adequados para suportar no mesmo lugar vozes e instrumentos, esse investimento pode ser capitalizado em festas, arrecadando receita extra para a entidade.

Abrir a sede para receber eventos culturais de entidades parceiras e público em geral. Uma forma de aproximar as pessoas da luta sindical, também será um meio de arrecadação.

Colocadas essas proposições, urge ampliar o espaço cultural no Sindicato. Pois isso aproxima as pessoas da entidade, mesmo aqueles que não são afeitos aos eventos políticos, eles estarão lá.

Ocupar a sede de todas as maneiras, para que as pessoas percebam a importância do lugar além da política, como ponto de encontro em defesa da democracia e da livre manifestação cultural.

Quem ainda acredita que a arte é mero acessório e não precisa ter a mesma prioridade que os encaminhamentos políticos numa entidade sindical, acaba reduzindo a importância da cultura na existência humana e se equipara aos políticos que fazem pouco deste tema.

A arte transforma!

Assina:

Daniela Lima

ESTATUTO DO SINDICATO

Obrigatoriedade de Curso de Formação Sindical

Fica instituída a obrigatoriedade de pelo menos um curso de formação sindical aberto a todo o quadro de filiados do Sindicato.

O curso deverá obrigatoriamente ocorrer no prazo máximo de 24 meses após a

posse da nova diretoria de cada mandato.

O intuito do curso, além de formar novos quadros de diretores na categoria, é resgatar a história do movimento sindical na categoria e no mundo. E para criar a

consciência da importância do papel dos trabalhadores e trabalhadoras na luta por diretos.

Assina:

Flávio Rogério Gomes dos Santos

CARTA AO 13º CONGRESSO DO 11º ENCONTRO DE MULHERES METROVIÁRIAS

LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER

NÓS, MULHERES TRABALHADORAS DO METRÔ DE SÃO PAULO,
REUNIDAS NO 11º ENCONTRO DAS MULHERES METROVIÁRIAS,
ENCAMINHAMOS ESTA DECLARAÇÃO POLÍTICA E CARTA DE
REIVINDICAÇÕES QUE SINTETIZAM AS DISCUSSÕES QUE FIZEMOS EM
NOSSO ENCONTRO:

A crise social e a resistência são internacionais

As crises política, econômica, sanitária, social e climática afetam os povos em todo o mundo. As mulheres são as maiores afetadas por essa realidade, principalmente as mulheres negras e pobres da periferia. Desemprego, miséria, precarização do trabalho, violência e racismo marcam a vida da maior parte da população mundial, que são as mulheres trabalhadoras.

A pandemia aprofundou a precarização da vida, do trabalho e promoveu uma sobrecarga de trabalho imensa para as mulheres, pois o machismo naturalizado em nossa sociedade torna as mulheres como as principais responsáveis pelas tarefas de reprodução social, como o cuidado com os filhos e as tarefas domésticas. As mu-

lheres que mais precisam dos serviços públicos são as mais afetadas pela lógica da privatização e sentiram na pele as consequências disso diante da pandemia.

A violência contra a mulher segue sendo uma realidade e foi intensificada pela pandemia. A violência machista aumenta em momentos de maior crise social e a pandemia promoveu uma convivência maior entre as mulheres e seus agressores, trazendo o aumento dos casos de feminicídio e agressões machistas.

Felizmente, essa dura realidade não acontece sem resistência. Na última década, a luta pelos direitos das mulheres tem ganhado novos patamares de importância e força social. E isso foi imposto por verdadeiras

ondas de mobilização das mulheres, como a “onda verde” que toma conta da América Latina e arrancou com muita luta avanços na legislação de vários países em relação aos direitos reprodutivos das mulheres, um passo importante na luta fundamental pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito, frente às milhares de mortes de mulheres por abortos clandestinos, na maioria negras e mais pobres. Em 2020, vimos o movimento Black Lives Matter também colocar a luta contra o racismo em outro patamar. A intolerância com a violência e o racismo cresceu, e fez destacar o impacto de toda a crise social sobre as mulheres negras, as maiores vítimas da combinação entre machismo e racismo.

#EleNão #EleNuncaMais #ForaBolsonaro e Mourão

O Brasil acumula a combinação de crises que acontece em todo o mundo e tem em seu governo federal a materialização de discursos e projetos que superexploram toda a classe trabalhadora, que violenta as mulheres, os negros e a população LGBTQI+ e entende que nossas vidas são descartáveis. Após mais de 600 mil mortes e uma condução trágica da pandemia, uma grande parcela da sociedade quer #ForaBolsonaro e pesquisas também apontam isso, porém temos o dever de debater e elevar

a consciência da população, pois ele segue governando com políticas antitrabalhadoras e trabalhadores e com decretos que destroem direitos trabalhistas.

As sete manifestações unificadas que ocorreram ao longo de 2021, que contaram com a participação expressiva do movi-

mento feminista, antirracista e movimentos que lutam contra a exploração e contra todas as opressões também demonstram a opinião majoritária da sociedade que quer

#ForaBolsonaro.

O discurso que negou a pandemia para “defender a economia” não evitou nem as mortes, nem o desemprego e a crise econômica. Hoje o Brasil vive uma grave crise social, com desemprego, fome, miséria, carestia e imagens tristes como a “fila do osso”. As mulheres são as principais afetadas por essa realidade e a crise social tem um duro corte racial. A pobreza menstrual – termo utilizado para as mulheres que não têm condições de comprar

insumos necessários para os dias em que menstruam – é uma drástica realidade da miséria a que nos referimos. O veto de Bolsonaro, com o apoio de Damare Alves, ao projeto que prevê a distribuição gratuita de absorventes é uma lamentável expressão de sua misoginia e de seu ódio ao povo pobre.

Sabemos que muitas pessoas só se deram conta do significado do projeto de Bolsonaro e companhia após a pandemia. Mas é necessá-

rio apontar que as mulheres foram ponta de lança da luta contra seu projeto misógino, uma palavra que caracteriza o ódio às mulheres. Ao mesmo tempo em que a maioria do povo brasileiro infelizmente elegeu esse projeto, foi realizada a maior manifestação de mulheres da história, o #EleNão. Embora não tenhamos evitado a eleição desse governo, as manifestações foram importantes e mais uma vez demonstraram o protagonismo das mulheres,

que apontavam o quão ruim seria eleição de Bolsonaro. Além disso, essas manifestações fortaleceram a luta contra o machismo, contra a violência e a desigualdade social.

Diante disso, apoiamos e nos engajaremos na construção e participação no dia nacional de mobilização, que vai ocorrer no dia 4 de dezembro, sob a bandeira Bolsonaro Nunca Mais! Fora Bolsonaro, Mourão e todo seu gabinete do ódio!

A privatização do transporte tem um impacto mais agressivo sobre as mulheres

Nossas lutas no Metrô se enfrentam com o projeto de privatização implementado pelas décadas de governos do PSDB. Em 2018, junto com Bolsonaro, veio o BolsoDoria, que odeia os metroviários. Os ataques ao Acordo Coletivo dos metroviários, a entrega da Linha 5 do Metrô, das linhas 8 e 9 da CPTM revelam que seu compromisso não é com o transporte metroviário, mas sim com os patrões da CCR, não os trabalhadores das linhas privadas.

Em 2021 o governo estadual doou R\$ 1 bilhão para a empresa privada de metrô e pouco investiu em contratação de funcionário para o Metrô público. Agora ameaça o emprego de quase 2 mil pessoas, a maioria de mulheres negras, com o fechamento das

bilheterias. São trabalhadoras terceirizadas, que exercem as mesmas funções que as trabalhadoras e trabalhadores efetivos, mas com salários muito menores, jornadas maiores, menos folgas, e sem nenhum dos direitos da categoria. Por isso, propomos uma forte campanha contra o fechamento das bilheterias e essa demissão em massa, e nos posicionamos contra a terceirização.

Transporte privatizado significa imperar a lógica do lucro sobre um direito social. Significa menos metrô, tarifa mais cara e maior superlotação. As mulheres são maioria entre os usuários, maiores vítimas do assédio e violências sexuais causados pelo machismo e pela superlotação. São maioria também entre todos

os trabalhadores que fazem os metrôs funcionarem. Portanto, o avanço do projeto de privatização tem um impacto machista, por isso também entendemos que essa luta deve ser central para as mulheres trabalhadoras.

Parte das ações da privatização é a destruição dos direitos econômicos e democráticos dos trabalhadores. Em 2021 sofremos sérios ataques do governo do estado, seja sobre nosso Acordo Coletivo, seja sobre a sede do nosso Sindicato. As mulheres trabalhadoras precisam ser parte dessa luta, pois atacar direitos econômicos e sociais tem um impacto mais agressivo sobre as mulheres. E a ofensiva autoritária sobre a sede também impacta a luta das mulheres trabalhadoras.

Lutar contra o machismo para unir a classe trabalhadora

Entendemos que o machismo é produto de uma falsa ideia que subestima, discrimina e trata mulheres como seres inferiores, e traz consigo a violência que chega até a matar as mulheres. Uma ideia que serve ao sistema de exploração em que vivemos, prejudicando particularmente as mulheres, pagando salários mais baixos, mas que acaba servindo para o

rebaixamento de condições de vida de toda a classe trabalhadora. Por isso, o machismo não pode existir entre nós, colegas e companheiros de trabalho. Pedimos o fim de “brincadeiras” machistas e desrespeitosas no ambiente de trabalho e nas nossas lutas, que nos menosprezam e nos obrigam a entrar em discussões diárias na luta pela sobrevivência digna.

Precisamos estar unidos, homens e mulheres, para lutar por nossos direitos. Assédio sexual e piadinha sexista não são brincadeiras, são coisas que afetam profundamente as mulheres e criam um ambiente de trabalho tóxico. Entendemos ser necessária a realização de cursos e debates por parte do movimento sindical de nossa categoria sobre a opressão de gênero.

Assédio moral e sexual é crime. Não ficaremos caladas!

Os ataques do Metrô, CCR e governo do estado aos nossos direitos têm o objetivo de privatizar o metrô público e torná-lo uma empresa “competitiva” para empresários que não pensam em transportar bem a população e nem em valorizar seus empregados. Essa situação tem levado cada vez mais a existir assédio moral a todos e todas que trabalham no Metrô e na CCR. Esse assédio tem sido muito pior para as mulheres, que têm dupla e até tripla jornada. No metrô público somos exigidas a trabalhar em ritmo extenuante para dar conta de serviços que eram realizados por três pessoas. A cada dia essa empresa coloca mais exigências, diminui nossa nota de avaliação para que não tenhamos equiparação salarial.

Assédio Moral é toda e qualquer conduta através de palavras, gestos ou ati-

tudes que provocam dano à personalidade, dignidade ou integridade física ou psíquica, que coloque em risco seu emprego ou degradação do ambiente de trabalho. O assédio moral coletivo se manifesta através de uma tal “falta de proatividade”, sem levar em conta situações em que as mulheres faltam para dar conta de cuidar de filhos e filhas. Ou seja, o assédio moral existe somente para desmoralizar e subjugar. Além do assédio moral coletivo, ainda temos vários chefes que tratam as funcionárias como incapazes, ou como se fossemos criança, com piadas ou ridicularizando cortes de cabelo e não reconhecendo as necessidades biológicas próprias das mulheres. Muitas vezes isso ocorre com grosseria, podendo levar à depressão ou outras doenças psicológicas.

Outra face dessa tortura é o assédio sexual que so-

fremos em nossos locais de trabalho. Sabemos que as funcionárias do Metrô, da CCR, das empresas terceirizadas e também as usuárias passam por esse tipo de situação, são vítimas do assédio sexual. Não é nossa roupa ou nosso comportamento que justificam o assédio, apenas a banalização do machismo pode explicar isso.

Infelizmente o Metrô não tem feito esse debate de forma satisfatória. As comissões de ações afirmativas e diversidade não têm funcionado e, no último mês de novembro, vimos ocorrer uma live sobre diversidade com o presidente do Metrô e um convidado branco e do sexo masculino, não refletindo nem um pouco demandas das mulheres trabalhadoras.

Assédio moral e sexual é crime, não pouparemos esforços para combatê-los. Queremos medidas que coíbam de verdade essas prá-

ticas e também entendemos ser necessária a realização de cursos e debates sobre os

males do assédio moral e do assédio sexual, tanto como medidas institucionais das

empresas, quanto por parte do movimento sindical de nossa categoria.

Reivindicações das mulheres trabalhadoras do Metrô

Nesta primeira parte, reproduzimos a pauta de reivindicações das mulheres trabalhadoras do Metrô estatal e sugerimos

que parte dessas reivindicações sejam estendidas também às mulheres trabalhadoras dos metrôs privados.

Apresentamos na forma de listagem de itens como consta da Pauta de Reivindicações do conjunto da categoria:

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES 2021

CLÁUSULA – AÇÕES AFIRMATIVAS.

A Cia. do Metrô se compromete a reunir trimestralmente a comissão paritária já constituída para debater, acompanhar e apresentar propostas e efetivar medidas e soluções concretas diante de questões relativas às relações de gênero, raça, orientação sexual, identidade de gênero e às pessoas portadoras de necessidades especiais.

63.1. A Comissão será constituída por representantes dos empregados e da empresa, podendo ser convidadas entidades especializadas em temas para subsidiar os debates e garantir a formação do quadro funcional, com cursos periódicos acerca das temáticas elencadas na cláusula 49.1.

63.2. A Cia. do Metrô deverá possibilitar aos membros da Comissão que realizem tratativas com o intuito de resguardar o emprego, as condições ideais de oportunidades e a melhoria do atendimento a todos os seus empregados e

usuários, sem distinção quanto ao gênero, raça, condição física e orientação sexual. Promovendo inclusive campanhas internas e externas com os usuários.

63.3. A Cia. do Metrô se compromete a ter como princípio administrativo na formação interna de seus profissionais o combate à discriminação em função de gênero, raça, orientação sexual e pessoas portadoras de necessidades especiais, constando em seus manuais formativos e em cursos internos o conteúdo deste princípio fundamental.

63.4. A Cia. do Metrô se compromete a desenvolver ações e campanhas direcionadas ao combate do constrangimento moral, entendendo como tal toda e qualquer situação que leve a interiorização ou intimidação baseada em aspectos físicos, culturais, sexuais, étnicos, regionais e religiosos.

63.5. A Comissão deverá acompanhar o cumprimento das exigências expressas no

Selo da Diversidade, pois dá conta de uma reivindicação antiga das mulheres que é a elaboração de um censo periódico na categoria que permita ações propostas com oportunidades iguais para homens e mulheres, brancos e negros, em termos de entrada na empresa e promoção.

63.6. Será assegurado aos metroviários a inclusão de seus (suas) companheiros (as) em relações homoafetivas, em todos os benefícios e direitos assistenciais de maneira desburocratizada, sem a realização de exigências superiores às realizadas aos casais heterossexuais.

63.7. A Cia. do Metrô implementará cotas para pretos e pardos nos concursos internos, externos e para a ascensão a cargos de chefia e liderança, observando o índice de representação do IBGE na população de São Paulo como medida de reparação e inclusão.

63.8. A Cia. do Metrô implementará cotas para mulheres nos concursos internos,

externos e para a ascensão a cargos de chefia e liderança, observando o índice de representação do IBGE na população de São Paulo como medida de inclusão.

63.9. Será assegurada a participação no Sindicato nas atividades de integração dos novos empregados;

63.10. A Cia. do Metrô destinará, periodicamente, tempo na TV MINUTO, para que o Sindicato veicule campanhas de conscientização contra o machismo, o racismo e a homofobia, além de espaço próprio em suas estações.

63.11. A Cia. do Metrô implementará treinamentos na OPS e OPE para qualificar os trabalhadores na condução adequada dos casos de ocorrência de crimes raciais, homofobia e violência contra as mulheres. O treinamento deverá contar com a participação da Secretaria de Mulheres do Sindicato.

63.12. A Cia. Do Metrô garantirá espaço para que a Secretaria de Mulheres do Sindicato realize uma campanha contra o assédio e a violência com a participação de todos os trabalhadores metroviários, inclusive terceirizados e jovens cidadãos.

63.13. A Cia do Metrô manterá, em todas as estações, um kit básico com itens de higiene e vestimentas para as vítimas

de violência, na medida em que dadas situações precisem apresentar suas vestes com fluidos corporais e resíduos como prova da violência.

63.14. A Cia. Do Metrô manterá um protocolo de notificação de casos de violência próprios do Metrô para o levantamento de estatística e desenvolvimento de políticas preventivas.

63.15. A Cia. requisitará às autoridades competentes a instituição de uma Delegacia especializada no atendimento às mulheres, a priori, na Estação Sé.

63.16. A Cia. requisitará às autoridades competentes a adequação das dependências da Delpom para o atendimento à mulheres e LGBTs vítimas de violência, com atendimento especializado, preferencialmente realizado por mulheres.

63.17. A Cia. instituirá um mínimo de 50% de mão de obra feminina para OPS.

63.18. A Cia. produzirá e disponibilizará aos metroviários, terceirizados e jovens cidadãos material educativo específico anti-homofobia (kit anti-homofobia).

63.19. O Metrô garantirá a cobertura de Parto Humanizado e promoverá grupo de acolhimento e campanhas contra violência

obstétrica, contra a episiotomia, assistência de enfermeiras, obstetras e doulas.

63.20. A comissão sobre ações afirmativas deverá utilizar, para o desenvolvimento de políticas específicas, a pesquisa de diversidade feita pelo Metrô e o censo do Sindicato.

63.21. Será assegurado aos casais homoafetivos ou não a possibilidade de exercerem suas funções na mesma escala de trabalho em locais que dispõem de mais de uma escala.

63.22. A Cia. do Metrô admitirá o uso de nome social a travestis e transexuais, homens e mulheres, que ingressem a seus quadros;

63.23. A Cia. do Metrô implementará cota mínima para admissão de travestis e transexuais, homens e mulheres;

63.24. O Metrô garantirá a participação dos membros da Comissão, com a liberação abonada para atividades e reuniões sobre o tema.

**Justificativa: Cuida-se de reivindicação que tem por objetivo garantir a igualdade de tratamento e oportunidades a todos os empregados da empresa, independentemente de suas condições físicas, orientação sexual, identidade de gênero, etnia, religião ou origem territorial.*

Mais incorporações à Pauta e proposta ao Congresso

– Estender à pauta de reivindicações das trabalhadoras do metrô estatal o item

presente no Acordo Coletivo da Via Quatro e Via Mobilidade que garante o afastamento de

5 dias para as mulheres que passarem por situações de violência doméstica, confor-

me previsto na Lei Maria da Penha. Buscar construir este item com referência à conquista obtida no Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, em que a licença para essas situações foi de 15 dias.

– Alteração do nome do Sindicato dos Metroviários de São Paulo para Sindicato dos Metroviários e Metroviárias de São Paulo.

– No item da pauta de reivindicações que discorre sobre a equiparação salarial, destacar que a não equiparação impacta particularmente as mulheres.

**Justificativa: a admissão de mulheres no Metrô público começou mais tarde do que a admissão de homens, dessa forma, as mulheres compõem o quadro de funcionários mais recentes de admissão na empresa e é justamente entre os mais recentes que ocorre a não equiparação salarial. Portanto, por mais que não haja discriminação de sexo nos salários de um mesmo cargo, a presença de mulheres em cargos e condições de melhores salários ainda é insatisfatória, configurando a não equiparação salarial como uma discriminação também entre homens e mulheres.*

– As avaliações de desempenho não podem subvalorizar as mulheres e pessoas LGBTQIA+. Observamos que essas condições estão sendo aproveitadas para perseguição e assédio moral nas avaliações.

– Incorporar no item e reivindicação na Pauta de

Reivindicações sobre os trabalhadores que sustentam pais e/ou mães: defesa de um auxílio para essas condições, estender o direito de acompanhamento dos filhos ao médico também ao direito de acompanhamento dos pais e batalhar pela ampliação do direito a pais dependentes no Metrô, pois os atuais critérios para isso no Metrô são muito restritos.

– No item da pauta sobre contratação de funcionários, vincular o impacto da falta de funcionários na condição de trabalho das mulheres, pois as áreas que mais sofrem com falta de funcionários, como as estações, são áreas em que há muitas trabalhadoras mulheres. Além disso, a falta de funcionários tem ocasionado situações de extrema insegurança, como mulheres que precisam trabalhar sozinhas no horário noturno.

– Na luta contra o assédio moral e sexual, incorporar a preocupação de mulheres que, às vezes, são obrigadas a trabalhar com assediadores.

– Fortalecer a luta pela criação das subcomissões de mulheres nas CIPAs.

– Lutar pela melhoria da infraestrutura para mulheres nos locais de trabalho. Em muitos lugares, a estrutura não considera a presença de grande quantidade de mulheres, como o Tráfego, que já foi um ambiente quase totalmente masculino, mas que agora possui muitas mulheres Operadoras e a estrutura dos banheiros e vestiários não foi devidamente adequada para isso. Além disso, considerar a situação

das trabalhadoras terceirizadas, que muitas vezes não têm vestiário para guardar seus pertences ou os têm nos sanitários públicos, como é o caso da Linha 15.

– Acompanhar a oferta de condições de trabalho para as mulheres na Manutenção, lutando por uniformes adequados e infraestrutura também adequada.

– Questionar “divisão sexual” implícita nos PAs automáticos. Foi notado que determinados PAs, associados a comportamentos, são feitos por vozes masculinas e os PAs de informação são feitos por vozes femininas. Defendemos que todos os PAs sejam feitos por vozes femininas e masculinas, sem divisão sexual.

– Lutar pela garantia das salas de ordenha adequadas, para que as mulheres lactantes não sejam prejudicadas porque se tornaram mães. A maternidade é um direito e deve ser respeitado.

– Abrir um debate com a empresa e com toda a categoria que passou a trabalhar de forma virtual sobre a regulamentação do teletrabalho.

– Que o Sindicato elabore e divulgue uma cartilha sobre as várias formas de assédio sexual.

11º Encontro de Mulheres Metroviárias

*São Paulo,
27 de novembro de 2021*

PROGRAMAÇÃO do 13º CONGRESSO DOS METROVIÁRIOS

QUINTA-FEIRA (9/12) – ABERTURA

18h30 às 21h – Ato político / Solenidade de abertura / Leitura do Regimento / Coquetel

SEXTA-FEIRA (10/12)

8h às 9h – Café da manhã

9h às 12h – Aprovação da mesa diretora / Votação do Regimento / Mesa de Conjuntura e Movimento Sindical

12h às 13h30 – Almoço

13h30 às 15h30 – Painel de Opressões

15h30 às 16h00 – Café/Coffee break

16h00 às 17h30 – Mesa de organização e lutas da categoria,

17h30 às 19h30 – Equiparação Salarial/steps

19h30 – Jantar

SÁBADO (11/12)

8h às 9h – Café da manhã

9h às 13h – Grupos

13h às 14h30 – Almoço

14h30 às 16h – Grupos

16h às 16h30 – Café/Coffee break

16h30 às 17h30 – Cenário internacional e nacional

17h30 às 19h30 – Luta contra a privatização

19h30 – Confraternização

DOMINGO (12/12)

8h30 às 9h30 – Café da manhã

9h30 às 14h – Plenária Final

Comissão Organizadora do Congresso:

Elaine Damásio, José Vanderlei da Silva (Amaral), Edgard Balestro (Bala), Narciso Soares e Larissa Regina Ribeiro



**SINDICATO DOS
METROVIÁRIOS SP**

📍 Rua Serra do Japi, 31 - Tatuapé
CEP 03309-000 • São Paulo - SP
☎ Fone: 2095-3600
✉ sindicato@metroviarios-sp.org.br
f [sindicatodosmetroviariosdesaopaulo](https://www.facebook.com/sindicatodosmetroviariosdesaopaulo)
🐦 [Metroviarios_SP](https://twitter.com/Metroviarios_SP)
🌐 metroviarios.org.br